



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: apropriação e inserção social e urbana no
caso de Taguatinga**

BRUNA BERNARDES MAGALHÃES

BRASÍLIA

2020

BRUNA BERNARDES MAGALHÃES

**ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: apropriação e inserção social e urbana no
caso de Taguatinga**

Monografia de graduação submetida ao Curso de Ciências Sociais, habilitação Sociologia da Universidade de Brasília, para obtenção do grau de bacharel em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Machado Coêlho

BRASÍLIA

2020

Magalhães, Bruna Bernardes.

ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: apropriação e inserção social e urbana no caso de Taguatinga / Bruna Bernardes Magalhães. – Brasília, 2020.

116f.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia – 2020

Orientadora: Profa. Dra. Christiane Coelho, Departamento de Sociologia.

Palavras-chave:

Brasília. Taguatinga. Pertencimento. Utopia. Moderno. Tradicional.

**ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: apropriação e inserção social e urbana no
caso de Taguatinga**

Monografia de graduação submetida ao Curso de
Ciências Sociais, habilitação Sociologia da
Universidade de Brasília, para obtenção do grau de
bacharel em Sociologia sob orientação da Professora
Doutora Christiane Machado Coêlho

Banca examinadora

Professora Dra. Christiane Machado Coêlho – Orientadora

SOL/ICS/UnB

Professora Dra. Mariza Veloso Motta Santos – Membro

SOL/ICS/UnB

Brasília

2020

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos à minha querida família, aos meus pais, Renato e Kelem, e às minhas irmãs, Nathalia e Bárbara. Agradeço ao meu querido Wilson, que acompanhou meu trabalho, me ajudou em cada dia e nunca me negou seu apoio nessa empreitada, me amando mesmo em meio às dificuldades. Cada um acreditou em mim e me acompanhou durante esse processo na universidade. Agradeço também ao Ronaldo por revisar este trabalho com tanta dedicação e prontidão.

Agradeço, cordialmente, à minha orientadora, Christiane, que, sempre tão solícita e parceira, me ajudou e me orientou de forma prática e assertiva. Ela tornou mais fácil minha caminhada, minha escrita e nunca me desmotivou no caminho.

Agradeço a Deus pela capacidade e pela força ao me sustentar até aqui nesta jornada. Por cada momento de paz, de esclarecimento e de refrigério que passei durante a escrita árdua, mas prazerosa, desta monografia, eu agradeço a Deus.

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de compreender as premissas modernistas que deram origem à cidade de Brasília comparando-a com a origem e organização de Taguatinga. Para tanto, o trabalho se firma em um arcabouço teórico da sociologia urbana em conjunto com o uso do conceito de modernismo e da ideia do espaço como gerador de informações, comunicação e segregação social. A metodologia teórica da pesquisa se valerá de uma análise documental, histórica e teórica em conjunto com a metodologia prática, viabilizada pela etnografia de Brasília bem como pela entrevista e aplicação de questionários a idosos e jovens residentes em Brasília. O intuito é articular a noção do imaginário e do pertencimento social e contrapor-la com a utopia modernista de Brasília como Holston (1993) propôs em sua dissertação. Por fim, entende-se que a modernidade de Brasília não está ligada apenas à sua concepção arquitetônica, que se dá no Plano Piloto, mas está vinculada às diferentes formas de inserção social da cidade, à criação de outros polos urbanos, que contrapõem o moderno com o tradicional, e às questões de *status*, riqueza e pertencimento.

Palavras-chave: Brasília. Taguatinga. Pertencimento. Utopia. Moderno. Tradicional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Lugar como contexto e como conexão	45
Figura 2 - O ciclo da entropia social e espaço	46
Figura 3 - Diferenças nas configurações urbanas	49
Figura 4 - Eixo monumental, Brasília, 1981	50
Figura 5 - Centro de Taguatinga.....	50
Figura 6 - Posição de Brasília no planalto central brasileiro e as distâncias a que se acha das capitais e territórios. Reproduzido da revista Brasília, jan. 57	52
Figura 7 - Após os primeiros meses da inauguração de Brasília, algumas empresas aéreas promoveram redução de tarifas para as novas linhas da capital federal.....	53
Figura 8 - Propaganda do carro Simca Chambord em frente ao Palácio da Alvorada. Postadas pela revista <i>O Cruzeiro</i> , n.1, 17 de out. 1959	54
Figura 9 - Propaganda do carro Simca Chambord em frente à Capela Alvorada, localizada no Palácio da Alvorada. Postadas pela revista <i>O Cruzeiro</i> , n.1, 17 de out. 1959	54
Figura 10 - Propaganda do carro Simca Chambord em frente ao Palácio da Alvorada. Postadas pela revista <i>O Cruzeiro</i> , n.1, 17 de out. 1959.....	55
Figura 11 - Propaganda de indústria pesada de plástico Goyana frizando a modernidade das oficinas e do orgulho em dinamizar a economia. Postada pela revista <i>O Cruzeiro</i> , n.31, 16 de maio de 1959	55
Figura 12 - Capa da revista <i>O Cruzeiro</i> em 07 de maio de 1960 cobrindo uma reportagem acerca da inauguração de Brasília	56
Figura 13- Propaganda do governo com a intenção de arrecadar mais moradores para as regiões das cidades-satélites para povoar Brasília, incentivando a venda de lotes a preços baixos.....	57
Figura 14 - Imagem de placa anúncio da Novacap e a construção do Palácio da Alvorada	59
Figura 15 - Remoção para Taguatinga	60
Figura 16 - Casas em Taguatinga	61
Figura 17 - Remoção de moradores da Vila do IAPI para Ceilândia	77
Figura 18 - Propaganda do governo JK na revista <i>Brasília</i> , incentivando moradores em Brasília centro.....	86
Figura 19 - Propaganda do governo JK na revista <i>Brasília</i> , incentivando moradores em Brasília centro.....	87
Figura 20 - Placa de trânsito que confere segregação espacial no Distrito Federal	99

Figura 21 - Nuvem de palavras de idosos participantes da pesquisa, total de 11 participantes	100
Figura 22 - Nuvem de palavras de jovens participantes da pesquisa, total de 68 participantes.	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação da contagem a respeito da pergunta “como você considera que era a estrutura de Taguatinga?” do questionário para idosos, total de 11 idosos.....	67
Gráfico 2 - Distribuição da população do Distrito Federal no centro e na periferia, 1960, 1970 e 1980	88
Gráfico 3 - Quando você vai ao Plano Piloto, você se sente pertencente àquela realidade ou se sente um estrangeiro? (68 respostas) - jovens	95
Gráfico 4 - Com relação ao Plano Piloto, você se sentia: (11 respostas) – idosos.....	96
Gráfico 5 - Hoje, a sua impressão mudou? Se sim, para qual? (11 respostas) – idosos.....	97
Gráfico 6 Para você, Brasília é apenas o Plano Piloto, ou as demais regiões fazem parte de Brasília? (68 respostas) - jovens.....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Povoamentos urbanos e regiões administrativas no Distrito Federal, 1956-65	62
Mapa 2 - Planta de Taguatinga – 1964	63
Mapa 3 - Mapa axial abstraído das zonas urbanas de Brasília	70
Mapa 4 - Ocupação urbana do Distrito Federal em 1955	72
Mapa 5 - Ocupação urbana do Distrito Federal em 1960	73
Mapa 6 - Ocupação urbana do Distrito Federal ao final da década de 1960	74
Mapa 7 - Ocupação urbana do Distrito Federal na década de 1970	76

LISTA DE SIGLAS

CEUB – Centro Universitário de Brasília

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DF – Distrito Federal

FGV – Fundação Getúlio Vargas

JK – Juscelino Kubitschek

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Governo do Distrito Federal

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal

PEOT – Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal

PDL – Plano Diretor Local

POT – Plano de Ordenamento Territorial

POUSO – Plano de Ocupação e Uso do Solo

RA – Região Administrativa

RAs – Regiões Administrativas

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SEDUH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

TSS – Teoria dos Sistemas Sociais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo	39
--	----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Teoria das cidades	20
2.2	Teoria Dos Sistemas de Luhmann.....	25
3.	OBJETIVOS	29
3.1	Objetivo geral.....	29
3.2	Objetivos específicos.....	29
4.	HIPÓTESE.....	30
5.	JUSTIFICATIVA	32
6.	METODOLOGIA.....	33
6.1	Como analisar metodologicamente conseqüências do projeto modernista de Brasília, na prática, em um contraponto com Taguatinga	34
6.2	Questionários e entrevistas (pré-teste).....	35
7.	DISCUSSÃO TEÓRICA.....	38
7.1	Modernismo vs pós-modernismo.....	38
7.2	Espaço e vida urbana: semântica, sociabilidade e complexidade	44
7.3	O moderno e o tradicional	47
8.	RESULTADOS DA PESQUISA HISTÓRICO-DOCUMENTAL	51
8.1	O desafio estava lançado: Brasília meta-síntese	51
8.2	Taguatinga em formação	58
8.3	Ocupação urbana no Distrito Federal	69
8.4	Evolução da ocupação urbana no Distrito Federal em décadas.....	72
8.4.1	Ocupação urbana 1950/1960	72
8.4.2	Ocupação urbana 1970.....	76
8.4.3	A década de 1970 e a repetição dos problemas de habitação	78
9.	ANÁLISE DAS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE EM BRASÍLIA.....	80

9.1	Embates de classe	81
9.3	Crescimento rápido nas periferias (favelas e assentamentos urbanos ilegais).....	88
9.4	Representações sociais revelam a desigualdade e a falta de pertencimento	91
9.5	Espaço urbano é fonte de entropia social	102
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS	108
	ANEXOS	114

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como intenção adjacente discorrer sobre a relação da modernidade e suas novas transformações e formatações das cidades. Para tanto, é importante ter em mente a Teoria dos Sistemas Sociais e as teorias das cidades como fontes de entendimento e base constituinte deste estudo, bem como seu desenvolvimento teórico. Modernidade: como defini-la e como encará-la? A discussão sobre modernidade atravessa os estudos acadêmicos, políticos, filosóficos e sociológicos até hoje – ainda que não haja consenso acerca de todas essas questões. Esse momento histórico da sociedade normalmente é definido a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, as quais se originaram como forma de confronto ao tradicionalismo e à escolástica. A noção de modernidade na sociologia tem um sentido técnico, cuja profundidade vai além de um marco temporal e de uma época histórica. A modernidade é um tipo de sociedade contemplada a partir do século XVIII, originada na Europa Ocidental, admitindo como características gerais toda uma configuração social e institucional, a qual se tornou global em alcance e influência.

Os aspectos da modernidade podem ser percebidos de diversas formas ao longo da história. Simbolismos que configuram uma ideologia modernista, cuja essência está no desenvolvimentismo, no progressismo, na independência e na força. Algo ser chamado de moderno foi ou ainda é, para alguns, sinal de avanço e é visto de maneira positiva para um país ou uma cidade, por exemplo. As cidades europeias, as primeiras referências de modernidade, trazem suas singularidades, como, por exemplo, Paris, a cidade luz, cuja vanguarda faz dela um ícone de potência modernista nos seus ideais, referências e movimentos sociais.

Nesse sentido, países mais jovens como o Brasil absorveram e buscaram se colocar em um patamar de independência e força política e ideológica. A fase modernista no Brasil buscou referenciais europeus como sinônimos de avanços e de desenvolvimento. Dessa maneira, a capital Brasília foi pensada e construída justamente a partir do *slogan* desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek “50 anos em 5”, em prol de trazer toda a referência modernista e até futurista da Europa. Com isso, Brasília foi a meta-síntese do projeto desenvolvimentista de Kubitschek, intensificando sua proposta política e ideológica. A construção modernista, assim, sempre esteve associada com ideologias políticas e econômicas, com intuítos de promover o país.

Cabe enfatizar que, para este trabalho, toma-se Brasília como uma metrópole em construção e em formação, que tem alcance para além dos limites do Plano Piloto, englobando o Distrito Federal (DF) bem como sua região metropolitana (cidades situadas em diferentes Regiões Administrativas, muitas ainda em desenvolvimento). Como Sabbag (2012) destacou em sua tese de mestrado, Brasília é entendida, em um primeiro momento, como a área do Plano Piloto do projeto moderno de Lúcio Costa. Em seguida, com o aparecimento das cidades-satélites (termo utilizado antes de se conceber as Regiões Administrativas), o território de Brasília extrapola a região do Plano Piloto e passa a incorporar um modelo polinucleado e heterogêneo. (PAVIANI, 1985). Logo, Brasília é composta pelo Plano Piloto – entendido como a cidade central, ou cidade-mãe –, pelas cidades-satélites, atualmente chamadas de Regiões Administrativas, e pelas cidades periféricas entre as regiões dos estados goiano e mineiro, chamadas também de entorno (SABBAG, 2012).

O tema da modernidade é amplo e foi tratado em diversos campos da ciência (BOURDIEU, 1983) que articulam seus objetos e discursam acerca das mudanças e transformações históricas, sociais e econômicas diante do capitalismo emergente. Justamente por alcançar demasiados campos, a sociedade passou e ainda passa por uma transformação constante em face da complexidade moderna. É relevante pensar que a modernidade, em sua natureza imprevisível e volátil, proporcionou uma quebra nas bases de diversos campos ou ainda, sistemas.

A complexidade vem como um conceito importante para o trabalho e se atrela fortemente ao de modernidade, conseqüentemente à noção de convulsão e transformação célere da sociedade. Com essa imprevisibilidade descrita, o mundo e as análises do observador e de seu objeto de estudo passam a ter mais de uma circunstância, crescendo o número de possibilidades de resultados (NEVES, NEVES, 2006). O conceito de entropia seria “uma medida da variação ou desordem em um sistema”, isso para a biologia e química. Já que, em meio à modernidade podemos observar que vários campos, esferas ou, ainda, sistemas tendem à disfunção ou anomia, tem-se o conceito de entropia social, que seria a tendência de uma esfera da vida social partir para um processo de desordem crescente.

Nessa senda, observam-se as quebras de paradigma que são frequentes entre as ciências humanas e naturais (KUHN, 2006). Tais quebras, segundo Thomas Kuhn (2006), são advindas da própria modernidade – fermentadas pelos ideais iluministas – e sendo um período de muitas transformações históricas, conseqüentemente, os paradigmas e as bases da ciência

passam a se alterar. Com isso, há um acúmulo de conhecimentos racionais, promovidos pela teoria iluminista da razão, cujo papel é de superação por meio de uma perspectiva racionalista. A ruptura de paradigma se desenrola na medida em que não há um mero acúmulo de ideias, mas há uma quebra entre elas (KUHN, 2006). Para tanto, faz-se necessário, para Kuhn (2006), que haja uma relativização do conhecimento, pois, para cada paradigma, há pressupostos a serem seguidos, até determinado momento histórico. Concomitantemente, entende-se que há verdade, mas não há certeza de que elas serão refutadas no futuro (KUHN, 2006).

Esse processo de refutação, para ele, se vale do trabalho de historiadores e antropólogos, por exemplo, capazes de “acessar” o passado e compreender a linguagem e a realidade do paradigma que se esgotou. Assim, não se pode “ressuscitar” um paradigma passado, já que a interpretação necessária se dá pela hermenêutica juntamente com a conjuntura de um momento histórico específico (KUHN, 2006). Evidencia-se que o paradigma moderno, para Kuhn (2006), se dá pela naturalização da *artificialidade das questões*, sendo estas construções sociais. A modernidade passa a ser encarada como uma força normativa do futuro, já que a antiguidade (Era Medieval) é vista como a força normativa do passado, autenticada pela tradição.

Um aspecto que este teórico expõe é a orientação da autocompreensão da sociedade por meio dos paradigmas. Isso é relevante, porquanto é algo que se correlaciona com a Teoria dos Sistemas Sociais, de Luhmann, na medida em que um sistema social realiza a autorreflexão e a autocompreensão.

Em meio a essas mudanças, esses campos e sistemas variados passaram a se transformar e a perceber a modernidade, adaptando seus sentidos e a comunicação, conseqüentemente gerando informação. Tendo isso como pano de fundo, vale citar Baudelaire (1821-1867), analisado por Walter Benjamim (2000), cuja intenção era verificar as marcas da literatura como reflexo da modernidade. Esse poeta francês presenciou o começo fervilhante da modernidade na cidade de Paris, com a figura do *flâneur* (que seria o passante, o transeunte), suas fábricas e as invenções modernas, como o relógio de pulso. Simmel (2013), em seu trabalho *As grandes cidades e a vida do espírito*, já trataria exatamente a figura moderna dos indivíduos nas ruas, dos passantes no decorrer da agitada cidade.

Diante dessa mudança do pensamento humano, novas marcas passaram a guiar a sociedade moderna, como o desenvolvimentismo, o relativismo, a velocidade, o excesso de

informações, a economia globalizada, entre outras coisas. Essas características foram analisadas por diversos teóricos, como Giddens (1991) e Harvey (2008). Nessa disputa de discursos, há quem defenda ainda a existência da pós-modernidade. Esse tópico será pormenorizado adiante.

As cidades são elementos primordiais para a verificação da modernidade e da própria complexidade, portanto, da entropia. Se considerarmos o planejamento, a motivação e a construção de Brasília, será possível vê-la enquanto uma expressão moderna de cidade nova (MENDES, 2020). Essa essência se torna importante para a verificação da entropia e complexidade no Distrito Federal, já que a cidade é fruto de desenhos oriundos de um vazio, pautada na crença de uma sociedade moderna, inovadora, cujo planejamento foi completo em parte (DERNTL, 2016).

Dessa forma, o trabalho procurará nas premissas modernistas de Brasília as contradições (próprias do modernismo) com relação a Taguatinga, uma das cidades-satélites criadas a partir de um momento inicial de sua construção. Assim, estabelece-se o recorte temporal da pesquisa desde o início da construção e consolidação de Brasília, por volta dos anos de 1955 até os anos de 1970, já que nesse período houve tumultos e convulsões sociais, políticas e ideológicas, bem como fica patente a quebra da utopia modernista, no que diz respeito à origem das periferias e da não alocação dos operários nas superquadras do Plano Piloto por causa da falta de pertencimento espacial do *status*, que não possibilitava a inserção destes atores sociais no cenário modernista, mas sim em um tradicional e periférico.

É certo que as cidades chamadas satélites não faziam parte do planejamento inicial de Brasília. Por esse motivo ideológico as convulsões sociais surgem, já que era uma expectativa daquela população migrante fazer parte do contexto modernista. Os desvios da dinâmica de Brasília podem ser interpretados pela lógica modernista ou ainda, pós-modernista, ao passo que a modernidade traz em si mesma a contradição e as quebras sociais, o que Giddens (1991) irá afirmar, ou, ainda, é por efeito da pós-modernidade que trará em si as indeterminações e as dispersões sociais, como Harvey (2008) irá propor. De uma maneira ou de outra, a pesquisa evidencia esse aspecto dinâmico e fragmentado da modernidade.

Ora, soa estranho que o projeto modernista (utópico) tivesse por objetivo unir pessoas de todas as classes, realidades e capitais culturais em uma cidade modelo para todo o resto do país, pois isso não seria possível desde o seu princípio, já que a modernidade, ou a pós-modernidade, traz em si um aspecto de quebra, fragmentação e dispersão. A capital do Brasil, fecundada e estruturada através de uma essência modernista, não cumpriu completamente

com a proposta utópico-funcionalista de incluir, igualitariamente, pessoas de diversas classes em uma mesma cidade, em uma mesma superquadra.

A origem de uma nova cidade distinta e moderna, em tão pouco tempo e com ideias tão revolucionárias – as quais tinham a intenção de romper com o padrão do restante do Brasil – promoveu choque com a realidade tradicional do país. Observaremos que é a partir desses pressupostos modernos que diversas indeterminações, convulsões sociais e a quebra da utopia modernista encontram suas origens, como, por exemplo, no caso da cidade-satélite de Taguatinga, que surgiu em face da quebra da utopia, contrastando-se ao moderno enquanto uma cidade tradicional.

Como, então, compreender o choque entre o tradicional e o moderno na cidade de Brasília pela utopia modernista? Isso pode ser evidenciado a partir de alguns pontos: 1) houve embates de classes, reivindicações e disputas acirradas por terra; 2) houve uma quebra nas promessas e premissas do sonho modernista de incluir a todos; 3) a não inclusão dos operários promoveu um crescimento rápido nas periferias por meio das favelas e assentamentos urbanos ilegais; 4) o imaginário social revela a própria desigualdade estrutural no espaço urbano; 5) o espaço urbano é fonte de entropia social, que será um conceito agregado ao trabalho com a finalidade de fornecer uma nova perspectiva, uma vez que isso altera a sociabilidade e afeta o modo de organização da vida em sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria das cidades

Baudelaire (2012), em seu poema *Os sete velhos*, expõe o seguinte: “Cidade a fervilhar, cheia de sonhos, onde o espectro, em pleno dia, agarre-se ao passante! Flui o mistério em cada *esquina*, cada frente, cada estreito canal do colosso possante.” (BAUDELAIRE, 2012, p. 456). Os aspectos destacados revelam objetos de estudo marcadamente modernos, pelos quais Walter Benjamin, por exemplo, já havia se interessado (FREITAS, 2014). Baudelaire em seu auge modernista, analisando as sutilezas parisienses, elabora questões a respeito das multidões, da velocidade, das luzes, da prostituição, sendo que, para ele, “o tema principal para Baudelaire, que perpassa toda sua obra, da poesia à crítica, até seus escritos íntimos, é a modernidade. E o lócus da modernidade baudelairiana é a própria cidade.” (NEUNDORF, 2014, p.1).

Ademais, Walter Benjamin (2000), em *A modernidade e os modernos*, tomando a obra de Baudelaire e de Proust como objetos de reflexão, faz uma análise da modernidade e do impacto da poesia lírica para gerar consciência. Essa consciência é também “um papel de *flâneur*, contemplativo, mas também crítico por excelência.” (NEUNDORF, 2014, p.30). O *flâneur* é figura marcada em obras modernistas e na obra de Georg Simmel (2013) que foi precursor da sociologia urbana e do interacionismo simbólico.

Simmel (2013) presenciou o começo da modernidade na Europa, e, em seus estudos, muito se observa acerca da mudança de estilo de vida e dos valores. Nota-se a influência da metrópole na vida mental e no psiquismo, na medida em que a cidade tende a intensificar a vida dos nervos (FREITAG, 2008). As cidades modernas foram pensadas em torno de uma dinâmica fugaz e as formas de sociabilidade foram alteradas mediante os projetos arquitetônicos e os planejamentos das ruas e dos passantes, do próprio *flâneur*, que seria o viajante da modernidade, de acordo com Walter Benjamin.

A cidade está presente nos estudos sociológicos – direta ou indiretamente – desde a sociologia clássica até a sociologia contemporânea. No contexto das cidades, consideram-se os territórios da urbanização tanto os de dentro quanto os de fora do centro, ou seja, a parte rural e de entorno, cuja implicância define a problemática que envolve a sociologia urbana. Essa lógica de territorialização e determinação geográfica da cidade se assemelha à lógica da

identificação e determinação de um sistema em sua própria base operativa, uma vez que o sistema reconhece seus limites entre os demais e se autogere. Logo, cada cidade se vale de sua própria funcionalidade, identidade e gestão. A partir dessa noção há a relação entre *urbes* e *civitas*, espaço e arquitetura e relações humanas e políticas, respectivamente.

Essa relação entre *urbes* e *civitas* rege a condição urbana das metrópoles: novos padrões de interação social na tolerância e no reconhecimento das diferenças. Dentro desta condição se coloca um paralelo em que as grandes cidades possuem um papel indutor do desenvolvimento econômico e social no âmbito nacional e global, uma vez que as metrópoles são promotoras de coesão social e unem diversas pessoas e realidades distintas, apesar de serem competitivas entre si no sistema urbano global em que promovem a coesão social. Com esse desenvolvimento urbano ao longo do tempo, teorias surgiram a respeito deste tema tão latente e típico – o da modernidade. As teorias da sociologia urbana, bem como da arquitetura e urbanismo, passaram a dissertar a respeito da acessibilidade e integração, como o direito à cidade, de Henri Lefebvre (2001). Dentro desse panorama de produção teórica e científica a respeito da cidade, estudos sobre a desruralização produtiva do campo, inchaço metropolitano, mobilidade, industrialização e desconcentração das atividades econômicas começam a ocupar a produção acadêmica, justamente por se referirem às complicações modernas.

As cidades são uma das maiores evidências da modernidade, além de demonstrarem e refletirem as organizações sociais, a cultura e essência de um povo. Por outro lado, as cidades surgem como forma de destacar também as desigualdades frente às novas ordens metropolitanas globais e altamente desenvolvidas (DAVIS, 2006). A cidade torna-se uma marca de vulnerabilidade, já que está sujeita às mudanças e às alterações de tempo e espaço, haja vista a urbanização informal que cresce e se multiplica de tempos em tempos, o que envolve riscos para a população e diversos problemas quanto ao bem-estar e ao direito à cidade e qualidade de vida (DAVIS, 2006). Nota-se, assim, que, com o passar do tempo, novas aglomerações urbanas tendem a surgir, e estas vão se aprimorando e tornando-se formais, mas logo novos polos vulneráveis tendem a surgir. É um ciclo que pode ser observado no mundo.

Muitas são as dinâmicas sociais urbanas. Sendo assim, cada cidade traz consigo uma história, uma narrativa e uma identidade própria, a qual pode e tende a ser modificada pelo tempo e espaço. As configurações urbanas sofrem mudanças mediante a organização ou a

falta dela. A cidade se torna um laboratório, como defendiam os escritores da Escola de Chicago, a partir do interacionismo simbólico (BECKER, 1996). Andar nas ruas e verificar os problemas evidentes aos olhos é uma forma de se fazer sociologia, especificamente estudos na área da sociologia urbana.

Desde a construção de casas, blocos e ruas até a formação de toda uma malha viária, a cidade traz consigo a segregação urbana, uma tendência observada ao longo dos estudos da sociologia urbana. Novos padrões tendem a aparecer e complexificar essa tendência, como o aparecimento de enclaves fortificados, como Caldeira (2000) analisa nas cidades de São Paulo e Los Angeles. Tudo isso altera a dinâmica social e urbana e também faz com que a entropia aumente, já que a heterogeneidade cresce, bem como a complexidade e a desordem, e novas semânticas são incorporadas na lógica daquela localidade. Novos padrões e novas formas de organização se desenvolvem e complexificam a vida moderna, por conseguinte, gerando novas informações e novos bairros, cidades, aglomerações.

É papel da sociologia urbana, por excelência, compreender de forma inter e pluridisciplinar a sociedade por meio da análise do modo de vida nas cidades, cada qual com sua dinâmica e configurações próprias. As cidades dizem muito a respeito das sociedades e as espelham e são projeções ao mesmo tempo que projetam as especificações sociais no seu modo de urbanismo (WIRTH, 1987). Observa-se, interessantemente, que Brasília se cristaliza enquanto um paradigma da modernidade, como James Holston, em sua obra *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, de 1993, busca demonstrar. Essa lógica de projeção do imaginário social para o modo em que o urbanismo se organiza é a mesma lógica com a qual Holston (1993) trabalha no livro citado. Vê-se que Brasília surgiu como forma de manobrar o social por meio da criação de um imaginário de um futuro alternativo, desconexo do restante do país, como Holston (1993) pretende mostrar.

A construção e o planejamento de Brasília envolveram uma teia complexa de relações tanto entre sistemas socioeconômicos locais e nacionais quanto entre grupos sociais com diferenças históricas na forma de interação (HOLSTON, 1993). Dessa maneira, como Holston propõe, a arquitetura está cheia de intenções que visam à mudança da sociedade e à reformulação da vida cotidiana, além de que “o modernismo na arquitetura é, ele próprio, muitas vezes representativo dessa crítica dogmática das cidades e das sociedades” (HOLSTON, 1993, p.21).

Embutida nessa ideia de representatividade e do imaginário social, a partir do modo de vida e de organização social e cidadina, Brasília veio como uma forma de reerguer um imaginário social e criar um legado advindo da mitologia do Novo Mundo. Por isso as noções do moderno associadas às grandes potências foram incorporadas ao planejamento metropolitano de Brasília. Portanto, vale perceber que sempre houve um intuito de Brasília ser ajustada dentro de um padrão de grandes cidades, que mais tarde viriam a se chamar de uma rede de cidades globais, cuja tendência Brasilmar Ferreira Nunes (2014) analisará posteriormente. Logo, essa intencionalidade de poder e de demonstração de desenvolvimento político e econômico sempre houve em Brasília.

Nessa senda, o nacionalismo e o desenvolvimentismo foram marcadamente presentes na época da construção da nova capital, envolvida em um ideário de nova época para o país, cuja função era dar um novo rumo para a emergência da nação brasileira (HOLSTON, 1993). Além disso, para uma mudança irreverente e totalmente moderna, surgiu uma ideia tanto quanto utópica, nas palavras de Holston, que era a de criar uma perfeita coexistência social, já que houve uma preocupação em homogeneizar as fachadas dos blocos de apartamentos, cujo intuito era o de abrigar famílias desde o alto funcionário público até o pequeno.

Dessa forma, Brasília se coloca como uma antítese perante as condições sociais existentes no restante do país e também se vale como o antídoto para se vencer a estratificação. Assim, o igualitarismo não é um valor que é essencial e básico da sociedade brasileira, mas é um novo valor que os idealizadores quiseram criar entre os habitantes, sobretudo entre as crianças da nova capital, as quais dariam continuidade à nova forma de vida e de sociabilidade moderna, utópica e igualitarista (HOLSTON, 1993).

Essa condução um tanto quanto forçada dos idealizadores em relação às mudanças radicais nos valores e nas relações sociais de Brasília foi essencial para a implementação do igualitarismo. Holston (1993) diz que os planejadores viam essa condução, utópica e avassaladora, como uma forma de atingir a evolução social, que viria da capital para o país, e caberia aos arquitetos e urbanistas traçarem as linhas fundamentais para a concepção modernista de Brasília.

Leva-se em consideração a importância dos espaços urbanos enquanto promoção de informação e comunicação (NETTO, 2016). A concepção do espaço é de suma importância para a constituição de uma sociedade, comunidade e corpo social. É a partir do espaço que as relações sociais são produzidas, além da noção de pertencimento e das representações sociais

que brotam a partir da vida nos espaços. Portanto, os atores sociais que existem nos espaços são os promotores de significados, informações e comunicação. Ora, se os atores sociais não são envolvidos pela realidade do espaço, são tidos como desviantes, ou seja, “fora da regra”, “fora da realidade”, como Becker (2008) descreveu a partir da teoria do desvio na sociologia.

Quando os atores sociais são desvinculados de um espaço social, partindo de um processo de marginalização e reenquadramento em uma nova realidade social, eles podem ser chamados de “*outsiders*”, traduzindo: estrangeiros. É como se admitíssemos que esses indivíduos fossem incapazes de compreender as informações e de se comunicarem a partir do espaço social em que estão. Para o autor, o desvio é relativo, é tudo uma questão de perspectiva, já que um ato pode ou não ser considerado como uma quebra da lei ou da ordem que se estabeleceu socialmente com base na conduta ideal planejada e pensada para um determinado contexto.

Deslocando esse mesmo raciocínio para o caso das cidades, entende-se que há indivíduos deslocados para fora da realidade centralizada e planejada da cidade. Uma concepção que pode ser complementada por Mike Davis (2006) em seu livro *Planeta Favela*, já que diversos fatores impulsionam o surgimento e o crescimento desenfreado das favelas, sendo que a “superurbanização” é um deles. Tal fenômeno, segundo Davis, surge a partir da reprodução da pobreza e da falta de oferta de empregos. Podem-se interpretar essas questões urbanas pelo olhar da entropia, pela noção de convulsões sociais, mudanças de ordem social e urbana, alterações sociais.

Transferindo essa ideia para o *locus empiricus* do trabalho, que é Brasília, entende-se que, no projeto ideal, houve, sim, a intenção e o sonho modernista de agregar pessoas de todas as classes nas superquadras. Contudo, como Holston (1993) propõe em sua tese, essa foi uma utopia, e não aconteceu tudo da forma como foi planejado. Tampouco todas as pessoas de todas as classes sociais e de todos os *status* foram agregadas no centro urbano de Brasília, o Plano Piloto. Por esse motivo, os operários, os trabalhadores foram marginalizados e envolvidos em outra realidade social, outra ordem. Uma ordem diferente, à qual seria possível agregar os *outsiders*; uma cidade cuja dimensão social e informacional pudesse envolver as pessoas de baixa renda e de um *status* socialmente inferior.

A partir disso, a 25km de distância do centro do Plano Piloto, a primeira cidade marginalizada (cidade-satélite) foi criada em 1958, a cidade de Taguatinga. Por conseguinte, uma nova ordem social, em um novo contexto, não modernista, foi institucionalizada. A

criação dessa nova cidade, não modernista, longe do centro planejado e tão superestimado, foi produto da entropia social do contexto inicial da construção e formação de Brasília. O grande significado do modernismo evocava a Brasília uma memória europeia de evolução social, de riqueza e de futuro. Havia aqueles, então, que não se encaixavam nesse novo contexto moderno. Não à toa, esses atores sociais foram deslocados para um espaço urbano, cuja informação e comunicação fossem acessíveis e não gerassem mais entropia, ou seja, mais convulsão social.

Já que as metrópoles surgiram como marcas do modernismo, de desenvolvimento, de símbolo de pertencimento e cultura, o trabalho busca os caminhos da sociologia urbana para entender as dinâmicas entrópicas e complexas da cidade de Brasília e suas cidades satélites, *locus empíricus* deste trabalho. Ao longo dos próximos capítulos, serão desenvolvidas as análises acerca do projeto modernista de Brasília de modo a encarar as contradições de ordem e desordem presentes no Plano Piloto em relação às demais cidades do Distrito Federal, especificamente a cidade de Taguatinga, a fim de afunilar o estudo sem, contudo, esgotá-lo.

2.2 Teoria Dos Sistemas de Luhmann

Tendo em vista que a Teoria dos Sistemas Sociais abarca a necessidade metodológica deste estudo, Luhmann (2016) traz fortemente em suas teses a presença da interdisciplinaridade, valendo-se de vários conceitos e vocabulários de outras áreas e outros domínios, como as ciências naturais. Esse feito revela mais uma característica da TSS, na medida em que é uma teoria sistêmica. Luhmann expõe que, dessa intenção, uma posição transversal singular surge em relação às controvérsias clássicas: “estático *versus* dinâmico, estrutura *versus* processo, sistema *versus* conflito” (LUHMANN, 2016, p. 32).

Questiona-se, mais uma vez, o porquê dessa teoria ser útil para se compreender a modernidade. Partindo da noção de que a modernidade complexificou as investigações e percepções sociológicas, desde então a análise e metodologia sistêmica é de grande serventia. Com a modernidade, fomentou-se mais informação, conflito, comunicação, complexidade. Para Luhmann (2016), os sistemas são tidos como unidades estruturadas, porém fechadas, abrigando em seus processos e resoluções suas peculiaridades processuais. Assim, a percepção da “caixa preta” (*black box*) como uma resposta trivial ou não trivial, em uma

perspectiva de causa e efeito, foi aprimorada no sentido de que os sistemas possuem sua própria forma de responder de acordo com sua base operativa.

Diante dessa nova forma de pensar os sistemas, Luhmann (2016) traz novos conceitos para testificar sua teoria, como o de complexidade e de diferenciação. No processo de diferenciação, coloca-se a dinâmica entre um sistema e outro, pautando-se pelo número de diferenciações e distinções que são feitas pelos mesmos. Há um processo de fragmentação e particularização, o qual é advindo da complexidade moderna. Isso pode ser ratificado nessa passagem de Georg Simmel (2013):

“As relações e oportunidades do habitante típico da cidade grande moderna costumam ser tão variadas e complicadas, sobretudo mediante a acumulação de tantos seres humanos com interesses tão diferentes, e suas relações e atividades engrenam um organismo tão complexo que, sem a mais exata pontualidade nas promessas e realizações, o todo se esfacelaria em um caos inextricável.” (SIMMEL, 2013, p. 315)

Outro aspecto relevante da Teoria dos Sistemas Sociais é o conceito de autorreferência do sistema, cuja função metodológica é entender que cada sistema se auto-organiza e tem uma reflexividade própria (LUHMANN, 2016). A noção biológica da autopoiese do sistema se dá por meio das informações que os sistemas recebem e processam em si mesmos. Tem-se, então, que os sistemas abertos recebem informações do meio em que estão e fazem suas próprias elaborações e reformulações, na medida em que a comunicação é fundamento processual que rege toda a sociedade e a ação social. Para tanto, vislumbra-se essa perspectiva no seguimento de Maturana (1978):

“Um observador é um ser humano, uma pessoa, um *sistema* vivo que pode fazer *distinções* e especificar que ele ou ela distingue-se como uma unidade, como entidade diferente de si mesmo que pode ser usada para manipulações ou descrições nas *interações* com outros observadores.” (MATURANA, 1978, p.31).

Sobretudo, a noção de complexidade é que se permite entender a infinidade de circunstâncias possíveis no mundo moderno complexo, em contraposição com um mundo tradicional, (NEVES, NEVES, 2006). Logo, em uma sociedade eminentemente emergente e efervescente, os sistemas passam a receber demasiada informação do entorno para se processar, dado que a comunicação se faz muito mais necessária e aprimorada no contexto moderno (LUHMANN, 2016). Tendo em vista a impressão – que muitos de nós possuímos – de que ‘vivemos em um mundo cada vez mais complexo’, Netto (2016) constata que:

“Manuel Castells (1996) relaciona essa complexidade ao problema do excesso de informação (*too much information*). Aparentemente, nossa sociedade global produz mais informação do que conseguimos conhecer e lidar. O sociólogo alemão Niklas Luhmann (1995) via essa complexidade de outro modo: o real desafio que ela

traz é o excesso de opções (*too many choices*), o que nos impõe o problema incontrolável da escolha.” (NETTO, 2016, p.119).

A reprodução do sistema, para Luhmann, se dá a partir da capacidade de formar ligações entre os elementos do sistema (seus atores e suas ações) e os demais sistemas. Isso é uma conexão fomentada pela comunicação, sendo que toda comunicação é dotada de significado. Logo, o número elevado de significados criados no sistema promove um número elevado de possibilidades de seleção, de referência, de escolha. “As estruturas do mundo social seriam, portanto, voláteis: elas existem enquanto ações e comunicações acontecerem” (NETTO, 2016, p.120). Os sistemas sociais, assim, criam meios de conectar as ações e eventos de seus indivíduos e seus atores (elementos). Algo relevante a se notar, como Netto (2016) bem adverte, é que essas conexões são realizadas no tempo, sendo que Luhmann não leva em conta o espaço, e tanto seu trabalho quanto esta pesquisa pretendem aplicar o espaço.

Diante desse meio tendencioso para a desorganização, excesso de informações e comunicação, toma-se o espaço urbano como fomentador e catalizador da comunicação social e da geração de informações (NETTO, 2016). Estender sistemicamente o espaço e as influências modernas nas projeções sociais são considerações teóricas relevantes para a compreensão da relação do espaço e das cidades no processo de inserção social e do pertencimento nas cidades, sejam modernas ou tradicionais.

Por sua vez, esse confuso e desordenado montante de informação social e conexões fomenta uma enorme convulsão social, pois é fácil encontrar as cidades em “estados de imprevisibilidade, resultado do caráter individual e da enorme pluralidade de atores, seus atos e os conteúdos informacionais e motivações desses atos, variáveis no tempo e em sucessão e simultaneidade constante.” (NETTO, 2016, p.120). A associação mais comum feita à entropia é a de imprevisibilidade, de causalidade, de caos e de complexidade (ARAÚJO, JÚNIOR, GOMES, 2015). Logo, não só o tempo e não só as informações podem gerar desordem e convulsões sociais, não obstante o espaço seja uma evidência disso (NETTO, 2016).

Por que isso é relevante para o trabalho? Em uma perspectiva sistêmica, é possível compreender as influências das estruturas no espaço e no tempo em relação às cidades. Compreender sistemicamente as influências da modernidade em contraposição com as formas tradicionais de organização do espaço e do tempo auxilia, com um aporte teórico relevante, a compreensão, por outra vereda sociológica, da realidade de Brasília, em específico o caso de Taguatinga *versus* Plano Piloto. Dessa forma, isso será de grande valia para se compreender

Brasília, que será o estudo de caso abordado no trabalho. Se com a modernidade, há um aumento de complexidade e de informações, conseqüentemente a cidade moderna referência do país também tem que apresentar traços que vinculam a modernidade na dinâmica urbana de Brasília, afetando a forma de sociabilidade e as formas de inserção social.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Diante de toda essa conjuntura e explicação, tem-se como pergunta motivadora do projeto: “Como que a modernidade afetou a dinâmica de Brasília promovendo novas formas de apropriação e de inserção social e urbana?”. Assim, estabelece-se o objetivo geral que é perceber de que forma a modernidade afeta a forma de vida, de dinâmica, de inserção social e de sociabilidade a partir do espaço, considerando uma comparação entre o Plano Piloto moderno em comparação com outra RA, Taguatinga, mais tradicional.

3.2 Objetivos específicos

- 3.2.1 Desenvolver os conceitos de modernismo e pós-modernismo em uma discussão teórica, ressaltando os aspectos de influência no espaço urbano;
- 3.2.2 Destacar as crescentes complexidade e informação diante da modernidade;
- 3.2.3 Analisar o papel das cidades na redução da entropia social de forma a promover comunicação fluida e organização social;
- 3.2.4 Compreender como a sociabilidade (vida urbana) altera a noção de pertencimento urbano e espacial;
- 3.2.5 Verificar de que modo o Imaginário Social está inserido nessa lógica de pertencimento urbano diante da noção de *status* e de sociabilidade urbana;
- 3.2.6 Perceber as diferenças de espaço e vida urbana no Distrito Federal e de forma afetam as sociabilidades entre o Plano Piloto e Taguatinga;
- 3.2.7 Entender que as convulsões sociais do período inicial da construção de Brasília fomentaram uma nova dinâmica na cidade com a origem de cidades-satélites e sua vida urbana tradicional contrastante com a do Plano Piloto;
- 3.2.8 Analisar o surgimento das cidades-satélites, enquanto forma de prover um espaço capaz de acolher a forma de vida, *status* social dos indivíduos residentes como forma de exercer comunicação e gerar informação, não apenas como forma de subsistência.

4. HIPÓTESE

Dessa maneira, formula-se a hipótese da pesquisa a partir do fato de que a construção de Brasília envolve um contexto utópico, como Holston (1993) se esforça para demonstrar em sua dissertação. Diante disso, o trabalho busca em fatos e documentos históricos o teor utópico modernista e igualitarista que afeta não apenas a ideologia ou a epistemologia da construção da cidade. Essa influência modernista afeta muito mais do que a construção de prédios e pavimentos arquitetonicamente modernos, mas apoia uma vida urbana moderna.

A hipótese do trabalho é que se outrora cidades europeias sofreram com as influências bruscas e velozes do modernismo, com as influências das lutas de classes, problemas trabalhistas e sociais, não seria diferente com a cidade de Brasília. Uma vez que os ideais da capital do Brasil apoiaram-se nestas noções modernas, as consequências ressaltariam no espaço e afetariam a forma de vida e as sociabilidades dos moradores.

Da mesma forma que as primeiras cidades que se modernizaram no mundo sofreram com o aumento populacional e a dificuldade de contemplar a todos com o novo modo de vida nas fábricas e na realidade veloz modernista, em Brasília também. Novas cidades surgiram para além do centro de Brasília com o intuito de abrigar as pessoas que não estariam “aptas” a conviver no centro de Brasília. O afastamento dessas pessoas não apenas era uma forma de marginalizar a população migrante, por falta de espaço, mas revela uma tentativa de limpeza social e espacial (HOLSTON, 1993) e acusa a quebra da utopia igualitarista que estava nos planejamentos iniciais da cidade.

O não acolhimento dessas pessoas foi para além de uma questão arquitetônica ou estrutural, mas se ateve também a uma questão sociológica e epistemológica. As premissas modernas estão imbuídas em convulsões sociais, em uso de *status*, em ações inovadoras e no rompimento com o passado. Os operários advindos de outra realidade, com pouca instrução ou pouco *status* social não foram absorvidos por uma questão de pertencimento social. Será que eles não foram considerados “capazes” ou “habilitados” para participar da realidade moderna do centro Brasília?

Holston (1993) mostra que o interesse principal dos organizadores de Brasília era manter uma cidade para o funcionalismo público. Aqueles que estavam participando dos canteiros de obras seriam menosprezados pela falta de utilidade e de serventia com o passar

do tempo. Contudo, a formação das novas cidades-satélites foi uma maneira de conciliar essa dificuldade enfrentada pela população brasiliense em formação.

A criação de novos centros populares tradicionais refletia a forma de vida e de organização mental daqueles operários. Como Simmel (2013) demonstrou, a modernidade afeta a vida mental dos indivíduos; da mesma forma as pessoas foram marginalizadas a fim de cumprirem com outra função dentro da organização da cidade como um todo. Não à toa essas cidades-satélites tinham uma incumbência voltada para a produção agrícola e de suprimento de Brasília (DERNTL, 2016; HOLSTON, 1993, SILVA, 2011).

A cidade, como Netto (2016) aponta, surge como forma de solucionar os problemas da complexidade e do excesso da informação geradas pela velocidade modernista. Contudo, a formulação de uma cidade tradicional ou moderna afeta a forma de suavizar ou absorver as convulsões sociais. Esse é o raciocínio da pergunta motivadora do trabalho. Assim, os indivíduos agem e interagem de forma a se diferenciar social, informacional e urbanamente.

Se as estruturas das cidades urbanas modernistas não favorecem o convívio e a vida nos espaços urbanos de natureza igual às cidades tradicionais (BARROS E ALVIM, 2016), logo a resolução de conflitos sociais se vale de maneiras distintas. A diferença de sociabilidade nas cidades gera diferenças na forma de comunicação e geração de informação (NETTO, 2016). Os atores sociais se organizam de formas distintas com relação ao espaço. Logo, se o espaço é modernista ou tradicional, isso afeta a vida social e a forma de se produzir informações.

Portanto, não seria provável criar uma cidade moderna e esperar que esta seguisse seu planejamento por completo, afinal, a modernidade, ou ainda a pós-modernidade, não traz consigo um único sentido, uma regra trivial e óbvia, mas se caracteriza pela desorganização, pela rebeldia, pelo improvável e pelo imprevisível. Da mesma forma que outros autores se debruçaram sobre a ideia de que a modernidade e a pós-modernidade trazem esses rompimentos na ciência, nas relações sociais, nos movimentos sociais, inclusive nas cidades, esta monografia se destina a entender como essas questões podem ser percebidas em Brasília, *locus empíricus* da pesquisa.

5. JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica diante da necessidade sociológica de compreender e articular elementos sociais relevantes, como o espaço, a cidade e a concepção e formação desse espaço. Assim, o trabalho tem como justificativa colaborar para um entendimento da modernidade (ou pós-modernidade) e das suas consequências nos projetos e na estruturação das cidades. Isso afeta, por conseguinte, as relações sociais, a locomoção, as informações e a geração destas, bem como comprova a intensificação da desordem e rompimento de estruturas, ou seja, de modelos.

Ao pesquisar a respeito das diferentes formas de vida em cada cidade-satélite, é possível perceber as diferenças nas sociabilidades e verificar como a vida no Plano Piloto é distinta. Os pressupostos modernistas continuam a vigorar no Plano Piloto, mesmo que o projeto igualitarista e planejado não tenha sido um completo sucesso. Ainda é possível ver como que a dinâmica urbana se distingue em cada uma destas duas RAs.

Justamente por verificar essas diferenças, pelo processo sociológico, é que se compreende historicamente e socialmente a formulação de diferentes imaginários sociais, contendo diferentes *status* e capitais culturais, os quais diferenciam o modo de vida. A sociabilidade se transforma pela cidade; a cidade é um reflexo da sociedade. Ao passo que podem observar as ruas do Plano Piloto vazias – mesmo a avenida comercial W3 – as ruas da cidade de Taguatinga são movimentadas. A vida da cidade é distinta. Como Holston (1993) alegou em sua tese, que Brasília, a cidade modernista, é uma cidade sem esquina, podem-se verificar as implicações disso. Mesmo nas entrequadras a sociabilidade é diferente e pode ser afetada justamente por não existirem ruas ou avenidas adequadas para uma socialização convencional.

Partindo destas primeiras observações, é importante verificar sociologicamente, desde a concepção da cidade até a consolidação de Brasília enquanto capital federal, aspectos que apontem para o entendimento dessas diferentes sociabilidades. A concepção epistemológica e a constituição das cidades são anteriores a essas considerações. Por isso é importante compreender o conceito do moderno e sua oposição ao tradicional, de forma a fomentar a discussão sociológica do assunto.

6. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho se ateve a uma revisão teórica de diversos autores da Sociologia Urbana e da Teoria dos Sistemas Sociais, como forma de avaliar e perceber conceitos basilares do estudo, modernidade e tradicionalismo, complexidade e informação e entropia – que será um conceito abordado no último capítulo –, bem como dinâmicas urbanas e formas de inserção social. Estes conceitos fomentam a discussão e são importantes para se entender as dinâmicas e pautas das cidades modernas.

Ademais, a metodologia desta Monografia também se volta para uma perspectiva da sociologia urbana, metodologia interacionista simbólica, originada na Escola de Chicago. Essa escola tinha a intenção de fazer uma sociologia com engajamento em denúncia social e superação dos problemas sociais gerados pelas cidades (BECKER, 1996). Dessa maneira, por meio dessa metodologia, é possível fornecer estudos das cidades com o entendimento voltado para diversos temas, desde as organizações juvenis, guetos, imigrantes, cosmopolitismo, bairrismos.

Por essa perspectiva, pode-se contemplar Brasília, a cidade modernista de JK, pela Psicologia Social e Sociologia na perspectiva interacionista e do simbolismo. O projeto modernista e a realidade da cidade com o crescimento exacerbado (PESCATORI, 2019) e a formação de simbologia do pertencimento do Plano Piloto e das antigas chamadas cidades-satélites. Isso, porque como Derntl (2019) informa as experiências e práticas na construção de novos núcleos das Regiões Administrativas (RAs) concebem novos significados em relação à concepção modernista do Plano Piloto da mesma forma como o interacionismo simbólico propõe e a noção metodológica de representação social como Porto (2006) elenca em seu artigo. Tudo isso compõe um panorama a respeito da concepção da construção de Brasília, desde seu projeto e o aparecimento de outros núcleos urbanos, ocupados por pessoas distintas da capital (BEÚ, 2007), demonstrando uma sociabilidade e vida urbana distintas das do moderno Plano Piloto (BARROS E ALVIM, 2016; BRANDÃO, 2003; BEÚ, 2007; PESCATORI, 2019).

6.1 Como analisar metodologicamente consequências do projeto modernista de Brasília, na prática, em um contraponto com Taguatinga

Um ponto culminante da pesquisa que vislumbra satisfazer uma questão que é como analisar metodologicamente as consequências da modernidade em Brasília, enfocando em Taguatinga. Para tanto, a pesquisa contou alguns tópicos que servem para orientar o entendimento dessa perspectiva sobre Brasília. Partindo da pergunta “como perceber as influências de um projeto modernista – para além do âmbito arquitetônico – no espaço, no período inicial da construção e consolidação de Brasília?”, evidenciam-se os tópicos da pesquisa para averiguação da orientação da pesquisa:

- 1) Embate de classes;
- 2) Quebra da promessa e do sonho modernista de incluir a todos no Plano Piloto;
- 3) Crescimento rápido nas periferias (favelas e assentamentos urbanos ilegais);
- 4) Representações sociais revelam a desigualdade e a falta de pertencimento;
- 5) Espaço urbano é fonte de entropia social;

Par cumprir com essa metodologia elencada, lança-se mão de técnicas de pesquisa específicas. As técnicas de pesquisa qualificaram esta monografia como uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, que consistirá na análise de mapas e dados a respeito da arquitetura e da ocupação no Distrito Federal, bem como documentos e pesquisas fornecidas pela SEDUH. Dessa maneira, o estudo de caso de Brasília se valerá, também, de uma análise teórica e documental, a fim de se verificar a evolução ocupacional urbana no período inicial da construção de sua construção. O recorte temporal se fará do ano de 1955 até o final da década de 1970, uma vez que em 1970 há uma consolidação de Brasília enquanto capital do Brasil, em meio ao governo militar. Além disso, a pesquisa contou com uma técnica de pesquisa de etnografia a fim auxiliar as percepções espaciais e urbanas de Taguatinga e também do Plano Piloto.

Isso para a compreensão da RIDE como forma de elucidar a marca da desordem moderna ao longo dos anos e o conseqüente aumento de possibilidades para convulsões modernas no espaço da cidade. No mais, mapas da ocupação urbana, mapas axiais, modelos de dinâmica e esquemas arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos por outros estudos acadêmicos serão trabalhados na metodologia da monografia.

Por fim, para se cumprir o ponto de número 1, a pesquisa documental e bibliográfica se ocupará por fazê-lo. O ponto de número 2 se valerá da análise de mapas e dados para verificar a evolução ocupacional do DF. Já o ponto de número 3, assim, como o ponto número 1, se voltará para pesquisa bibliográfica, documental e histórica. O ponto número 4, por sua vez, se encaminha para a ferramenta de pesquisa prática de aplicação de questionários. Por fim, o ponto de número 5 é contemplado, fortemente, pela produção de outro autor da área de arquitetura e urbanismo, Vinicius Netto (2016), o qual demonstra a existência de entropia nos espaços urbanos.

6.2 Questionários e entrevistas (pré-teste)

Com o intuito de facilitar o entendimento e dar respaldo científico, esta monografia se aliou à técnica de pesquisa de questionários e de entrevistas. Para tanto, restringiram-se os grupos, segmentando-os, cada um voltado para uma intencionalidade específica.

O questionário foi feito utilizando-se a plataforma do Google Forms, para aplicar os formulários de perguntas à distância, levando-se em consideração as regras de distanciamento social devido à atual pandemia de Covid-19. O alcance nas plataformas e mídias sociais se valeu pela Bola de Neve, que é uma técnica de amostragem não probabilística. Isso quer dizer que, a partir da seleção de poucos indivíduos que estão dentro do perfil necessário à pesquisa, os novos participantes são indicados a responder o questionário, e, assim, sucessivamente (VINUTO, 2014). Dessa maneira, o número total de participantes n não precisa ser delimitado necessariamente, de forma que a pesquisa se conduz fluidamente, possibilitando ao pesquisador que a encerre quando obtiver informações suficientes para contemplar o problema de pesquisa.

Por conseguinte, dois grupos foram divididos por faixa etária: idosos e jovens. Os idosos participantes tinham acima de 60 anos, sendo a pessoa mais velha entrevistada de 81 anos. Os jovens que participaram do questionário estavam no intervalo de 20 a 35 anos, conferindo pessoas nascidas nos anos de 1986-2001.

Os idosos participantes tiveram uma restrição no que diz respeito à moradia, sendo que apenas idosos residentes em Taguatinga foram o foco para contemplar a pesquisa. O interesse na segmentação por faixa etária não era meramente comparativa, já que o intento era coletar informações distintas de cada grupo. Vale citar que, no caso dos idosos, houve um pré-teste

da pesquisa com quatro idosos próximos a mim, sendo, então, realizada uma entrevista semiestruturada, que sofreu alterações para ser enviada em forma de questionário para idosos desconhecidos. Da mesma forma, as perguntas feitas na entrevista com esses quatro idosos serviram de base para o questionário aplicado aos jovens, o qual também sofreu alterações, uma vez que a finalidade das perguntas se altera conforme a idade, a saber, acerca das questões históricas.

Diante disso, as perguntas dos idosos têm uma função investigativa histórico-sociológica de averiguar as condições sociais (residência e infraestrutura, por exemplo) relacionadas às pessoas nos anos iniciais de Brasília, contemplando o recorte temporal. No mais, há perguntas de cunho investigativo sociológico no que diz respeito ao imaginário social desses idosos com relação ao cenário de Brasília, observando seu pertencimento no espaço urbano, sua percepção em relação aos aspectos urbanísticos da cidade de Brasília. O total de perguntas utilizadas para o grupo de idosos foi de onze questões, as quais serão detalhadas e especificadas em capítulos seguintes, na parte de resultados da pesquisa prática, sendo que o total de idosos entrevistados foi de 11 idosos participantes, ao total, entre pré-teste e questionários *on-line*.

Por outro lado, as perguntas voltadas para o grupo de jovens tinham um teor investigativo sociológico no que diz respeito ao imaginário social. Resultando em apenas cinco perguntas, o questionário não se restringiu a nenhuma região específica do Plano Piloto. O grupo de jovens, ao contrário do de idosos, que serviu para uma coleta de dados históricos, serviu para a confecção de uma nuvem de palavras correlacionadas a Brasília. Essa elaboração servirá para a contemplação do imaginário social relacionado ao que Brasília significa e remete à mente dos jovens habitantes de Brasília. A mesma pergunta foi feita aos idosos, e é de intento da pesquisa comparar as nuvens de palavras de ambos os grupos. O grupo de jovens totalizou 68 jovens participantes da pesquisa com formulários *on-line*.

Devido ao fato de que os jovens utilizam muito mais as mídias sociais e os aparelhos eletrônicos, o alcance da pesquisa foi superior ao do grupo de idosos, de fato. Isso deve ser mencionado, porém não invalida a comparação, pois uma pesquisa mais profunda, em compensação, foi realizada com os idosos, os quais responderam mais que o dobro de questões.

Finalmente, a análise dos dados será feita por recursos digitais, de forma a apresentar os dados com clareza por meio de gráficos relevantes para a pesquisa e para a sociologia urbana e outros estudos futuros.

7. DISCUSSÃO TEÓRICA

7.1 Modernismo vs pós-modernismo

Esse primeiro tópico da discussão teórica busca fazer uma distinção entre dois conceitos-chave que dialogam com o trabalho e fomentam uma retomada de autores e bibliografias instigantes e que são oportunas para o estudo. A partir do momento que se tem uma cidade como Brasília, moderna, deve-se entender o que está por trás do conceito, já que este tem variações e também ramificações.

Não é consensual que haja ou que exista a pós-modernidade ou que realmente já a estejamos vivendo. Há autores que acreditam que a realidade indeterminada e tão imprevisível é devida à pós-modernidade, contudo há autores que alegam que isso sempre foi característica da própria modernidade.

Não com o intuito de sanar e esgotar o tema, mas com a intenção de criar um ambiente epistemológico favorável para se compreender de forma sistêmica o que perpassa a essência do projeto modernista de Brasília, este tópico se aterá a dois trabalhos – a obra *Condição pós-moderna* de David Harvey (2008), e a de Anthony Giddens *As consequências da modernidade* (1991), em que a pós-modernidade é estabelecida, datada e contemplada, e, no outro, todas as ramificações e mudanças sociais são vistas como raízes da própria modernidade, respectivamente.

Com a finalidade de introduzir o tema, a tabela a seguir foi formulada por Ihab Hassan (1985) em um artigo intitulado de “The culture of postmodernism” a qual é apreciada por David Harvey (2008) em sua obra e é didaticamente explicativa e válida para a discussão deste tópico.

Tabela 1 - Diferenças esquemáticas entre modernismo e pós-modernismo

MODERNISMO	PÓS-MODERNISMO
Romantismo/simbolismo	Parafísica/dadaísmo
Forma (conjuntiva, fechada)	Antiforma (disjuntiva, aberta)
Propósito	Jogo
Projeto	Acaso
Hierarquia	Anarquia
Domínio/logos	Exaustão/silêncio
Objeto de arte/obra acabada	Processo/ <i>performance/happening</i>
Distância	Descrição/desconstrução
Criação/totalização/síntese	Descrição/desconstrução/antítese
Presença	Ausência
Centração	Dispersão
Gênero/fronteira	Texto/intertexto
Semântica	Retórica
Paradigma	Sintagma
Hipotaxe	Parataxe
Metáfora	Metonímia
Seleção	Combinação
Raiz/profundidade	Rizoma/superfície
Interpretação/leitura	Contra a interpretação/desleitura
Significado	Significante
<i>Lisible</i> (legível)	<i>Scriptible</i> (escrevível)
Narrativa/grande <i>histoire</i>	Antinarrativa/ <i>petite histoire</i>
Código mestre	Idioleto
Sintoma	Desejo
Tipo	Mutante
Genital/fálico	Polimorfo/andrógino
Paranoia	Esquizofrenia
Origem/causa	Diferença-diferença/vestigio
Deus Pai	Espírito Santo
Metafísica	Ironia
Determinação	Indeterminação
Transcendência	Imanência

Fonte: Hassan (1985, p.123-124).

Harvey (2008) notoriamente aponta que esse esquema expõe relações complexas em polarizações simples, contudo este é um bom e útil ponto de partida para a discussão. Vale destacar algumas dessas oposições, as quais estão em negrito para destaque no interesse da pesquisa, que está voltada para o âmbito da sociologia urbana e da arquitetura. Diante disso, como Harvey (2008) evidencia, o estabelecimento do pós-modernismo foi em meados da década de 60, em que as crenças na racionalidade e no positivismo estavam perdendo forças para as possibilidades heterogêneas, libertadoras e fragmentadas da pós-modernidade. Nesse sentido, “a perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de

conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado”, conforme destaca com certo receio Giddens (1991, p.9).

A indeterminação seria, então, uma marca do pós-modernismo para Harvey, ao passo que Giddens defende que a modernidade não está mais associada a sua localização geográfica inicial, porém as suas “características principais estão guardadas em uma caixa preta” (1991, p.8). Tais características, diz Giddens (1991), não expressam epistemologicamente um novo tempo ou uma nova era em que vivemos; não é necessário criar novos termos, tal como pós-modernidade, uma vez que para compreender as consequências da modernidade, é preciso entender a natureza da própria modernidade.

Dessa maneira, ao olhar novamente para a Tabela 1, vê-se que para os pós-modernistas não havia necessariamente um projeto, mas as cidades se constituíram ao acaso, de forma fragmentada e múltipla, como Harvey (2008) expõe. No caso, sabe-se que Brasília teve seu projeto modernista, um planejamento e uma projeção para se ter uma obra acabada. Se, no entanto, olharmos para a atualidade, não de se conferir aspectos ainda inacabados que estão em processo: as RAs que ainda estão se desenvolvendo, em planejamento, e outros núcleos urbanos que ainda estão surgindo no entorno. Então, sob a visão que temos da tabela e de Harvey (2008), Brasília parece ter tido fases, talvez em seu início modernista, e, por essa perspectiva, um desenvolvimento na fase pós-modernista.

Com a leitura do parágrafo anterior, é possível perceber algumas propriedades do projeto modernista de Brasília. O projeto tinha intenção de abrigar famílias de todas as classes sociais, inclusive os trabalhadores, fomentando um ideal socialista de sociabilidade em cada superquadra (HOLSTON, 1993). Embora tivesse essa motivação, Holston (1993) mostra que o modernismo de Brasília simbolizava as inovações arquitetônicas e governamentais agindo contraditoriamente entre ideias capitalistas e socialistas. No que diz respeito aos ideários capitalistas, Brasília possui sua importância simbólica e técnica enquanto meta-síntese do Programa de Metas de Kubitschek em sua política desenvolvimentista nacionalista.

Voltado para o sentido arquitetônico e urbanístico, Harvey (2008) dedica um capítulo de seu livro para investigar o pós-modernismo na cidade e tenta demonstrar que as cidades sofreram grande influência com o período pós-industrial, em que tecnologias e inovações moveram projetos arquitetônicos distintos e novas formas de sociabilidade. A função urbana teria de ser total, em que distâncias a pé seriam agradáveis para se viver na “boa cidade” pós-moderna. As comunidades seriam completas e finitas, em que se encontrariam “cidades no

interior de uma cidade”. Nesse sentido, observa-se outra característica que consta na Tabela 1, a concentração, que pode ser entendida como centralização. Ora, era de interesse do projeto centralizar politicamente o país e também as pessoas que habitariam na cidade.

No entanto, Brasília teve um crescimento intenso e massivo ao longo dos anos, o que em parte era esperado; novos concursos para planejamento das “cidades-satélites” (hoje chamadas RAs) surgiram com a intenção de dirimir os danos urbanísticos e sociais com as aglomerações e invasões nessas regiões. Dessa maneira, entende-se que, com o decorrer do tempo, Brasília acabou por denotar certa dispersão, já que as pessoas não estavam totalmente centralizadas no Plano Piloto. Será que isso também pode representar outra fase da cidade, sendo que houve um início modernista e um desenvolvimento pós-modernista?

Holston (1993) coloca que, apesar de Brasília ter sido planejada para a criação de uma sociedade modernizada, a sociedade que a ocupou e a construiu foi uma sociedade totalmente diferente. O autor diz que isso contribuiu para o “abrasileiramento” da cidade e foi uma contrarresposta às expectativas de Lúcio Costa para o seu Plano Piloto, já que “o dinamismo da sociedade brasileira inequivocamente destruiu as esperanças utópicas que o Plano continha” (p.105). Posto isso, podemos perceber que o projeto, o plano inicial continha determinação a respeito de uma sociedade e de um modelo de sociabilidade. No entanto, como Holston (1993) expõe, há uma dicotomia entre “plano” e “realidade” que denota a indeterminação da ordem social imaginada para Brasília. Não foi possível assegurar uma definição coletivista e igualitária e nem urbanística e funcionalista (de forma total) no que diz respeito a moradia, trânsito, trabalho e lazer.

Ademais, nota-se que as cidades-satélites, ou ainda, “cidades de rebelião”, como Holston (1993) diz, surgiram de forma a causar um “abrasileiramento” na capital, fragmentando e heterogeneizando a sociedade moderna que havia sido pensada.

Entretanto, para Giddens (1991) nenhum desses questionamentos a respeito das características da Tabela 1 seria verdadeiro. Esse sociólogo entende que nós não estamos vivendo algo para além da modernidade, no entanto estamos vivendo a fase da radicalização da modernidade. Para Giddens (1993), as fichas simbólicas e os sistemas de peritos são elementos usados por ele para entender metodologicamente o efeito de desencaixe da modernidade, ou seja, o efeito de deslocamento de relações sociais contextualizadas localmente para extensões indefinidas de tempo/espço. Assim, uma hegemonia europeia, ou ocidental, parou de ser tão evidente na medida em que a modernidade foi “encaixada” por

instituições modernas – p.e., estado-nação, em escala mundial. Por esse motivo é possível compreender aspectos modernos na capital brasileira desde seu projeto e concepção.

Giddens (1991), então, acredita que outras sociedades absorvem as fichas simbólicas (como o dinheiro) para legitimar políticas e ideias e gerar comunicação e interação mundial. Já os sistemas de peritos exercem sobre a realidade encaixada uma excelência técnica com competência profissional. A modernidade, assim, resulta em confiança por parte dos indivíduos, uma vez que esses dois dispositivos de ação de desencaixe, como propõe o autor, agem de maneira e dar garantias de expectativas através do tempo/espaço. Tanto Luhmann (2000) como Giddens (1991) dialogam a respeito da confiança e do risco que passa a existir no período moderno, a respeito das condições transformativas amplamente aumentadas pela ação humana, desencadeando um caráter dinâmico próprio das instituições modernas.

A partir desse contexto, observa-se que a sociologia, enquanto ciência da modernidade (GIDDENS, 1991), estuda e confere as características dessa nova estrutura social altamente transformativa e que exige confiança, risco, conhecimentos técnicos e profissionais (sistema de peritos) e dispositivos que circulem e gerem conexões atemporais e sem limites geográficos (fichas simbólicas). Isso tudo confere à modernidade sua capacidade reflexiva, fomentada pela própria sociologia, já que “a posição de pivô da sociologia na reflexividade da modernidade vem de seu papel como o mais generalizado tipo de reflexão sobre a vida social moderna” (GIDDENS, 1991, p.42).

A partir disso, entende-se que não houve, para Giddens (1991), uma mudança no panorama da história e da realidade temporal em que vivemos. Segundo o autor, para a pós-modernidade se valer como uma nova fase significaria que a trajetória do desenvolvimento social estaria extinguindo as instituições da modernidade, tão logo teríamos um novo e diferente tipo de ordem social, o que para ele não é verdade. Ainda que algumas consciências apontem para tal, não a validam. Daí, esses desenvolvimentos sociais não nos levam para “além da modernidade”, contudo, eles “proporcionam uma compreensão mais plena da reflexividade inerente à própria modernidade” (GIDDENS, 1991, p.48).

Então, pela óptica de Giddens (1991), Brasília é uma cidade moderna que abrigou ideias modernistas e sofreu transformações sociais pelo encaixe dessas ideologias. A construção dessa cidade, sem dúvida, representou para o país uma inovação e transformação histórica e, de forma interessante, os brasileiros depositaram sua confiança no risco de assumir um projeto tão grandioso em pouco tempo. Os sistemas de peritos advindos da

reflexividade modernista deram conta de sustentar a implantação de uma nova era, rompendo com o viés tradicionalista. O Plano Piloto, assim, fecundou uma nova possibilidade de sociabilidade, e talvez, assumiu característica de ficha simbólica, que é um meio de intercâmbio que não depende das características de um grupo, e foi pensado para ser algo que unisse, que permitisse que houvesse conexão de uns com os outros, e isso foi legitimado através de um processo, de um plano e projeto político.

Atualmente, Brasília, pela perspectiva “*giddeniana*”, não estaria sofrendo com as mudanças e implicações pós-modernistas, porém estaria vivendo a radicalização de seu próprio planejamento e modelagem modernista. Se a modernidade traz consigo tais características, seria esperado que a complexidade e, para o caso desta pesquisa, a entropia estivessem latentes na cidade. Um novo *ethos* se estabelece a partir da modernidade, cuja função é colocar a sociedade em constante *trade off* (escolha) entre risco e confiança. Conclui-se, partindo das ideias desenvolvidas até aqui, justamente devido à necessidade de escolha (*too many choices*) em meio à tanta informação (*too much information*), a sociedade moderna é complexa e passível de entropia, ou seja, de desordem.

Dentro desse contexto, as ciências “complexificaram” seus objetos e suas produções, pois muitas questões passaram a ser levadas em consideração. “A ciência da complexidade vê instabilidade, evolução e flutuação em toda a parte, não apenas na arena social, mas nos processos fundamentais da arena natural, como afirma Wallerstein (2002, p.201).” (NEVES, NEVES, 2006, p.186).

As duas macroperspectivas epistemológicas elucidadas neste tópico, de Harvey (2008) e de Giddens (1991), demonstram a complexidade inerente à modernidade, já que a partir dessa fase da história social, instituições e novas ordens sociais foram estabelecidas de maneira global. Observa-se a concepção de outro tipo de organização mundial, historicamente definida, em que a complexidade está presente e é fruto das relações econômicas, sociais e políticas desenvolvidas na historicidade humana.

Entretanto, para o primeiro deles, Harvey (2008), a era pós-industrial para além do modernismo fordista, é que constitui o pós-modernismo flexível e capaz de se diversificar e de se reproduzir em outras localidades geográficas. Já para Giddens (1991), não há outro tempo ou novas interpretações para o desenvolvimento social, já que a ordem mundial não se alterou; as características apontadas por Harvey (2008) seriam apenas fruto da radicalização da própria modernidade. Assim como Wallerstein (1999) também busca complexificar e

demonstrar as contradições que existem e que revelam a verdadeira essência do mundo moderno (*zeitgeist*, em alemão, que significa o espírito do tempo ou de uma época) a partir do sistema mundo moderno capitalista expansionista.

Isso significa que não há definição sociológica ou científica nem acordos em relação à ótica da modernidade ou da pós-modernidade. Há autores favoráveis para cada tipo de perspectiva, o que nos permite entender as consequências da modernidade de maneiras distintas, no caso, entender a condição moderna do projeto modernista de Brasília de formas distintas, seja devido à pós-modernidade ou à modernidade em si. Todavia, para esse caso não importa exatamente qual perspectiva escolher, já que ambas serviram para comprovar a complexidade contida no advento da modernidade, conferindo turbulência e celeridade nos processos sociais como nunca visto antes. Para ambos, a realidade do mundo em que se vive hoje é carregada e perigosa.

Essa discussão teórica e as questões servem apenas como “fazer sociológico”, a fim de fomentar epistemológica e metodologicamente a pesquisa. Não é de interesse da pesquisa concluir ou tachar as fases modernistas ou pós-modernistas que Brasília possa ter vivenciado. Essa é uma discussão epistemológica complexa e, como foi demonstrado, inconclusiva. Isso é posto como cuidado metodológico, porém consta nesta Monografia por motivos sociológicos e epistemológicos relevantes, além de contribuir para estudos posteriores.

7.2 Espaço e vida urbana: semântica, sociabilidade e complexidade

Este tópico e o anterior buscam validar os aspectos modernos (ou pós-modernos) em Brasília e os desdobramentos da complexidade nos espaços urbanos e de que forma a rápida transformação moderna provoca a alteração da semântica dos espaços. Nesse sentido, entende-se que as cidades são alvo da execução dos ideais modernistas, uma vez que são consequência do surgimento da era moderna. Simmel (2013) se empenha em relatar a cidade moderna e a influência no modo de vida das pessoas que vivem ali. Ou seja, as implicações perpassam, inclusive, as significações e as semânticas que os indivíduos agregam aos espaços.

Nesse sentido, se buscará evidenciar essa noção das influências nas formas de sociabilidade nas cidades de modo a mostrar que os espaços podem reduzir a confusão das cidades, ou a entropia das cidades, como Netto (2016) coloca. Assim, nota-se que a concepção da cidade e seu planejamento também promovem diferentes formas de

sociabilidade, de inserção social e de lidar com a complexidade moderna. De fato, as cidades surgem como forma de promover a diferenciação informacional, reduzindo a complexidade e convulsão social via interação social, já que “quanto maior a diversidade de intenções e possibilidades de ação, mais entropia” (NETTO, 2016, p.122). É por meio das comunicações que o sistema social reduz a complexidade e o excesso de informações (LUHMANN, 1995, SHANNON, 1948 apud NETTO, 2016).

O espaço é terminantemente importante no processo de seleção e conexão enquanto eventos sociais que promovem nossa comunicação e a efetivam. O espaço é informação, pois conjuga os sistemas de interação e faz parte das trocas informacionais e comunicativas (NETTO, 2016). As tramas sociais se valem dos significados e das formas de sociabilidades desenvolvidas nos lugares, alterando as dinâmicas de inserção social e de pertencimento. Assim, o espaço, especialmente o espaço urbano, é uma parte essencial no que diz respeito ao tecido da comunicação, em que os sistemas sociais estão conectando-se e promovendo a informação ativamente (NETTO, 2016).

O projeto arquitetônico e urbano, seja ele moderno ou tradicional, precisa de uma estruturação material e semântica em que a ação seja viabilizada e selecionada e perpetue a continuação da ação social (NETTO, 2016). A figura abaixo ilustra a importância do espaço para a constituição da ação social.

Figura 1 - Lugar como contexto e como conexão

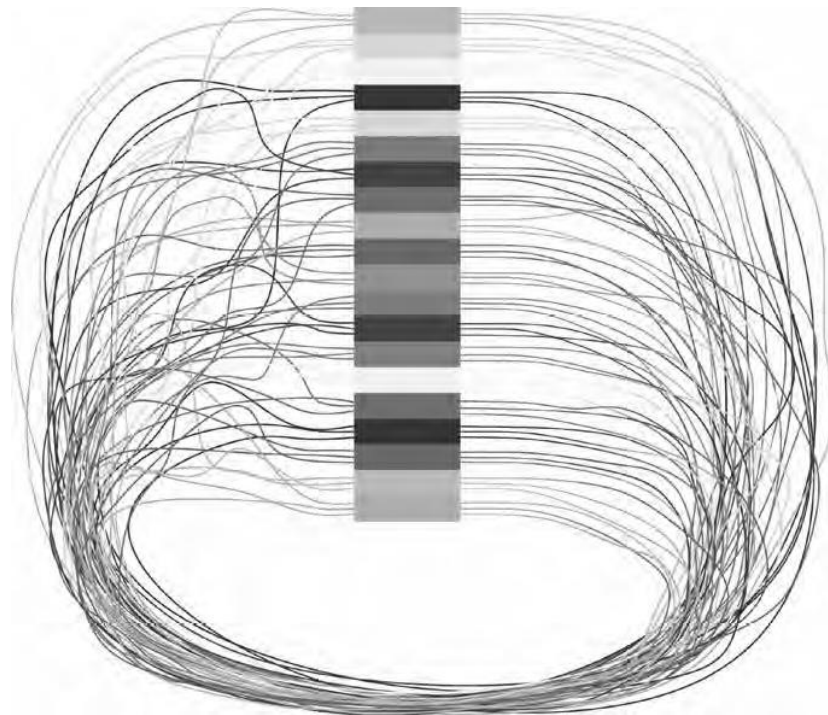


Fonte: Esquema, Netto (2016)

Netto (2016) cita Luhmann (1995) e Shannon (1948) a respeito dos sistemas sociais e da condição da informação, respectivamente, para demonstrar que “a formação de estruturas urbanas elimina a situação em que todas as ligações entre as ações individuais seriam igualmente possíveis ou prováveis” (Netto, 2016, p.135).

A Figura 2 demonstra a entropia, ou seja, a bagunça, a desordem social no espaço urbano através das escolhas individuais. Para tanto vale saber: a. As ações são como linhas inicialmente livres de espaço, com potencial convulsão social, e os diferentes tons de cinza representam a orientação de cada ação; b. As potenciais ações seguem rumo ao sistema de conteúdos informacionais, que é o espaço urbano (representado pela faixa vertical no centro da figura). As linhas (em tons de cinza) convergem para as faixas de mesma tonalidade onde elas se encaixam e em que a convergência se dá por aproximação; c. As ações potenciais embaraçadas se transformam em linhas sistematizadas e coordenadas, dando origem a um sistema de interações; d. Depois que cada evento e ação social se encontra em um espaço, as linhas de ação se alteram de acordo com as novas orientações e intenções. As cores se transformam em outras e as ações dos atores entram novamente em um estado de imprevisibilidade e entropia; e. Forma-se, então, um ciclo em que o espaço se torna referência como forma de redução da entropia via conectividade das ações sociais.

Figura 2 - O ciclo da entropia social e espaço



Fonte: Imagem, Netto (2016, p. 137).

Segundo Netto (2016), o espaço se constitui como um sistema de conexão das ações sociais e permite a organização sucessiva e sem fim das intencionalidades individuais. É um ambiente propício semanticamente para a produção e para o controle da complexidade social moderna. Por conseguinte, os espaços estarão ativos enquanto forem constituídos como cenários para que os atores sociais atuem e semantizem suas práticas em um palco social, tal como Goffman (2014) propõe. O espaço torna-se inteligível e dispõe de muitos dispositivos informativos e formas de conexão. Netto (2016) afirma que o espaço se diferencia tanto física como cognitivamente, já que os atores percebem suas diferenças e conseguem julgar os setores, as centralidades e as áreas segregadas. Dessa forma, é no espaço que realizamos as ações de interesse, e é ele que orienta nossas ações. O autor as qualifica como “ações potenciais em um estado livre de espaço, em alta imprevisibilidade e entropia, as quais convergem em lugares e transacionam para um sistema de interações momentaneamente ordenado – para então mergulhar novamente em entropia” (NETTO, 2016, p.137).

Tomando como base essas ideias apresentadas acerca do espaço e das suas funções em orientar e organizar as informações e a complexidade da sociedade, é importante ressaltar justamente essa noção de que a diferença do espaço faz diferença na constituição da sociedade. Como foi mencionado anteriormente, o espaço se modifica cognitivamente também, na medida em que os indivíduos são capazes de perceber as diferenças dos espaços e se sentirem ou não pertencentes àquela realidade.

No mais, é válido pensar que, com a comunicação, a organização dos problemas e das questões sociais torna-se possível, ou seja, pela comunicação e organização do espaço, a “bagunça” social e o excesso de informações tendem a ser reduzidos. Contudo, como será mencionado no próximo tópico, Brasília, uma cidade moderna, foi pensada e projetada de maneira a não favorecer a sociabilidade de uma maneira trivial ou tradicional. É daí que irrompem algumas das consequências do modernismo no caso de Brasília, ou, melhor, do Plano Piloto.

7.3 O moderno e o tradicional

Holston (1993) dedica um capítulo de sua obra para enfatizar que Brasília (entendida como o projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa) é uma cidade sem esquinas, diferentemente das demais cidades brasileiras, o que tende a eliminar os pedestres. Assim, a morte da rua,

como o autor define, é “um dos traços mais distintivos e radicais da modernidade de Brasília” (HOLSTON, 1993, p.109). Isso rompe, assim, com o desenvolvimento da segurança e da aventura dos pedestres, fazendo com que as sociabilidades também sejam alteradas.

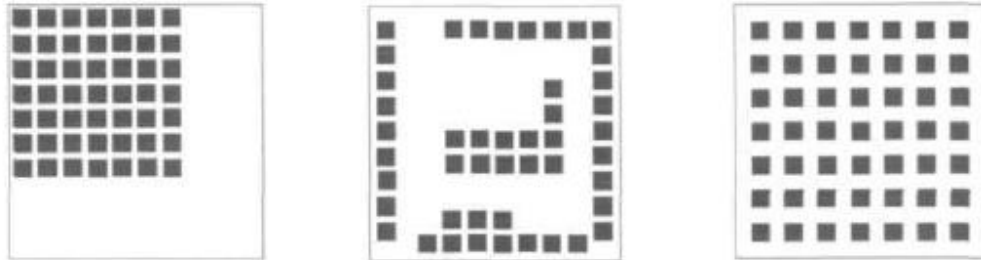
Ademais, Holston (1993) diz que a eliminação das ruas é um pré-requisito para a organização da vida urbana moderna, já que a forma e o planejamento das ruas revelam os diferentes tipos de cidades. Seguindo a lógica construída no último tópico, pode-se concluir que, com a redução de espaços urbanos, que têm o intuito de contemplar as ações e as intenções dos atores sociais e reduzir a complexidade e a imprevisibilidade das escolhas, há um conseqüente aumento de complexidade urbana e de problemas urbanos e sociais.

Por conseqüência, entende-se que a concepção do espaço urbano moderno é complexa, já que este não ampara de forma totalizante as ações, os encontros. Se para Netto (2016) o espaço estará ativo enquanto se constituir como cenário em que os atores sociais atuam e “semantizam” suas práticas no palco social, por outro lado há certa inativação do espaço em uma cidade moderna, pouco espaço para atuação e, conseqüentemente, pouco espaço para inclusão, associação de atores e redução de complexidade. Holston (1993) inclusive destaca em uma de suas entrevistas no período inicial de Brasília, em meados dos anos 60, um homem que nasceu em uma pequena cidade do interior do Ceará e disse ter tido “brasilite” – “alergia a Brasília” – e que a causa era a falta de “lugares normais de encontro”. Salienta-se a importância social que as esquinas possuem, validando-se enquanto “pontos de convivência social” e possibilitando conexões, comunicação.

Se em Brasília, a cidade moderna, o Plano Piloto, “não há multidões urbanas, sociedades formadas na esquina, sociabilidade nas calçadas, em grande medida [é] porque não há praças, nem ruas, nem esquinas” (HOLSTON, 1993, p.114), em Taguatinga, não. Brandão (2003) demonstra de que forma a sociabilidade da cidade de Taguatinga é constituída por espaços livres urbanos, ou seja, os espaços públicos abertos. Os parques urbanos, praças, pracinhas, ruas de trânsito e passeio são massivamente presentes desde o planejamento da cidade.

As relações espaciais – ações sociais configuradas no espaço urbano – se dão pelos espaços públicos abertos no limite com os edifícios e outras barreiras à circulação das pessoas, sendo que diferentes arranjos urbanos fornecem diferentes configurações, alterando também as sociabilidades (BRANDÃO, 2003).

Figura 3 - Diferenças nas configurações urbanas

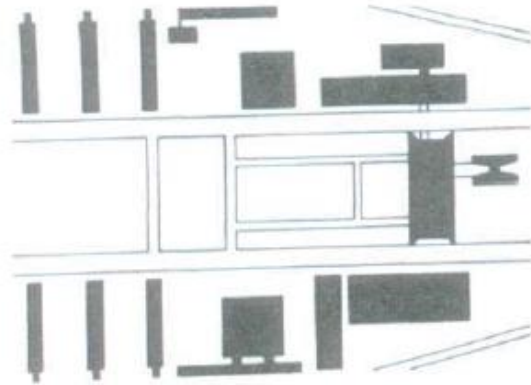


Fonte: Imagem, Brandão, 2003.

A autora afirma que essas configurações distintas trazem implicações sociológicas profundas, seja em escala maior ou menor, e transformam as relações sociais no espaço. Nesse sentido, a autora revela uma distinção entre as configurações modernistas e as tradicionais: ao passo que as cidades tradicionais são tidas por seu acúmulo de espaços vazios (praças, ruas) em fachadas contínuas e alinhadas, tendo por figura o espaço e o fundo é construção, para as configurações modernistas, a figura é o edifício, e o fundo é a paisagem. Holston (1993) oferece um conceito importante no entendimento da semântica da diferença entre o público e o privado (entre o espaço aberto como as ruas e os edifícios, respectivamente). O conceito é usado entre os arquitetos para dimensionar e projetar os edifícios no fundo, usando-se a convenção sólido-vazio/figura-fundo, uma vez que as figuras pretas são espaços sólidos e as brancas espaços vazios. O raciocínio do autor está ilustrado abaixo, na Figura 4.

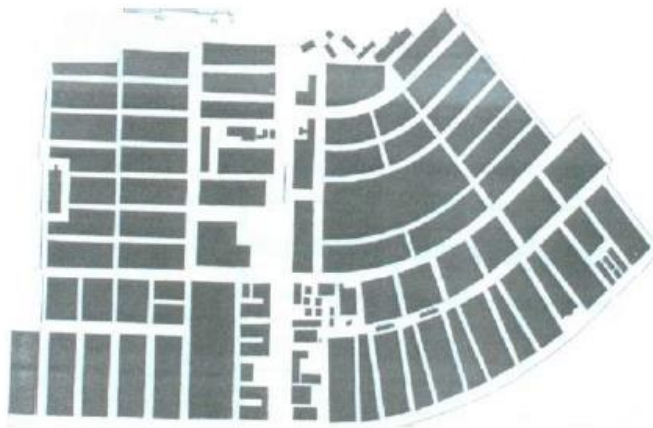
Brandão (2003) compara o centro de Taguatinga com o eixo monumental em Brasília apresentado por Holston e faz algumas conclusões, importantes para esta monografia. Observa-se uma composição distinta em cada um dos espaços urbanos (Figuras 4 e 5): ao passo que um demonstra um padrão tradicional da concepção urbana, sendo organizadas ruas, esquinas e vias que resultam em uma cidade tradicional e funcional (Figura 5), o outro demonstra uma concepção moderna, com ruas largas, avenidas grandes, sem ruas ou espaços apropriados para os pedestres (Figura 4) (HOLSTON, 1993; BRANDÃO, 2003).

Figura 4 - Eixo monumental, Brasília, 1981



Fonte: Imagem, Holston (1993)

Figura 5 - Centro de Taguatinga



Fonte: Imagem, Brandão (2003)

8. RESULTADOS DA PESQUISA HISTÓRICO-DOCUMENTAL

8.1 O desafio estava lançado: Brasília meta-síntese

Juscelino Kubitschek escreveu um livro denominado *Por que construí Brasília*, obra que pode ser de grande serventia para apontar características entrópicas na sociedade que estava se formando no contexto inicial da população brasiliense. Para tanto, cita-se uma parte para fins de análise.

“Todo aquele tumulto, que parecia desordenado, mas era harmonioso, falava de um Brasil diferente. De um novo país que acordava de um sono centenário e sacudia os músculos, preparando-se para seu grande futuro. Aquele tumulto significava renascimento, ou melhor, reafirmação. (...) Luzes, ruídos, atividades — eis as vozes que anunciavam uma nova era na existência do Brasil. (KUBITSCHEK, 2000, p. 113).

As palavras destacadas em negrito já assinalam o momento de grandes intenções que quebra com a realidade do Brasil naqueles anos. A criação de Brasília tinha um ritmo diferente e uma velocidade própria. O presidente destaca que tudo “caminhava celeremente, e mesmo a mudança da sede do governo já tinha a sua data fixada por lei. O desafio estava lançado.” (p. 113). Dessa maneira, infere-se que a entropia social também estava posta. A mudança social e suas condições políticas, econômicas e sociais se alterariam em pouco tempo. Por esse motivo, o presidente Kubitschek assinala a forma célere, ou seja, rápida, veloz e agitada com que tudo aconteceria, revelando nessa fala a grande meta-síntese do seu plano de governo desenvolvimentista com base no *slogan* “50 anos em 5”.

A figura 6 exemplifica de forma muito didaticamente forma unificadora e utópica, como Holston (1993) e Aguiar (2003) destacam de maneira veemente. É certo que Brasília cresceu muito e foi muito além do que seus planejadores esperavam. Nesse sentido, Brasília “não teria cidades-satélites, nem ‘entorno’”, como Aguiar (2003, p.402) aponta. O entorno pode ser considerado como certo desvio de uma proposta inicial, a qual teve de ser repensada rapidamente pelos organizadores e arquitetos envolvidos. E nessa lógica do surgimento do entorno é que a autora Maria Fernanda Derntl (2016) revela: “invertendo a lógica usual, a construção de Brasília iniciou-se pelo que viria a ser sua periferia e não pelo seu centro. A capital seria erguida em área escassamente povoada e de difícil acesso.” (p.370).

A menção que o sociólogo Ronaldo Aguiar (2003) faz ao caos urbano que a cidade de Brasília sofreu ratifica a perspectiva elucidada neste trabalho, isso devido à utopia que foi

Toma-se por válido explicitar a noção de modernidade que estava circulando no Brasil nessa época, especialmente durante o governo de JK. É de extrema importância compreender o contexto histórico da sociedade brasileira no contexto do governo de JK bem como nos anos 50 e 60. Havia um anseio pelo moderno, pelas inovações e, claro, havia uma busca pelo *american way of life* ou, ainda, pelos padrões europeus de qualidade, o que pode ser facilmente observado através de reportagens e propagandas de jornais e revistas da época, como ilustram as Figuras de número 8, 9 e 10.

Por meio da pesquisa documental e bibliográfica, demonstra-se que nesse governo a impregnação do modernismo latente era uma prioridade do Estado. É certo que nesse governo a redução nos preços de carros, passagem de aviões, utensílios domésticos foi alta. A preocupação do presidente estava, com certeza, em trazer modernidade e consumo, além de reduções de tarifas como a Figura 7 evidencia. Houve um investimento em indústrias pesadas, com o intuito de “modernizar” ou, pelo menos, trazer “um ar moderno” para o país. Brasília foi a meta-síntese nesse sentido, com a finalidade de concluir essa tentativa de inovar e modernizar o país, ou seja, se o plano político era modernizar, Brasília concluiria e fecharia com chave de ouro: o Brasil teria sua capital modernista.

Figura 7 - Após os primeiros meses da inauguração de Brasília, algumas empresas aéreas promoveram redução de tarifas para as novas linhas da capital federal

IMPORTANTE COMUNICADO
Redução de até **40%** nas tarifas aéreas

Colaboração das Companhias Aéreas Reunidas
à Comissão de Redução de Preços
nos primeiros 6 meses de
Presidência Juscelino Kubitschek

As Companhias Aéreas Reunidas (TAP, PANAIR, RÁDIA) comunicam aos passageiros que, em cumprimento do compromisso assumido com o Governo Federal, realizaram uma redução de até 40% nas tarifas aéreas para as novas linhas da capital federal, Brasília.

Redução de até 40% nas tarifas aéreas para as novas linhas da capital federal, Brasília.

AS COMPANHIAS AÉREAS REUNIDAS

TAP PANAIR RÁDIA

Fonte: CPDOC/FGV/R 511).

Figura 8 - Propaganda do carro Simca Chambord em frente ao Palácio da Alvorada. Postadas pela revista *O Cruzeiro*, n.1, 17 de out. 1959



NOVO EXPOENTE DE CLASSE E BELEZA NA MODERNA PAISAGEM BRASILEIRA

Extremamente ágil, graças à sua inimitabilidade e à performance do seu potente motor "Águila" de 8 cilindros em "V", o Simca Chambord é um carro versátil, seguro, forte e confortável – ideal para as condições de tráfego das cidades e estradas brasileiras. Em linhas no alto velocidade, o suspênsão tipo "Stabimatic", evolutiva das carros Simca, assegura sempre um rodar suave, molço e silencioso. E a sua **Estrutura Super-Compakta**, isolante calor-forte e uma permanente garantia contra choques, ruídos e vibrações. Conheça o Chambord – o carro mais próximo da perfeição que V. pode comprar!

Sedã 4 portas. Conforto absoluto para 6 pessoas. Campo visual ilimitado, através de vidros e painéis panorâmicos. Painel moderno e funcional, com faróis (inclusive para molço e marcha-avã); indicador de direção, regulador de temperatura, rádio-gig eletrônico, buzina para cidade e estrada – e todos os demais instrumentos facilmente acessíveis. Largaos exclusivamente a linhas combináveis de cores!

Admire o Chambord no Agente Autorizado Simca da sua cidade!

SIMCA CHAMBORD

Fonte: CPDOC/FGV/R 511)/ Oscar Niemeyer Works, Disponível em: <
<https://www.facebook.com/oscardniemeyerworks/photos>>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

Figura 9 - Propaganda do carro Simca Chambord em frente à Capela Alvorada, localizada no Palácio da Alvorada. Postadas pela revista *O Cruzeiro*, n.1, 17 de out. 1959



NOVO PONTO DE ATRAÇÃO NA MODERNA PAISAGEM BRASILEIRA

Projetado para as nossas estradas e para as condições de tráfego das cidades brasileiras, o Simca Chambord usa os seus inimitável conforto e qualidade mundialmente reconhecida de todas as suas soluções mecânicas. Potente motor "Águila", de 8 cilindros em "V", suspênsão "Stabimatic" e estrutura super-compacta fazem do Chambord um carro extremamente ágil e robusto, sem prejuízo da excepcional suavidade da marcha e da absoluta comodidade proporcionada aos seus 6 passageiros.

Sedã 4 portas. Amplo porta-malas com mais de meio metro cúbico de espaço útil. Visibilidade ilimitada através de vidros e painéis panorâmicos. Faróis "Triplex" de segurança total. Linhas elegantes, de sintética bem-ajuste. Linhas combináveis de cores!

Admire o Chambord no Agente Autorizado Simca da sua cidade!

SIMCA CHAMBORD

Fonte: CPDOC/FGV/R 511)/ Oscar Niemeyer Works, Disponível em: <
<https://www.facebook.com/oscardniemeyerworks/photos>>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

Figura 10 - Propaganda do carro Simca Chambord em frente ao Palácio da Alvorada. Postadas pela revista *O Cruzeiro*, n.1, 17 de out. 1959



NOVO TOQUE DE ELEGÂNCIA NA MODERNA PAISAGEM BRASILEIRA

De performance comprovada nas cidades e estradas do Brasil, o Simca Chambord é uma rara combinação de força, beleza, conforto e segurança. Sua linha de ornamentação bom gosto, o interior luxuoso — com assentos largos e profundos — a extraordinária suavidade nas curvas e baixas velocidades e a qualidade de todas as suas soluções mecânicas, são elementos que se somam para fazer do Simca Chambord o carro mais próximo do perfeito que V. pode comprar.

Sedan 4 portas. Absoluta conforto para 6 pessoas. Passante motor "Águia" de 8 cilindros em "V". Suspensão "Shockmatic", exclusiva das carros Simca. Estrutura Super-Compacte, de extraordinária robustez. Vidros e janelas panorâmicas, proporcionando visibilidade total. Lindas combinações de cores. Adote o Chambord no Algeve Autorizado Simca de sua cidade!

SIMCA CHAMBORD

Simca - 1959

Fonte: CPDOC/FGV/R 511)/ Oscar Niemeyer Works, Disponível em: <
<https://www.facebook.com/oscardniemeyerworks/photos>>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

Figura 11 - Propaganda de Indústria Pesada de Plástico Goyana frisando a modernidade das oficinas e do orgulho em dinamizar a economia. Postada pela revista *O Cruzeiro*, n.31, 16 de maio de 1959



MARCHANDO COM O PROGRESSO BRASILEIRO...

Então máquinas americanas entre elas, de alta capacidade, asseguram rendimento, origem prova de até 300 toneladas.

Nossas modernas oficinas, operadas especialmente transformamos grande linhas de aço especial em moldes das mais variadas formas.

Esta é uma verdade que nos orgulha: na era do plástico, dinamiza a economia brasileira uma indústria especializada em trabalhar a multi-primas do século. Sua experiência se estende por um enorme campo de múltiplas aplicações úteis. São nome: estruturas novas, ferramentas - Goyana.

Contribuindo poderosamente para impulsionar amplos setores de atividades, a Indústria Brasileira de Materiais Plásticos S.A. fabrica os mais diversos produtos. Desde capacetes e peças para indústrias, lâmpaditas para lâmpadas e peças para automotivos, até canoas para rios, açoucos de plástico, componentes de geladeiras, tampas e brancos para embalagens, ou toda uma extensa linha de artigos sanitários.

Para isso — fabricar produtos capazes de suportar as mais severas e diversas condições de uso — foi necessário criar e desenvolver um grande parque industrial. Máquinas produzidas, mais de 3.000 toneladas e imenso trabalho de engenharia técnica resultaram na qualidade inimitável de um produto plástico. Qualidade que o distingue extraordinariamente e identifica sua marca: GOYANA.

Um tipo de especialização presente, as soluções técnicas, resultam em produtos "Goyana", em sempre tempo eficiente e por

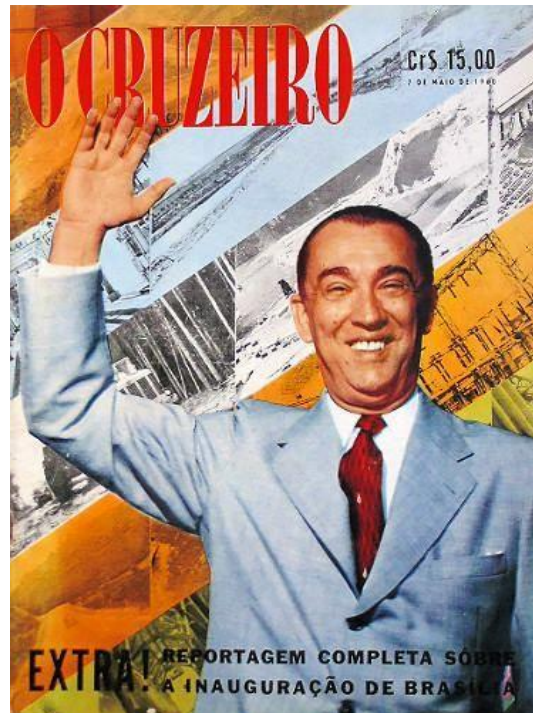
Capacete que serve de tipo brasileiro na USP.

goyana
O MAIOR NOME NA INDÚSTRIA PESADA DE P

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MATERIAIS PLÁSTICOS S.A.
 FÁBRICA: Rua 910 - Vila São Paulo - São Paulo - SP
 FÁBRICA: Rua Senador Cavalcanti - Vila de São José - São Paulo - SP
 FÁBRICA: Rua Senador Cavalcanti - Vila de São José - São Paulo - SP

Fonte: CPDOC/FGV/R 511).

Figura 12 - Capa da revista *O Cruzeiro* em 07 de maio de 1960 cobrindo uma reportagem acerca da inauguração de Brasília



Fonte: Documento online. Disponível em: <
<https://i.pinimg.com/originals/e6/62/7a/e6627accad934a31c51e1f8225443d34.jpg>>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

Esse era um governo que estava pautado na busca pela modernização, em prol de dinamizar a economia, cujas políticas estavam voltadas para padrões exteriores de economia e sociedade. JK incentivava a ida para a então chamada “cidade presidente Juscelino”, como a Figura 13 revela. No mais, é importante observar que a chamada para compras de lotes, por sinal baratos, era voltada para compra de lotes nas cidades satélites de Brasília e não no centro.

Isso expõe, claramente, que, apesar da ideologia modernista e utópica do governo de unir os brasileiros em uma cidade igualitarista por meio de superquadras, isso não era de fato uma realidade. Não por coincidência os lotes não eram para as regiões mais ricas.

território nacional a fim de cumprir com a união da nacionalidade no quadrilátero brasiliense. Nesse sentido, como um artigo de Lúcia Lippi Oliveira (2002), do *site* do CPDOC da FGV, expõe, a construção de Brasília pode ser entendida enquanto uma continuação da política de Vargas em preencher os “vazios” territoriais, tais “vazios” que seriam entendidos como “sertão”. Diante disso, em 1940, Vargas lançou a chamada "Marcha para o Oeste" como uma diretriz de integração territorial para o país. Tal marcha retomava os ideais coloniais de desbravar terras, os sertões e o oeste de forma a valorizar o símbolo da figura dos bandeirantes.

Como Oliveira (2002) afirma, a construção de Brasília pode ser entendida como uma nova "Marcha para o Oeste", uma vez que proporcionou o deslocamento de várias populações – sendo os “candangos” em sua maioria nordestinos – para os sertões, no caso, para o cerrado. No mais, essa empreitada possibilitou que a vida urbana chegasse a uma região que desconhecia ainda todos aqueles equipamentos e construções modernas. Por consequência, o poder central foi levado para o interior do país de forma a alavancar com o processo de deslocamento da modernização do Brasil, no caso, da região Centro-sul para o Centro-oeste.

8.2 Taguatinga em formação

O governo, preocupado com a intensificação das cidades em situação de favela próximas ao Plano Piloto, deu início à política de remoção dos assentamentos urbanos irregulares para áreas distantes do centro, com o intuito de “limpeza visual” e ordenamento do plano inicial da arquitetura da capital. Em 1958 a política de remoção teve seu início com a criação da cidade-satélite de Taguatinga, a primeira delas, seguida de outras, como o Gama, em 1959, Sobradinho, em 1960 e a Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante), oficializada como cidade-satélite em 1961, após de confrontos violentos entre a população local e a polícia (DERNTL, 2016).

Logo deu-se início aos serviços sociais e urbanos, os quais foram originados a partir de fazendas ou agrovilas destinadas à moradia dos trabalhadores de baixa renda; ou como Brandão (2003) expõe, há depoimentos de pioneiros que, polemicamente, denunciam a distribuição de lotes em Taguatinga entre os anos de 1958 a 1964 de forma controversa, isso porque os lotes estavam sendo destinados, majoritariamente, a operários da construção civil e até a comerciantes e apadrinhados.

Ou seja, novamente se repetia a dinâmica da exclusão social, já que “grande massa da população que não atingia os critérios estabelecidos pela Novacap para o acesso aos lotes” foi deixada de lado mais uma vez (BRANDÃO, 2003, p. 56). Por esse aspecto, o Plano Piloto e Taguatinga não se diferenciam, já que ambas as ocupações excluíram pessoas que não eram quistas ali, provocando entropia, desencadeando nova proliferação de invasões.

Figura 14 - Imagem de Placa Anúncio da Novacap e a construção do Palácio da Alvorada



Fonte: Reprodução/ Arquivo Público. Disponível em: <https://fotospublicas.com/fotos-historicas-da-construcao-de-brasilia/>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

Derntl (2016) mostra que, inclusive, os desenhos destas primeiras cidades-satélites “são traçados concebidos segundo paradigmas modernistas do Plano Piloto, mas com grandes diferenças no modo de efetivá-los” (p. 374). Nessa perspectiva, observa-se a presença de superquadras, loteamentos unifamiliares, arruamentos precários sem planos de saneamento ou eletricidade – o que havia, em larga escala, apenas no Plano Piloto até meados dos anos 70 (DERNTL, 2016), o que foi confirmado pelos entrevistados participantes dos questionários que hoje são idosos e participaram do início da construção de Taguatinga, bem como de Brasília.

Um entrevistado pelo Programa de História Oral, César Trajano Lacerda (2000, apud SILVA, 2011), que era um advogado, formado na primeira turma de Direito do CEUB (Centro Universitário de Brasília), conta em depoimento a respeito da realidade em torno das cidades-satélites que surgiam ao redor no quadrilátero de Brasília e conta a respeito da criação da cidade de Taguatinga:

"Foi quando o presidente criou as cidades-satélites, sendo a primeira Taguatinga. Os primeiros habitantes de Taguatinga foram trazidos da invasão da Cidade Livre. E cada caminhão trazia as famílias para dentro do cerrado lá, de Taguatinga, que era um verdadeiro cerrado. O pessoal da Novacap, os trabalhadores da Novacap, pegavam aquele bagulho, das famílias, e jogavam em cima do caminhão e... [partiam para] Taguatinga. A estrada de Taguatinga tinha sido aberta recentemente, era uma poeira, que o caminhão passava e a gente ficava meia hora para poder andar, não enxergava nada." (LACERDA, 2000, apud SILVA, 2011, p.41).

Este depoimento, tratado no trabalho de Silva (2011), reflete a dura realidade a que os primeiros moradores de Taguatinga estavam submetidos. O autor conta que as remoções dessas populações eram sempre muito difíceis e perigosas, e os moradores resistiam com violência, além do fato de que os habitantes removidos foram entregues a uma campina, futura cidade de Taguatinga, em meados de junho, ou seja, tempo de frio desolador.

Figura 15 - Remoção para Taguatinga



Fonte: SILVA (2011).

Em continuidade às narrações de César Trajano Lacerda, que viria a ser deputado federal, a respeito da formação de Taguatinga, Silva (2011) continua mostrando a história do surgimento daquela sociedade e sua sociabilidade diferente e nada moderna, diferente do que estava sendo proposto para o Plano Piloto. Ele expõe-se que “em pouco tempo os barracos aumentavam e, com eles, candangos, que, em volta das fogueiras, cantavam e se divertiam na noite, mesmo sem a real possibilidade de um chão que pudessem chamar de seu” (SILVA, 2011, p.42).

Figura 16 - Casas em Taguatinga



Fonte: SILVA (2011).

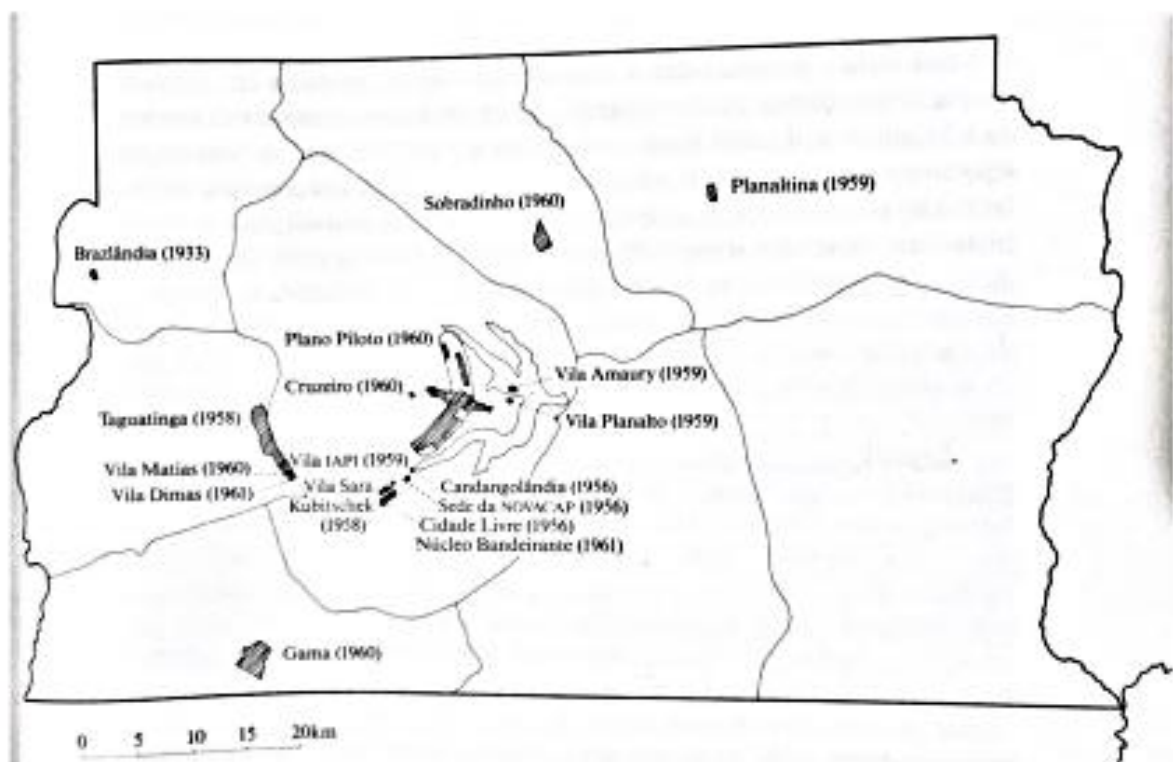
Foi com a ajuda de Trajano que os candangos que habitavam naquela terra ainda sem nome conseguiram seu reconhecimento. Para tal empreitada, eram necessárias estratégias e táticas assertivas. No momento em que o presidente JK estava em Brasília, Trajano conseguiu relatar as condições precárias que as pessoas, cúmplices do sonho de construir a capital, estavam vivendo. Ao informar o local em que essas pessoas viviam, chamou-a de Vila Sarah Kubitschek, batizando a invasão em homenagem à esposa de Juscelino Kubitschek (HOLSTON, 1993; SILVA, 2011).

Esse estratagema, como Silva (2011) alega e Holston (1993) menciona, funcionou. O presidente Juscelino se incumbiu de falar com os administradores da cidade e, uma semana depois, em reunião na Churrascaria JK, na Cidade Livre, o presidente se deparou com manifestantes da vila cuja faixa dizia: “Nós, moradores da Vila Sarah Kubitschek, pedimos

uma solução.”. Então, foi decidida a remoção da Vila para a primeira cidade-satélite criada, Taguatinga, cuja escolha de nome é um tanto incomum:

"Então, qual o nome do local para onde ia levar esse povo? O nome que foi falado na hora era Tabatinga. Tabatinga, se eu não estou enganado, significa terra branca. E ali perto tinha um areal, também de terra branca, de onde tiravam o saibro; tinha até o caulim, também. Por isso chamava região de Tabatinga. E o córrego, que passava ali também, era o córrego Tabatinga. Mas esse primeiro povo que foi para lá entendeu Taguatinga, que significa ave branca, e lá nunca teve ave branca. E tomou o nome, então, de Taguatinga." (LACERDA, 2000, apud SILVA, 2011).

Mapa 1 - Povoamentos urbanos e regiões administrativas no Distrito Federal, 1956-65



Fonte: HOLSTON (1993).

Diante disso, Holston (1993) enfatiza que a Novacap removeu aqueles moradores da favela em construção para a primeira cidade-satélite de Brasília, “que foi designada como lugar, a considerável distância do Plano Piloto, onde acomodar os favelados de Brasília” (p.262). Além disso, Holston (1993) ainda enfatiza que foi somente depois de diversos confrontos violentos e resistências sociais que aqueles habitantes se permitiram ser removidos, sendo que em 10 dias a Novacap remanejou cerca de 4 mil favelados e seus barracos para Taguatinga (HOLSTON, 1993). Se esta cidade surgiu por meio de manifestações e de tentativas políticas, Holston (1993) afirma que a mobilização política que

houve entre os residentes da Vila Sarah Kubitschek não sobreviveu à transferência para Taguatinga, passando esta a ser uma cidade também deslocada dos assuntos políticos nesse período inicial.

Mapa 2 - Planta de Taguatinga – 1964



Fonte: CODEPLAN. Acervo da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação apud DERNTL, 2016.

Observa-se que a planta de Taguatinga de 1964 mostra uma malha urbana limitada devido à vizinhança da Estrada Parque do Contorno, e esta também tem uma parte cortada pela Estrada Parque Taguatinga, em que igrejas, escolas, hospitais e hotéis são distribuídos em uma extensão quase simétrica. É válido ressaltar, porém, que a malha urbana de Taguatinga não é tão clara se comparada com a malha do Plano Piloto e sua continuidade urbana. Porém, é certo dizer que Taguatinga teve suas partes baseadas nos “mesmos princípios”, ou seja, observa-se uma setorização entre as quadras e também há grandes avenidas, como a Avenida Comercial comparável com a Avenida W3 do Plano Piloto (DERNTL, 2016).

Taguatinga, por ser a representante da antecipação das demais RAs significativas em relação ao Plano Piloto, criada em 1958, tornou-se um importante centro comercial dentro do Distrito Federal e polo de atração para a população das cidades próximas. Taguatinga, atualmente, é uma das regiões mais ricas do Distrito Federal, sendo considerada a capital econômica do Distrito Federal (BRANDÃO, 2003). Algumas regiões administrativas que

antigamente faziam parte da região administrativa de Taguatinga são: Ceilândia, Samambaia, Águas Claras e Vicente Pires.

A região de Taguatinga, bem como as demais que surgiram espontaneamente com o passar dos anos ao redor do centro do Plano Piloto, foge da continuidade do tecido urbano (SABBAG, 2012). Sabbag (2012) esboça que, em Brasília, há uma contradição entre a cidade planejada, moderna e urbanisticamente racionalizada, provendo uma boa qualidade de vida e as cidades espontâneas ou planejadas, mas que surgem sem o mesmo planejamento do Plano Piloto. Assim, elas surgem sem a infraestrutura adequada e sem proporcionar a exata qualidade espacial criada na cidade nova, dando origem a uma espécie de *apartheid* territorial, ou, como Milton Santos (2008) chamaria, territórios opacos.

Nessa lógica, Sabbag (2012) concorda com a tese de Holston (1993) ao revelar a contradição da utopia modernista de Brasília, cuja intenção era a de se distanciar de qualquer outra cidade brasileira. A cidade brasiliense seria, então, o expoente inovador e daria origem a uma nova ordem social, igualitária, mas, “observa-se, assim, um planejamento urbano segregador, autoritário e contraditório adotado em Brasília, onde uma cidade ‘ideal’ coexiste ao lado de outras ‘reais’”. (SABBAG, 2012, p.207).

Uma característica que esta monografia frisa acerca da conturbação social advinda da modernidade nesse momento inicial da construção de Brasília foi a rapidez com que tudo se fez, tanto a mudança da capital, bem como a construção de prédios e avenidas monumentais. Como a revista *Brasília*, a primeira a ser editada na nova capital, destacou em sua primeira edição, em janeiro de 1957, produzida pela Novacap: “Homens, máquinas, entusiasmo, ação. E Brasília é uma ideia que se concretiza, um empreendimento que avança em ritmo acelerado” (BRASÍLIA, 1957a, p.4).

Se a rapidez com que Brasília surgiu é patente, também é certo que as ocupações que eram consideradas ilegais, e que não estavam planejadas inicialmente, surgiram de maneira veloz e precária. Como Derntl (2016) enfatiza:

“Em algumas cidades-satélites, talvez a aparência de favela se explique porque houve transferência de moradores para lotes que contavam com plano de arruamento, mas continuaram a ser feitos barracões de madeira e zinco, como aconteceu inicialmente em Taguatinga. De todo modo, a ideia de mera ausência de planos ou projetos não dá conta de explicar a formação das cidades-satélites.” (DERNTL, 2016, p. 370).

Essa condição precária foi comprovada por muitos dos idosos participantes da pesquisa para a monografia, tanto dos entrevistados quanto daqueles que participaram da aplicação de questionários *on-line*. A idosa entrevistada de número 3, por exemplo, chegou a Brasília (Taguatinga) em 1958. Ela relatou que teve dificuldade com moradia alegando que as casas eram barracos de madeira, não havia banheiros completos, apenas buracos no chão, tomavam banho de caneca e tinham problemas com poeira. Ela disse: “A gente tinha dificuldade porque foi no início de Brasília, ainda não tinha construção, não tinha saneamento básico. Não havia energia nem água encanada. A gente tinha muita dificuldade com moradia”.

Essa mesma entrevistada de número 3 relatou acerca da esperança que estava contida no imaginário daqueles que vinham para Brasília, ainda que não fosse para morar diretamente no Plano Piloto. Ao ser questionada sobre a consideração dela a respeito da estrutura de Taguatinga na época em que chegou à Brasília, em 1958, ela respondeu:

“Era precária, só que a esperança, a gente sabia que estava num local que estava crescendo, a gente estava começando. Tínhamos a esperança que logo, logo tudo iria melhorar. Assim como melhorou, e muito, né? Por sinal, melhorou a ponto de, na época, logo depois, a gente começar a morar melhor do que na cidade de onde eu vim.” (Idosa entrevistada número 3).

A lógica da esperança, relatada acima, bem como Holston (1993) abordou em sua dissertação a respeito do imaginário dos trabalhadores e das pessoas que estavam se mudando para Brasília em busca de uma vida melhor, foi frustrada, pois não foi exatamente como imaginavam. Nesse sentido, a idosa entrevistada de número 1, ao ser questionada a respeito de palavras que vinham à sua mente, quando pensava em Brasília, respondeu: “capital da esperança”.

Todos os idosos da pesquisa, ao todo 11, sejam os entrevistados ou os participantes dos questionários, afirmaram que havia muitos problemas com moradias precárias de madeira e muitas invasões de lotes. Um idoso que participou da aplicação de questionários relatou sua experiência e de seu pai com relação à dificuldade de terras e de lotes no começo de Taguatinga, revelando mais uma vez o aspecto precário com relação à moradia:

“Meu pai conseguiu que morássemos num barraco de madeira de um amigo dele. Na verdade, enquanto morávamos no barraco estávamos ‘segurando’ o lote para o amigo dele, pois, na verdade, a pessoa que possuía o lote tinha que morar nele. (...) E no tempo certo Deus permitiu que comprássemos um lote e construíssemos uma boa casa.” (Idoso participante de questionário número 4).

É válido evidenciar na pesquisa que houve uma preocupação muito grande dos organizadores de Brasília, como JK, Niemeyer e Lúcio Costa, ao deixar clara a negação das

realidades já existentes em outros locais do país. Isso não dizia respeito apenas às condições econômicas ou de moradia mais agradáveis. Não. Dizia respeito a fatores de forma holística, como a revista *Brasília*, que, na edição de outubro de 1957, apontou a preocupação de Lúcio Costa em evitar o que aconteceu em Copacabana, bairro em que, segundo a revista, a única atração é a praia.

Nesse sentido, os esforços para com Brasília fizeram-se de forma holística, com a preocupação de oferecer tranquilidade àquela nova sociedade do centro, o que seria compatível com uma vida moderna e completa, contemplando desde mercados, igrejas e parques até quadra de esportes e escolas em cada superquadra. Essa era a intenção inicial do planejamento.

No mais, havia uma preocupação em evitar a existência de favelas, ou melhor, a preocupação existia em mostrar para o povo que o governo não permitiria que favelas surgissem. Isso pode ser verificado nessa parte da edição da revista:

“Uma das causas principais da formação de "favelas" nas grandes cidades é a considerável distância que separa as zonas de residência proletária das zonas residenciais das classes média e abastada. Lúcio Costa elimina essa causa no seu Plano, dispondo ao lado das moradias dos mais favorecidos as quadras populares. Entre as quadras de diferentes níveis sociais se estabelecerá a divisão verde dos parques, tornando indevassáveis umas e outras. Isso permitirá, por exemplo, que as empregadas domésticas residam a 200 metros dos locais de serviço” (BRASÍLIA, 1957c, p.7).

O mais interessante disso é que houve uma preocupação política em esclarecer que não haveria a existência de favelas, que, na verdade, estas seriam eliminadas. No entanto, a não contemplação dos trabalhadores e operários que vieram em massa para Brasília na época, promoveu a expulsão dessas pessoas para as periferias (AGUIAR, 2003; BRANDÃO, 2003; DERNTL, 2016; HOLSTON, 1993).

Como Aguiar (2003) destaca que, hoje há “um colar de cidades-satélites”, as quais expõem as carências, os dramas e problemas do povo – de ordem urbana, social, econômica, de justiça social. Problemas que naquela época estavam nas cidades, chamadas satélites, que hoje cresceram e deram origem a outras ramificações. Hoje, há RAs que ainda sofrem com as mesmas calamidades que outrora Taguatinga e Núcleo Bandeirante sofreram no início da construção de Brasília. Aguiar (2003) expõe firmemente que

“muitas dessas cidades-satélites foram criadas pelo poder público, uma ciranda populista e irresponsável que potencializou a miséria, o atraso e o descalabro ambiental na capital brasileira. Em geral, as cidades-satélites são carentes de abastecimento d’água, de redes de esgoto, de escolas, hospitais, policiamento, e, dependendo da época do ano, suas ruas são lamaçais ou vulcões de poeira” (p.402).

Esta lógica que o autor expõe sobre a ideia de que ainda hoje as RAs, especialmente as mais recentes, sofrem com os problemas que outrora as antigas cidades-satélites sofreram no início da construção de Brasília é o que o último tópico desta seção abordará brevemente. É a noção da reminiscência dos problemas urbanos e a repercussão da estratificação social e da segregação urbana (BECKER, 2008; BEÚ, 2013; CALDEIRA, 2000; DAVIS, 2006; DERNTL, 2016; HOLSTON, 1993; PESCATORI, 2020; SANTOS, 2008).

Diante disso tudo, no ano de inauguração de Brasília, em 1960, observa-se que o plano inicial de construir apenas o Plano Piloto não aconteceu, dando origem a outros assentamentos urbanos como Taguatinga, Cidade Livre, Sobradinho, Gama, Candangolândia. (AGUIAR, 2003; BRANDÃO, 2003; DERNTL, 2016; HOLSTON, 1993).

Gráfico 1 - Relação da contagem a respeito da pergunta “como você considera que era a estrutura de Taguatinga?” do questionário para idosos, total de 11 idosos

Contagem de COMO VOCÊ CONSIDERA QUE ERA A ESTRUTURA DE TAGUATINGA?



Fonte: Dados da pesquisa por questionários em entrevistas via ferramenta de gráfico do Google.

Ao realizar a pesquisa com os idosos residentes em Taguatinga, os quais vieram para Brasília no período inicial, foi possível averiguar muitas questões que embasam o projeto. As perguntas feitas para os entrevistados foram, basicamente, as mesmas para os que participaram de questionário *on-line*, e, a partir de suas respostas, foi possível entender muito mais da parte histórica, da realidade de Taguatinga daquela época. As respostas, assim, dão

base e validam as questões trazidas pelos autores citados ao longo do trabalho. A confirmação acerca da condição precária de Brasília foi de mais de 50%, conforme o Gráfico 1.

A entrevista com antigos moradores de Taguatinga serve de base para a pesquisa da monografia, pois qualifica o trabalho através da memória dos participantes. É a partir da História e memória que se estrutura o fazer histórico, bem como o entendimento sociológico acerca das realidades e sociabilidades de certo período de tempo. “Como representação do passado no tempo presente, a memória permite diferentes perspectivas nas múltiplas temporalidades: no passado, no presente e no futuro.” (SILVA, 2011, p.21). Lilian Schwartz (2000 apud SILVA, 2011) estabelece para essa discussão um ponto em que a narração e a história compõem a criação social, repleta de ambiguidades, as quais podem ser percebidas desde as intenções modernas e avançadas do Plano Piloto até o descaso em que os moradores e pioneiros foram submetidos na difícil realidade do começo de Brasília.

Dessa maneira, é possível, como Silva (2011) estabelece em sua dissertação, acessar experiências, como as dos candangos, no período inicial de Brasília. A partir disso, podem-se recuperar as experiências que foram compartilhadas por grupos de pessoas através das representações sociais e do imaginário social. Uma vez que há distinções, em termo de classe, cor, origem, formação acadêmica e *status* (HOLSTON, 1993), há, portanto, diferentes representações da realidade. Por fim, Silva (2011) estabelece como a memória individual está vinculada às “coisas lembradas, relações estabelecidas e fatos acontecidos. A importância dessa lembrança está em refletir sobre seu significado hoje e no passado, fazendo uma projeção para o futuro” (p.22).

Assim como essa noção metodológica embasou a pesquisa de Silva (2011), esta concepção foi válida para comprovar as ideias colocadas nesta monografia acerca das condições precárias de Taguatinga. Este estudo coloca a qualidade provisória pela qual cada um dos assentamentos urbanos passou por certo momento até que as vilas iniciais fossem desmanchadas e removidas para longe do centro de Brasília. Como já citado anteriormente, Taguatinga ficou a 25km de distância do centro do Plano Piloto.

Silva (2011) estabelece que o aspecto precário dessa provisoriedade foi que marcou os anos iniciais das populações, as quais vieram em busca de uma vida melhor, especialmente após o massivo estímulo do governo, como fica claro na propaganda do governo pela Figura 13. As cidades se constituíram à base da precariedade e de problemas de infraestrutura. O barro vermelho e a poeira que Silva (2011) alega existir em seu trabalho foram confirmados

pelos entrevistados no trabalho, a saber, pela idosa entrevistada número 3 e pelo idoso entrevistado de número 2.

Silva (2011) expõe a dura realidade por que as populações de diversas vilas passaram e sofreram em termos de incerteza e de velocidade. Esta é uma característica típica de uma cidade em entropia, repleta de flutuações. É certo que “foram tempos de luta para conseguir transporte para o trabalho, a sempre tensa ameaça de remoção, os conflitos entre os candangos e o medo dos incêndios” (SILVA, 2011, p.39).

Como foi mostrada pela Figura 13 no tópico 1 deste capítulo, existiu uma campanha intensa do governo para povoar Brasília, afinal, era necessário que houvesse mão de obra, e, como foi falado, havia uma intenção presidencial quase que de recriar a “marcha para o oeste”, em prol de garantir uma rica e intensa migração para Brasília. Nesse sentido, é válido citar o que uma das idosas entrevistadas citou a respeito da especulação imobiliária que existia em 1959. Ela conta que, quando veio para Brasília primeiramente morou em um hotel no Núcleo Bandeira, a antiga Cidade Livre, e somente depois seu marido conseguiu comprar o lote em Taguatinga. E a respeito desse lote ela conta: “Meu marido Antônio ia pagando e as prestações eram tão pequenas que a gente deixava chegar a 10 prestações para ele ir ali pagar. Ali no D.I. Por isso que a praça se chama D.I, né? Departamento Imobiliário.” (idosa entrevistada número 4).

Nesse meio tempo, observa-se que, apesar da grande especulação e facilitadores do governo de forma a povoar a capital e incentivar que a população viesse à Brasília, não era, de fato, intenção do governo abrigar a todos no Plano Piloto. Portanto, alguns foram excluídos dessa realidade construída no planalto central, o que será pormenorizado no capítulo seguinte lançando-se mão dos pontos pré-estabelecidos na metodologia da pesquisa, com a finalidade de explicitar a perspectiva conturbada e agitada promovida pela modernidade nessa etapa inicial da construção de Brasília.

8.3 Ocupação urbana no Distrito Federal

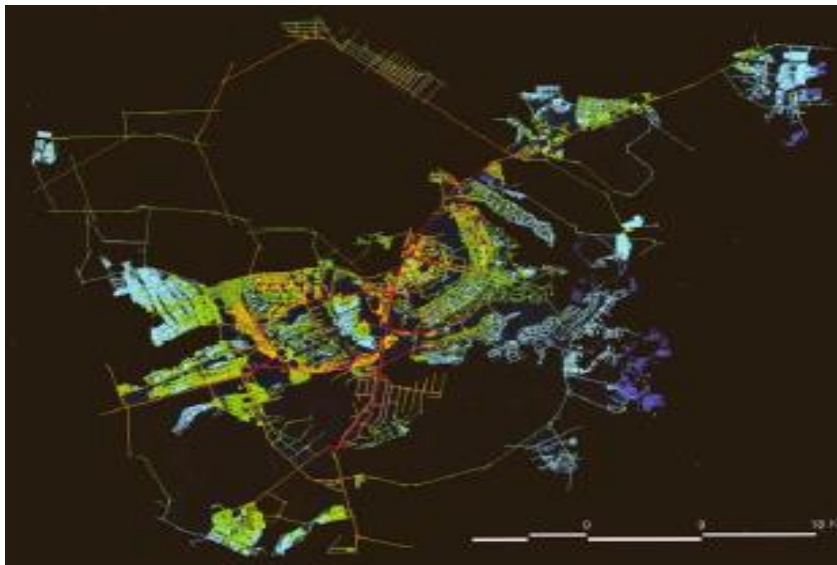
Brasília, diferentemente de cidades de origem colonial como o Rio de Janeiro e Salvador, não estava pautada em um paradigma de “cidade compacta tradicional”; partiu, porém, do projeto urbanístico modernista, o qual tinha uma limitação populacional de 500 mil habitantes; projeto este que se baseava no zoneamento unificacional, na separação de modos

de transporte, nos edifícios isolados e ampla prevalência de espaços públicos verdes (PESCATORI, 2019).

A “capital da esperança”, apesar de ter sido concebida como parte de um processo desenvolvimentista com essência heroica e otimista, esta nunca escapou da reprodução de processos de desigualdades socioespaciais, tão próprio de cidades latino-americanas, como afirma Pescatori (2019). Tendo em vista o segundo o Art. 1º e o §1º do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, o Plano Piloto é entendido pela concepção urbana original de Brasília conforme relatórios, desenhos e projetos de autoria de Lúcio Costa.

Entretanto, com seu crescimento urbano, adotou-se também a terminologia cidade satélite para os núcleos urbanos que surgiram e ainda surgem desde a construção do Plano Piloto. Porém, entende-se que o termo “cidade-satélite” é pejorativo e, portanto, não é mais usado pelos administradores e foi substituído por “Regiões Administrativas” (RAs) (SABBAG, 2012). Sabe-se, também que a capital planejada do Brasil, como Sabbag (2012) informa, conta com seis planos diretores de ordenamento territorial – PEOT/78, POT/85, POUSO/90, PDOT/92, PDOT/97 e PDOT/2009, sendo que cada um dos planos é transformado em lei ou decreto respectivamente ao ano adotado.

Mapa 3 - Mapa axial abstraído das zonas urbanas de Brasília



Fonte: Sabbag, 2012 apud Holanda, 2010, p.36.

Seja em uma perspectiva modernista ou pós-modernista, Sabbag (2012) demonstra em sua tese que os planos diretores estão calcados na ocupação física do território e refletem uma preocupação com o desenvolvimento urbanístico, econômico e ambiental, tornando-se, então,

instrumentos basilares para o ordenamento físico-espacial, não se tratando meramente de leis ou decretos. Há interesses públicos e privados envolvidos na concepção do espaço conturbado e polinucleado de Brasília, ao passo que o modelo funcionalista moderno passa a dar um estímulo à diversificação de usos e à crítica da setorização extrema. Dessa maneira, a autora afirma que há um tipo de planejamento estratégico em Brasília com intuito de utilizar o patrimônio para vender a cidade, possibilitando residências, moradia, eixos viários adequados ligados à “cidade-mãe”.

Ou seja, com o crescimento intensificado de Brasília, ao longo dos anos, surgiram planos diretores voltados para estratégias específicas a fim de promover aspectos de continuidade ou de ruptura com o planejamento inicial do Plano Piloto (SABBAG, 2012). Isso foi promovido para gerar e organizar a ocupação no Distrito Federal, com o intuito de fomentar econômica e urbanisticamente a cidade de Brasília, que crescia, com influência da dispersão urbana, sendo caracterizada como o “*locus* de ação do capital imobiliário e de seus mecanismos de reprodução onde se materializam ‘padrões urbanísticos emergentes’, como condomínios fechados e outros enclaves urbanos” (PESCATORI, 2019, p. 315).

De maneira positiva ou negativa, novos polos e núcleos urbanos se organizaram e Pescatori e Sabbag apontam para essa dispersão como uma maneira de ocupar Brasília, sendo que algumas cidades se aproximam mais que outras dos ideais de planejamento. No caso deste trabalho, a cidade-satélite, ou melhor, RA de Taguatinga será destacada, e pode-se ver, como Derntl (2016), que há certas continuidades e semelhanças entre Taguatinga e Plano Piloto, ao contrário do que muitos pensam, condenando e apontando aquela cidade é desorganizada apenas por ser periférica e ulterior à construção do Plano Piloto. Como vimos, há um planejamento, ainda que não modernista, mas tradicional, no caso de Taguatinga.

Vale colocar que houve no período inicial, dos anos 50 até os anos 60, uma falta de planejamento urbano e regional efetivo, oriunda da entropia (pelo crescimento urbano intenso e desordenado) do primeiro momento em Brasília. Por esse motivo, perpetuou-se uma dependência umbilical das cidades-satélites à cidade-mãe (Plano Piloto). As diversas transformações e mudanças que tais cidades sofreram por meio dos Planos Diretores, por exemplo, e obras restauradoras possibilitaram uma relação harmoniosa e de simbiose entre o centro e a periferia. Não que não haja problemas ou descompassos, mas a entropia que se verificava no início do nascimento da capital, hoje é menor.

As ocupações eram clandestinas: os trabalhadores não eram reconhecidos como moradores e viviam em acampamentos não regulares. Ainda hoje existem muitas ocupações e cidades que necessitam de assistência, reconhecimento, saneamento básico e estratégia de

loteamento. No entanto, pode-se observar que o Núcleo Bandeirante – a chamada cidade livre – bem como Taguatinga foram umas das primeiras cidades a se formarem, inicialmente como acampamentos clandestinos. Hoje são RAs estruturadas, com potencialidades e características próprias, cidades criadas como satélites e que hoje já recebem outra nomenclatura, distinta da original, que as colocava como meros corpos celestes gravitando em torno do Plano Piloto.

8.4 Evolução da ocupação urbana no Distrito Federal em décadas

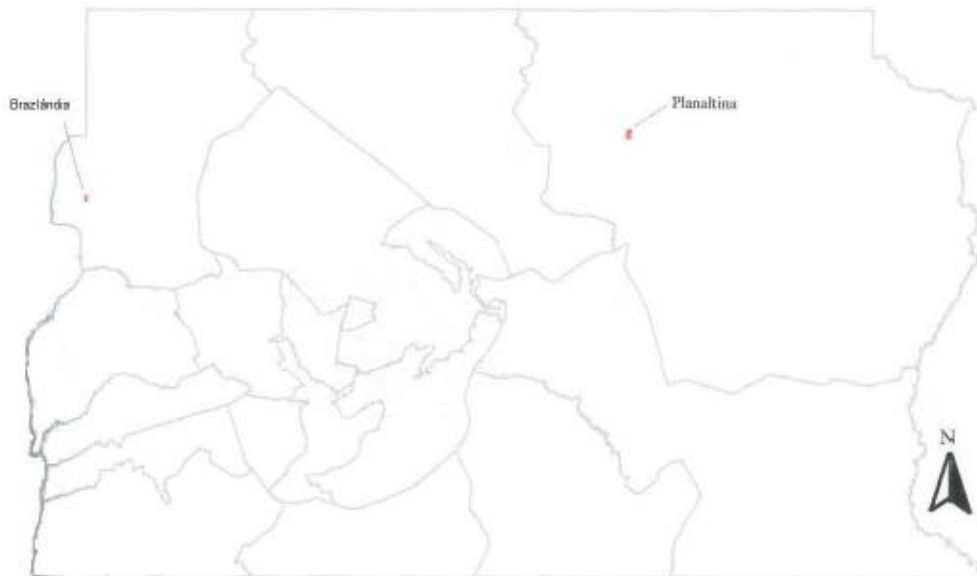
É importante para a pesquisa avaliar os mapas da evolução da ocupação urbana do Distrito Federal como forma de cumprir com a metodologia. Essa avaliação possibilita, enquanto objetivo, compreender que, ao longo do crescimento de Brasília, há certa estabilidade na ocupação periférica, ao passo que novos núcleos urbanos param de surgir. Logo se observa um desenvolvimento substancial nas áreas criadas e desenvolvidas inicialmente ao redor do Plano Piloto, determinando sua independência.

Dessa maneira, com as imagens a seguir, há de se entender a ideia central da pesquisa como forma de evidenciar a modernidade e a alteração dos espaços urbanos por meio do crescimento urbano no início da construção de Brasília. A conturbação urbana passa a ser reduzida pelo ordenamento urbano, pelo provimento de organização, vias, quadras, ruas, estradas – tudo cuja função é promover sentido, ordem e admitir informação e comunicação clara e limpa para aqueles que vivem no Distrito Federal.

8.4.1 Ocupação urbana 1950/1960

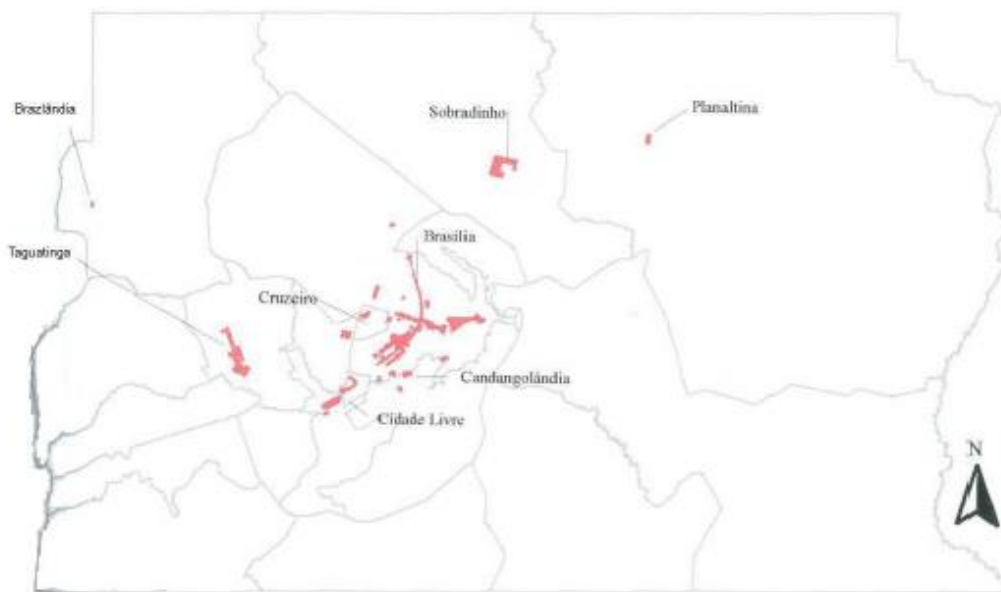
As imagens abaixo mostram a ocupação urbana do Distrito Federal nos primeiros anos antes da construção de Brasília. Assim, é possível perceber a forma acelerada com que a capital cresceu após os primeiros anos de migração dos construtores.

Mapa 4 - Ocupação urbana do Distrito Federal em 1955



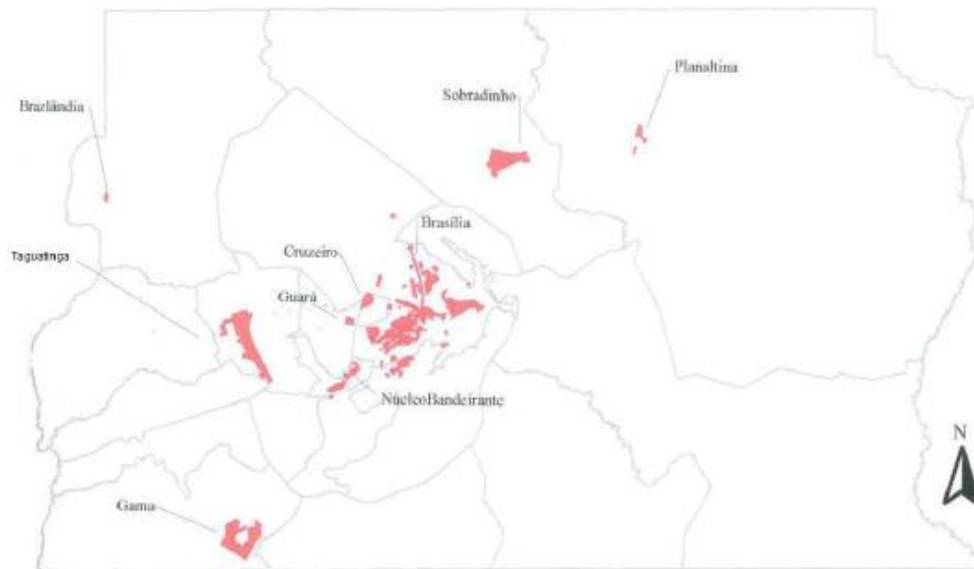
Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/GDF (Brandão, 2003).

Mapa 5 - Ocupação urbana do Distrito Federal em 1960



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/GDF (Brandão, 2003).

Mapa 6 - Ocupação urbana do Distrito Federal ao final da década de 1960



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/GDF (Brandão, 2003).

A partir destes mapas pode-se observar uma escassa e mínima ocupação do território de Brasília no período anterior à ocupação, até que, com a inauguração de Brasília, na década de 1960, há uma ocupação muito maior e suficiente para causar problemas – agitações, falta de comunicação, problemas de ordem urbanística – promovendo entropia. Já em 1961, o Núcleo Bandeirante foi reconhecido como uma cidade-satélite, viabilizada por uma campanha de moradores de ocupações ilegais. (DERNTL, 2016).

Alguns pontos observados nas das imagens também são muito relevantes, já que, no mapa, Brasília está sendo apontada apenas para a região do Plano Piloto e não todo o Distrito Federal, o que não é verdadeiro. Uma consideração muito importante para o trabalho é a de esclarecer a diferença entre os termos Brasília, Distrito Federal e as Regiões Administrativas. No Brasil há os estados federativos, divididos em municípios, e há um estado particular, que é o Distrito Federal, o qual possui apenas uma única cidade e município que é Brasília. Assim, toda a área do Distrito Federal tem um município e esse município é Brasília. Por isso não há prefeito, e, sim, apenas o governador. As Regiões Administrativas estão dentro de Brasília, e hoje há 33 RAs (PACHECO, 2020).

Dessa forma, a unidade federativa é o Distrito Federal, a cidade é Brasília. Dizer que mora no Distrito Federal ou em Brasília é equivalente. O Plano Piloto foi desenhado por

Lúcio Costa e se dá pela Região Administrativa de número 1, portanto seria um equívoco achar que Brasília é apenas o Plano Piloto, pois Brasília é a Área do Distrito Federal inteiro (PACHECO, 2020).

Sabe-se, através de relatos de experiências e práticas construídas, como Holston (1993), Derntl (2019) e Beú (2013) elucidam em seus trabalhos, que há uma marca nos novos núcleos surgidos no Distrito Federal depois da construção do centro brasiliense que deu novas significações aos espaços modernistas. Tais espaços haviam sido antes planejados, e o sentimento de pertencimento se dá para as comunidades vinculadas, em que a experiência é a de exclusão social (DERNTL, 2019). Holston (1993) aponta que a concepção de Brasília foi a partir de uma cidade concebida para uma única função: logo, se Brasília foi criada com o intuito de administrar o país, aqueles que não tinham essa função, mas estavam presentes no território, teriam que se retirar. Na verdade, diz o autor, Lúcio Costa e os demais envolvidos criaram uma cidade *para* burocratas, que eram a minoria privilegiada, excluindo o restante do público.

Através dessa rejeição inicial que Lúcio Costa, bem como Israel Pinheiro, presidente da Novacap à época, tiveram, é que Holston (1993), em sua tese, se coloca diante da utopia modernista de Brasília, já que se os ideais funcionalistas e também de igualdade não prevaleceram. O autor mostra que se os planejadores tinham um ideal utópico de misturar igualitariamente todas as classes; isso se perdeu. Afirma que,

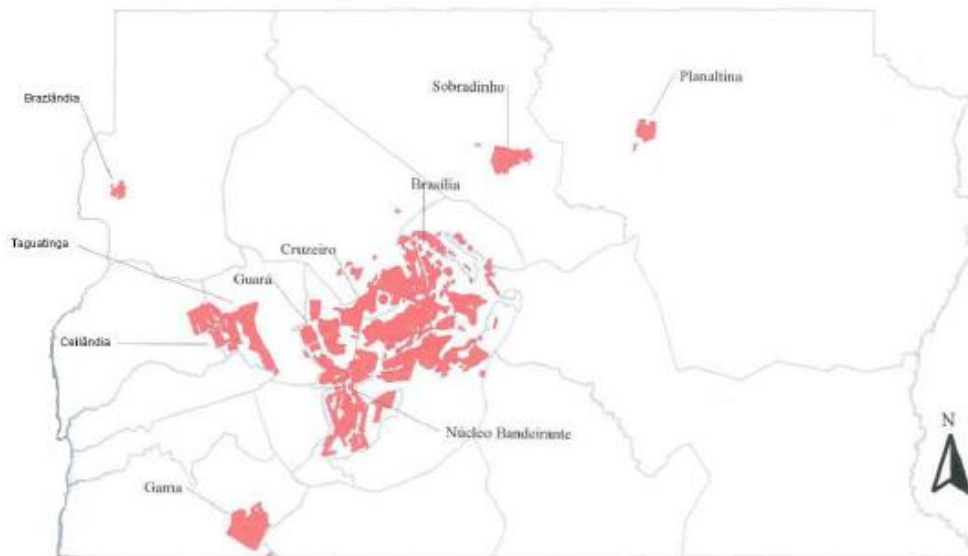
“contudo, a mistura provou-se explosiva, desencadeando conflitos de classe e de status entre os moradores. Por sua vez, esses conflitos levaram ao abandono da estrutura coletiva planejada das superquadras (...) e por fim à marginalização da classe mais baixa dos funcionários públicos da cidade”. (HOLSTON, 1993, p. 206).

Se, como Holston (1993) destaca, o símbolo do modernismo e da construção de Brasília era apagar a velha ordem e reinscrever uma nova a partir do forjamento de uma nova identidade nacional por meio da integração nacional, talvez tenha sido penas “conversa dos políticos”, como os candangos entrevistados pelo autor apontam. Niemeyer mostra em suas lembranças desse momento que havia uma solidariedade humana, em que todos viviam “como uma grande família, sem preconceitos e desigualdades” (NIEMEYER, 1961 apud HOLSTON, 1993); entretanto, um pedreiro que trabalhou na construção contradiz essa colocação e diz que “os engenheiros viviam em seus próprios acampamentos” (RIBEIRO, 1980 apud HOLSTON, 1993). Entendia-se que havia a segregação residencial no Brasil e em Brasília, o que era diferente é que, como o pedreiro entrevistado por Lins Ribeiro diz, “você via que o engenheiro tinha a mesma aparência do trabalhador (...) você não via ele bem vestido” (RIBEIRO, 1980 apud HOLSTON, 1993).

Logo, viu-se que as favelas e as habitações precárias que surgiram inicialmente ao redor de Brasília – as chamadas invasões – foram inicialmente toleradas pelas autoridades, pois havia o interesse de alojar o maior número de trabalhadores. Contudo, com a finalidade de envolver parte das pessoas que viviam nessas áreas irregulares, diante da pressão da organização de trabalhadores e moradores, iniciou-se uma política de remoção de favelas e assentamento de populações mais pobres em subúrbios e cidades-dormitório (DERNTL, 2019).

8.4.2 Ocupação urbana 1970

Mapa 7 - Ocupação urbana do Distrito Federal na década de 1970



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/GDF (Brandão, 2003).

Esse período é relevante porque foi durante essa década que Brasília foi consolidada como capital federal, fruto de uma nova conjuntura política marcada pelo regime militar de 64. “Os militares decidem confirmar Brasília como capital federal em função da estrutura espacial do Distrito Federal oferecer melhores condições de segurança e controle social” (BRANDÃO, 2003, p. 60). Nessa década, portanto, Brasília passou a ter grandes investimentos na construção civil, impulsionando a transferência de órgãos diplomáticos, como Brandão (2003) destaca.

Durante esse período, Brasília alcançou a marca de um milhão de habitantes, precisamente 1.176.935, sendo que não configurou uma taxa de crescimento anual tão alta, mas com *déficit* no crescimento anual, apesar desse número (BRANDÃO, 2003). Dessa forma, Brasília começou a se firmar na forma de conjuntos habitacionais dentro das cidades satélites, ou seja, essa década já destaca a proliferação de outras regiões a partir das primeiras cidades-satélites e assentamentos urbanos. Nessa década a cidade já havia se estruturado mais robustamente ao ponto de a expansão de núcleos urbanos existentes dar origem a dois novos assentamentos para abrigar favelados retirados de *invasões* nas redondezas do Plano Piloto e do Núcleo Bandeirante, como Brandão (2003) aponta em sua dissertação.

Foi entre os anos de 1971 e 1972 que a Ceilândia foi criada, com a finalidade de abrigar 82 mil favelados removidos da Vila IAPI. Esta Vila, segundo Silva (2011), foi um dos locais mais emblemáticos e citados da história de Brasília. Esta vila resistiu a muitas remoções e demolições. E parte dessas pessoas que habitavam na antiga Vila IAPI formou a Ceilândia, sendo que essa denominação advém de CEI – Campanha de Erradicação De Invasões, que foi instituída pelo Governo do Distrito Federal (BRANDÃO, 2003). Esse novo assentamento foi um anexo de Taguatinga e era tido como parte dessa cidade até 1975, sendo oficializada como RA apenas em 1989. E, vale citar, que em 1976 o Guará II foi criado para abrigar a população removida de favelas. Ao todo resultaram 10 cidades-satélites nessa década (BRANDÃO, 2003).

Figura 17 - Remoção de moradores da Vila do IAPI para Ceilândia



Fonte: SILVA (2011)

Ao comparar o Mapa 5 com o Mapa 4, é possível avaliar o inchaço intenso e significativo dos núcleos urbanos, ressaltando uma expansão urbana marcadamente presente

no Distrito Federal. Contudo, o planejamento urbano para a adequação desses novos núcleos urbanos já não foi eficaz, uma vez que poucos decretos e planos foram criados para suprir as necessidades dos novos núcleos. Diante disso houve mais intervenções desconectadas e desarticuladas do espaço de forma a suprir a erradicação de invasões localizadas nas proximidades do Plano Piloto (BRANDÃO, 2003).

Apenas ao final da década de 1970 é que o ordenamento da expansão urbana do Distrito Federal pôde ser contemplado, a partir do PEOT (Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal), que tinha como intenção principal a preservação da bacia do córrego Paranoá, afetando a região de Taguatinga e Gama. O interessante é que, a partir dessa nova implementação, Taguatinga passou a se tornar o núcleo principal em termos de atração e desenvolvimento no Distrito Federal (BRANDÃO, 2003). A autora, Vera Brandão, aponta que mesmo que o PEOT tenha oferecido mais residências e mais desenvolvimento para a cidade, a tendência segregacionista ainda se manteve, afastando as populações de baixa renda, fortalecendo a noção de “limpeza visual” de Brasília.

8.4.3 A década de 1970 e a repetição dos problemas de habitação

Argumenta-se nesta Monografia que há aspectos-chave que apontam para um período de convulsão social (entropia social) no que diz respeito ao período inicial da construção de Brasília, o qual foi recortado a partir dos anos 1955 até o final da década de 1970. Justifica-se esse período porque, como foi possível se observar, somente na década de 1970 é possível perceber que a primeira cidade-satélite, transformada em RA, passou a: 1. dar origem e sediar outros núcleos (anexos) urbanos; 2. ser polo de desenvolvimento e atração econômica e residencial.

Se, no início da construção de Brasília, as populações de operários e trabalhadores sofreram com as remoções, bem como com as rejeições sociais e ideológicas (“limpeza social” e de *status*) (HOLSTON, 1993; SILVA, 2011), na década de 1970 observa-se isso ocorrendo com outras populações. Ora, já não eram mais os operários que sofreram com essas erradicações, eram outros indivíduos que passaram pela falta de residência, emprego e infraestrutura básica de condições urbanas.

Esta última década serve para exemplificar a repetição do que ocorreu com as primeiras populações de baixo *status* social na construção de Brasília, dando origem às lutas e remoções

violentas (HOLSTON, 1993; DERNTL, 2016), conseqüentemente à entropia social. Esses novos núcleos denotam que o espaço urbano em crescimento e com inchaço é fonte de problemas sociais, ou de entropia social, já que o tumulto e a efervescência social brotam do espaço urbano, das cidades e suas injustiças e falta de planejamento homogêneo e irrestrito.

9. ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE EM BRASÍLIA

A ideia geral desta monografia gira em torno da noção de que no início da construção e formação de Brasília houve um período de intensa convulsão social, gerada por uma tentativa de inserção de uma nova ordem social que aglutinaria pessoas de todo o país e representaria uma nova etapa do Brasil. Brasília, em seu caráter salvífico, frente à proposta desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, seria a meta-síntese. Diante da intensa corrida arquitetônica, urbanística, econômica, política e social, no meio do centro-oeste, no planalto vazio nasceu uma cidade moderna, redentora e transformadora.

Como mostrado anteriormente, as cidades são foco de informações e podem ser percebidas frente às implicações de sua capacidade de comunicação e absorção, alterando as sociabilidades, o pertencimento e as inserções sociais (NETTO, 2016). A criação de um novo espaço e a formação de uma nova realidade social – surgida do “nada” – provoca intensa problematização, informação e complexidade. Imagine pessoas de todas as classes sociais envolvidas em assentamentos e canteiros de obras, juntas física e idealmente, mas separadas econômica, geograficamente e profundamente pelo *status* – essa era a realidade brasiliense no início de sua construção.

Digerir um exaustivo esforço arquitetônico e urbanístico, em tão pouco tempo gerou desgastes sociais, os quais se evidenciaram com o surgimento de assentamentos e novos polos urbanos para além do Plano Piloto (DERNTL, 2016; BRANDÃO, 2003, HOLSTON, 1993). Tal surgimento foi a base de desavenças, lutas e desacordos entre as classes trabalhadoras, cuja desilusão foi escancarada, marginalizadas para outras regiões que não fossem centrais (HOLSTON, 1993; DERNTL, 2016). Essa questão é que dá base para a tese de Holston (1993) ao questionar a utopia modernista e redentora de Brasília, que, na realidade, não conseguiu unir pessoas de todas as classes em um viés igualitarista devido ao privilégio do funcionalismo, do *status* e do poder aquisitivo.

Por conseguinte, nota-se que essa convulsão social e essa transformação urbana e social que existiu no início de Brasília deram origem às demais cidades ao seu redor, especialmente Taguatinga, que é tratada nesta monografia.

Como foi detalhado e pontuado na parte da metodologia deste trabalho, há pontos específicos que podem auxiliar na percepção da entropia nesse momento específico da construção e formação de Brasília. Tais pontos são:

- 1) Embates de classes;
- 2) Quebra da promessa e do sonho modernista de incluir a todos no Plano Piloto;
- 3) Crescimento rápido nas periferias (favelas e assentamentos urbanos ilegais);
- 4) Representações sociais revelam a desigualdade e a falta de pertencimento;
- 5) Espaço urbano é fonte de entropia social;

9.1 Embates de classe

Holston (1993) dedica um tópico de seu trabalho para discorrer a respeito de direitos, privilégios e poderes daqueles que vieram trabalhar no início de Brasília. O autor destaca que “as diferenças de privilégio estavam baseadas em diferenças individuais de renda, que não eram apenas permitidas – as pessoas eram incentivadas a encontrar formas desiguais de expressão” (HOLSTON, 1993, p.228). Nesse sentido, o esforço do autor é em denunciar as diferenças de *status* social, que deixaram grandes prejuízos ao povo trabalhador.

O autor mostra que os candangos mal se organizaram em classes ou em frentes com algum órgão eficiente para representá-los ou ajudá-los. Ele revela que a jornada de trabalho era muito mais intensa, fazendo com que os candangos trabalhassem em torno de noventa horas semanais e ainda tivessem muitos acidentes nos canteiros de obra. (HOLSTON, 1993). Na realidade, pela velocidade com que Brasília teve de ser construída, foi a Novacap que teve de encarar as leis e instituições trabalhistas. “É evidente que os trabalhadores na construção de Brasília não apenas careciam de direitos básicos enquanto trabalhadores individuais como também careciam de autonomia, organização e meios para levar adiante ações coletivas enquanto unidade de pioneiros recrutados” (HOLSTON, 1993, p.237).

Dessa forma, o autor conclui que, por causa dessa dificuldade de mobilização, foi muito mais fácil para os empregadores consolidar suas posições de classe sobre os empregados, uma vez que os rigores do ritmo de Brasília refletiram os privilégios de *status*. Tais privilégios “diferenciavam as condições de vida dos empregados e dos diretores nos acampamentos de construção” (HOLSTON, 1993, p.227). Conseqüentemente, as convenções de chamamento e de comportamento foram rapidamente identificadas, pois os “candangos” eram os trabalhadores, sem instrução e com roupas humildes e que andavam em “paus de arara”; já os “diretores” eram aqueles cujas roupas eram finas, as atribuições eram voltadas para a administração, e andavam em jipes.

Essa distinção de comportamento, chamamento e de identificação hierárquica, tão logo de deu no espaço. Por esse motivo tem-se que “a divisão de classe básica entre trabalhadores e diretores refletia-se na alocação dos tipos de residência”: os barracões sem condições sanitárias para os candangos e as casas individuais com banheiros para os diretores.

Diante disso, observa-se que houve uma organização em termos políticos e de classe – Holston (1993) faz menção à divisão de classes na Cidade Livre, por exemplo. Ele diz: “os moradores da Cidade Livre estavam divididos em duas classes, uma divisão claramente refletida em seus rendimentos médios mensais: uma classe empresarial (...) e uma classe trabalhadora” (HOLSTON, 1993, p.242).

Além dessa perspectiva, vale citar que Brasília teve seus defensores, e Coutinho Cavalcanti, deputado à época, se opôs às críticas e observou acerca da utopia que estava em torno de sua construção. Ele, em uma entrevista à revista *Brasília*, afirma que, para alguns, Brasília chocou com a ordem social colonial que estava vigente no país e buscava um lastro, ou seja, uma garantia social e econômica do povo. Nesse sentido, o deputado afirma que o susto que foi a construção de Brasília foi viabilizado para construir uma nova ordem capitalista; ele afirma que

“a utopia, sendo o resultado típico das proposições da era capitalista, uma concessão que as classes dirigentes confiantes na sua permanência indefinida faziam às forças do pensamento que não possuíam lastro suficiente para lhes causar mocha (perturbação), tradicionalmente constituía um tipo de manifestação incapaz de ação efetiva dentro do esquema do capitalismo.” (BRASÍLIA, 1960a, p.7).

Há uma crítica em torno do capitalismo e do excesso do empreendedorismo ao redor da construção de Brasília. Isso fez com que se firmasse uma busca por uma classe cujo conhecimento e distinção eram limitados; esse sonho era desproporcional ao do restante do país. O deputado se opõe a essas críticas e diz que, para muitos, o “conhecimento do interior brasileiro, que antes era quase um privilégio de poucos cientistas nacionais ao lado de muitos estrangeiros e um punhado de aventureiros mais afoitos” (BRASÍLIA, 1960a, p.8) já não é assim.

O deputado coloca que Brasília serviu para tratar da inteligência nacional, da segurança nacional, da economia e da cultura do Brasil. Para ele, Brasília foi uma solução para aqueles cuja vida e prosperidades estavam vinculadas ao esquema de economia colonial, ao propor uma independência à estrutura urbana e agrária colonial, além de representar a ocupação efetiva do território brasileiro. Coutinho Cavalcanti ainda se coloca contra os

críticos de Brasília e afirma que esta cidade surgiu para propor soluções puras e limpas para os problemas humanos (BRASÍLIA, 1960a).

Contudo, sabe-se que os problemas humanos não foram solucionados com a construção de Brasília e que a lógica “colonial”, que o deputado expõe, ainda se manteve em Brasília, especialmente pela disputa de terra e estrutura urbana. Com isso, vale expor o que Holston (1993) assinala acerca da emergência de interesses coletivos entre os pioneiros: interesses relativos a conflitos de classe e relativos a lutas de *status*.

Holston (1993), ao relatar acerca da remoção da Vila Sarah Kubitschek, mostra como as classes trabalhadoras que estavam residindo nessa vila se uniram às forças do governo e organizaram manifestações para obterem condições legais de moradia. Quando receberam a notícia da distância que residiriam do centro de Brasília, “o grupo de comando recusou a oferta da Novacap, argumentando que o isolamento da satélite para além das imediações da Cidade Livre e do Plano Piloto seria desastroso em termos econômicos” (HOLSTON, 1993, p.263). O reconhecimento da cidade de Taguatinga só foi possível com a apelação política e mobilização com pessoas de *status* importante, como foi relatado no capítulo anterior com a história da cidade.

Uma vez que Brasília foi pensada para ser uma cidade exclusivamente burocrática, a incorporação dos funcionários no âmbito público era o foco. Porém, a população se dividiu em dois grupos, como relata Holston (1993), um grupo “que iria construir a cidade, mas estaria privado dos direitos a ela, e outro que iria chegar com plenos direitos a uma cidade já construída” (p.254). Nesse sentido, Brasília se tornou uma cidade estratificada antes mesmo de sua inauguração, a partir de uma diferenciação pela lógica de distinção entre as populações, pela forma de ocupação da cidade e pela construção da cidade. Tais distinções nortearam o recrutamento da burocracia e a determinação para habilitação de direito a residências públicas da cidade e a capacidade de ação coletiva e organização política (HOLSTON, 1993).

Diante das desigualdades que estavam ligadas diretamente com a organização do trabalho e da residência no Plano Piloto, os pioneiros se motivaram a se organizar e definir seus interesses coletivos, contra as autoridades planejadoras (HOLSTON, 1993). Conseqüentemente, as autoridades responderam de duas formas: incentivando e beneficiando os trabalhadores para que ficassem na cidade, o que traria altos rendimentos para o setor privado, fomentando um mercado lucrativo para aqueles de alto *status*. Outra forma foi que as

autoridades privaram os pioneiros de direitos, após a inauguração, de permanecer em suas residências ou nas que estavam construindo no Plano Piloto (HOLSTON, 1993).

Assim, para as transformações políticas foi necessário criar entidades que representassem os interesses dos pioneiros, como já foram citados, interesses relativos a conflitos de classe e a lutas de *status*. Daí surgiu uma associação comercial e um sindicato. Holston (1993) expõe que “a Associação Comercial da Cidade Livre se formou com o intuito de proteger as vantagens de classe concedidas aos empresários por um contrato com o governo” (p.255); já “o sindicato surgiu entre os trabalhadores de construção para protegê-los contra a privação de direitos trabalhistas” (p.255). Todavia, este último teve impasses relacionados à falta de legitimidade de suas reivindicações e também devidos ao impacto potencial causado por uma massa muito grande de filiados, o que incorreria em incapacidade de construir uma base de apoio ampla na era da construção (HOLSTON, 1993).

Todavia, é sabido que houve embates por parte dos sindicatos dos trabalhadores, bem como revoltas por parte dos operários devido à não regulamentação de seus assentamentos e, ainda, por não terem sido incluídos nas superquadras do Plano Piloto (DERNTL, 2016; HOLSTON, 1993; SILVA, 2011). Além de não terem sido incluídos, as regiões de seus acampamentos não seriam regulamentadas tão cedo por não serem uma pauta prioritária no planejamento de Brasília, levando em consideração, também, a quantidade de habitantes que a cidade iria suportar (DERNTL, 2016; PESCATORI, 2020). Isso foi mudado com a Novacap que elegeu projetos para a estruturação das então satélites.

O fato é que os pioneiros não chegaram a formar associações fortes, que contestassem efetivamente a dinâmica de *status*. Para eles faltavam direitos de longo prazo. Isso “significou que nenhum deles poderia adequada ou legalmente resolver suas necessidades de moradia e de acomodação para a família dentro dos limites do plano governamental” (HOLSTON, 1993, p.256). A proibição do Estado de que permitir que os pioneiros tivessem suas moradias nos locais onde trabalhavam, fez com que eles criassem suas próprias comunidades ilegais. “Essa mobilização transformou a estrutura de poder na Brasília pré-inaugural e, com isso, o próprio destino da cidade.” (HOLSTON, 1993, p.256).

9.2 Quebra da promessa e do sonho modernista de incluir a todos no Plano Piloto

Lúcio Costa disse, em nota do seu relatório, que não acreditava que os trabalhadores fossem querer permanecer em Brasília, uma vez que eles moravam anteriormente em outra cidade (DERNTL, 2016). Contudo, ao criar e construir uma cidade ao longo de cinco anos, era de se esperar que tais trabalhadores estabelecessem seus lares ali e precisassem de locais adequados para dormir (HOLSTON, 1993).

Os trabalhadores, por sua vez, não se viram contemplados no plano nacionalista de Kubitschek para a realização de uma nova ordem social que daria uma nova identidade para o Brasil e uniria todo o país em uma só capital – utopia modernista, como disse Holston (1993) e Silva (2011).

O fato de os trabalhadores não terem sido incluídos nesse plano modernista provoca uma ressignificação do espaço. O pertencimento daqueles atores sociais não foi contemplado; logo, as informações e as realidades sociais daquelas pessoas não são processadas da mesma forma. Se um arquiteto que trabalhou na construção do Plano Piloto teve sua inserção no conceito modernista de Brasília, ele foi considerado apto a processar as informações do espaço, fazer parte da concepção modernista e se comunicar dentro de um espaço, reproduzindo uma lógica pensada (NETTO, 2016).

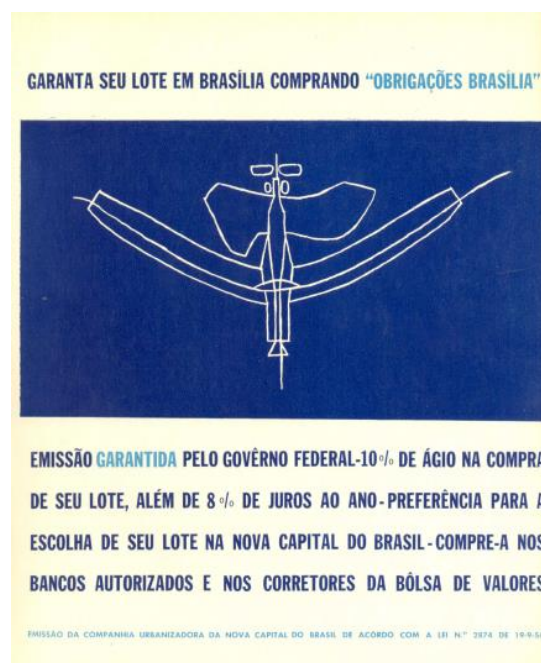
Entretanto, um operário de obra que também trabalhou na construção de Brasília não ocupou o seu espaço dentro de uma superquadra, apesar do ideal modernista. Trabalhadores como este não se enquadram no conceito modernista e foram adequados em assentamentos e acampamentos sem saneamento básico ou condições adequadas. Tem-se que a realidade a qual eles foram adequados era a realidade tradicional e não moderna, onde os trabalhadores e suas famílias fossem capazes de reproduzir ou entender, gerar comunicação. O espaço reflete a entropia, pois reflete a lógica das informações contidas nas cidades e nas realidades sociais.

Se o espaço modernista ainda possui reminiscências de avançado, inovador e atual, por que tais trabalhadores não foram tidos como adequados ou capazes de se inserir nessa perspectiva? É observado isso quando se vê que tais assentamentos foram transformados em cidades-satélites, minimamente organizadas no início. Organizadas de que modo? Tradicionalmente, e não modernamente. Portanto, vê-se que a modernidade não adequou a todos, como foi desejado (HOLSTON, 1993).

Por fim, para ilustrar essa lógica, o conceito de Milton Santos (2008) de territórios opacos revela que há territórios que acumulam densidades técnicas e informacionais e se tornam aptos a atrair atividades econômicas, capitais, tecnologia e organização. Estes são chamados de territórios luminosos. Os espaços onde essas características são afastadas são chamados de territórios opacos. Assim, dentro do DF é possível pensar nessa situação gerando conflitos, quebras de comunicação, aumento das desigualdades, canalizando negligência social e inviabilizando as políticas sociais. Tudo isso é consequência da modernidade, que promove e resulta em desinformação e conturbação.

Como as Figuras 18 e 19 mostram, o sonho, tanto dos idealizadores, quanto dos trabalhadores de menor *status*, era o de morarem no Plano Piloto. A quebra da promessa e do sonho modernista de incluir a todos no Plano Piloto se deu pela questão do espaço. Ainda que a proposta igualitarista fosse a de envolver todos, isso não se deu. Sociologicamente pode-se compreender que a organização daquele espaço modernista não foi projetada para pessoas de todos os *status* e riquezas. Somente aqueles que fossem capazes de conviver e interagir com um ambiente moderno é que foram contemplados nas superquadras.

Figura 18 - Propaganda do governo JK na revista *Brasília*, incentivando moradores em Brasília centro



Fonte: Revista Brasília NOVACAP n. 9 e n.10 de 1957. Arquivo Público do DF.

Figura 19 - Propaganda do governo JK na revista *Brasília*, incentivando moradores em Brasília centro



Fonte: Revista Brasília NOVACAP n. 9 e n.10 de 1957. Arquivo Público do DF.

Nessa lógica, uma edição da revista *Brasília*, da Novacap, do ano de 1957 produziu uma entrevista com um deputado à época, Emival Caiado, em que ele ressaltou diversos pontos acerca da mudança para a nova capital. Em um dos pontos, o deputado relata acerca dos efeitos psicológicos da mudança da capital e diz:

“E o fator confiança virá facilitar e auxiliar a edificação do futuro Distrito Federal, com a atração de capitais, de mão de obra, de iniciativas, de investimentos, de população e tudo o mais que se fizer necessário. (...) pensamos ter atingido, plenamente, o objetivo psicólogo, quanto ao sucesso do empreendimento, desfazendo toda e qualquer incerteza, dissipando toda e qualquer dúvida que por acaso tenha assaltado o espírito de quantos acompanham com interesse as atividades mudancistas.” (BRASÍLIA, 1957b, p.11).

A verdade é que a incerteza que o então deputado relatou ainda se fez presente na vida dos moradores de Brasília. Mal sabiam onde iriam morar, sendo que suas vilas, construções próprias, ainda estavam sendo removidas e avaliadas. Em entrevista com os idosos para a pesquisa, muitos relataram a falta de água e de luz, ao mesmo tempo em que era incerto quando teriam acesso a essas infraestruturas basilares.

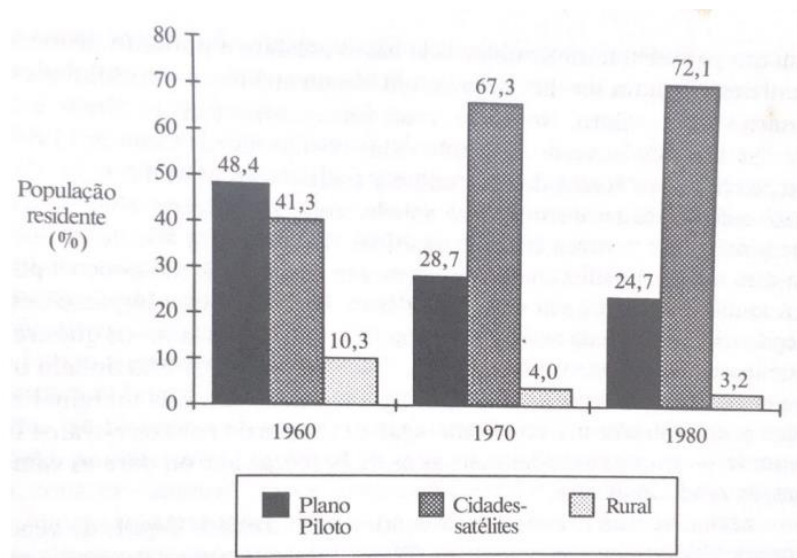
Ainda em uma edição da revista *Brasília*, Edmundo Galvão em entrevista à revista, afirma: “antes de Brasília era o êxodo para o desemprego e as favelas dos centros populosos, o interior em abandono cada vez maior” (BRASÍLIA, 1960b, p.6). Contudo, já em 1960,

várias cidades-satélites, consideradas ainda como favelas; já haviam brotado em torno do Plano Piloto.

9.3 Crescimento rápido nas periferias (favelas e assentamentos urbanos ilegais)

Dessa forma, ao se pensar na celeridade dos tempos modernos, a cidade é afetada enquanto espaço constituinte da nova forma de vida. Diante de um inchaço das cidades por meio da urbanização e povoamento moderno, Brasília também teve seu crescimento rápido. Nesse sentido, a capital teve mais crescimento na periferia, como Holston (1993) ainda destaca: “desde a fundação de Brasília, sua população concentrou-se, de forma crescente e esmagadora, na periferia do Plano Piloto” (HOLSTON, 1993, p.290), e é o que o Gráfico 2 demonstra.

Gráfico 2 - Distribuição da população do Distrito Federal no centro e na periferia, 1960, 1970 e 1980



Fonte: Holston (1993), p. 291

O mais curioso no gráfico acima não é ver o aumento das cidades satélites, mas a redução do Plano Piloto com o tempo. O gráfico “sugere que o governo continua a expandir a periferia legal em vez de incorporar migrantes no Plano Piloto semiocupado. Até que ponto, e a que custos, esse desenvolvimento sustentou as intenções ameaçadas por essa alternativa?” (HOLSTON, 1993, p.291). Este argumento apresentado por Holston (1993) vai de encontro a um dos argumentos de Lúcio Costa que será apresentado abaixo, em que o arquiteto culpa o

desenvolvimento das cidades-satélites pelos gastos elevados de Brasília, uma vez que tais núcleos urbanos cresceram em detrimento do Plano Piloto.

Ademais, Holston (1993) considera outro fator muito importante que se associou aos critérios de moradia no Plano Piloto. O autor argumenta como já foi mostrado anteriormente, que o fator *status* estava veementemente ligado à condição de morar ou não em uma superquadra. Ele considera ainda, com o passar do tempo e com o desenvolvimento das cidades satélites, outro critério fundamental que passou a imperar. Este seria “um fator crucial na restrição do acesso ao Plano Piloto e, portanto, na manutenção das estratificações sociais e espaciais de Brasília: a riqueza” (HOLSTON, 1993, p.291). Este argumento de Holston (1993), mais uma vez, vai de encontro com o que Lúcio Costa disse em entrevista a respeito da liberdade de desenvolvimento das periferias, quando assumiu que esses moradores teriam mais condições de se tornarem milionários por não se preocuparem com a unidade da cidade e restrições urbanas.

Diante disso, se do centro de Brasília (Plano Piloto) surgiram outros centros urbanos, maiores foram as questões a serem tratadas, mais desgastante foi o processo de decisão, bem como de processamento de informações. Lúcio Costa, em entrevista redigida por Giovana Oliveira (2005), revela que foi um processo desgastante, em que o maior prejuízo foi do Plano Piloto. Ele afirma que as pessoas que vieram para cá não foram abandonadas, mas não o foram “em detrimento de Brasília, que teve muita despesa para levar estradas de acesso, luz e todas essas facilidades para cada um daqueles núcleos” (OLIVEIRA, 2005, p.5).

O crescimento urbano, especialmente o acelerado, traz consigo muitos problemas e dificuldades, ainda mais em uma cidade recém-criada e planejada. Lúcio Costa tinha um planejamento de 500 mil habitantes para Brasília (OLIVEIRA, 2005; PESCATORI, 2020; DERNTL, 2016) e para tanto vale citar uma declaração do arquiteto para fins da pesquisa:

“Uma vez terminada a fase inicial, dos 3 anos iniciais de trabalho intensivo, um terço da população obreira que tinha ido a Brasília para construir a cidade, chegado o momento da inauguração, voltaria para o seu ‘país’ de origem; outro terço seria absorvido pelas próprias atividades locais urbanas; para o terceiro terço – como eram quase todos operários de tradição rural – a solução seria criar um cinturão verde, agrícola, em torno da cidade. (OLIVEIRA, 2005, p.5).”

A partir dessa fala, percebemos que essa era a intenção inicial dos planejadores, que não deu certo, porque todos os que vieram para Brasília quiseram permanecer, ao contrário do que Lúcio Costa afirmou nessa entrevista. O problema, então, passou a ser desdobrado pela Novacap, uma vez que os operários haviam criado e desenvolvido assentamentos urbanos

precários ao redor do centro do Plano Piloto. O arquiteto ainda afirma que “embora eles houvessem declarado que não levariam as famílias, depois de 15 dias, estavam todos lá, precisando morar e criando favela em torno de cada grande canteiro” (OLIVEIRA, 2005, p.5).

Vale suscitar uma pergunta: “por que esse povo veio e criou suas próprias cidades?”. Algumas respostas a essa questão são mais óbvias e imediatas. A partir da entrevista de Lúcio Costa podemos destacar alguns desses motivos. Primeiro motivo: “estavam todos lá, precisando morar e criando favela em torno de cada grande canteiro” (OLIVEIRA, 2005, p.5). Segundo motivo: “esses operários instalaram-se e cresceram porque não tinham nenhuma restrição, ao contrário dos residentes em Brasília, que tinham que obedecer a uma série de critérios para manter a unidade da cidade. Nas cidades-satélites não havia nada disso, e surgiram milionários de lá, enriqueceram” (OLIVEIRA, 2005, p.5). Terceiro motivo: “as favelas que foram surgindo eram formadas por gente nova que vinha atraída por aquela miragem da capital” (OLIVEIRA, 2005, p.5).

Assim, o primeiro motivo é óbvio: as pessoas precisavam morar. Contudo, é interessante a fala de Lúcio Costa, um pouco indignada, ao criticar a construção dessas favelas. Porém, onde o governo pensou em acolher os trabalhadores? Isso não foi exposto, não houve um planejamento oficial para assentar os operários. Era de se esperar que houvesse esse crescimento, portanto.

O segundo motivo revela que o local (tradicional) onde o povo se desenvolveu não havia regras, o que possibilitou o rápido crescimento de suas cidades em detrimento do centro de Brasília, que teve de custear os gastos com infraestrutura. Esse argumento é curioso, pois é como se o arquiteto estivesse insinuando que esses custos foram um fardo que não deveria ter sido responsabilidade da organização de Brasília, ou da Novacap. Ainda, esse idealismo acerca da unidade utópica e moderna pode ser contestado, uma vez que, como Holston (1993) demonstrou, Brasília (centro) é uma cidade sem esquina. A sociabilidade que promove unidade entre as pessoas é fragmentada e dificultada em uma cidade como o Plano Piloto. A unidade a que Lúcio Costa se refere estava voltada muito mais para a noção da meta-síntese de JK do que à unidade urbana e social que ele gostaria de desenvolver.

Inclusive, em relação a esse ponto, a pesquisa com os questionários on-line via Google Forms, com jovens moradores de diversas regiões administrativas do DF, foi útil. Uma jovem participante da pesquisa teve dificuldade de responder ao questionário quando se deparou com a seguinte pergunta: “Quando você vai ao Plano Piloto, você se sente pertencente àquela

realidade ou se sente um estrangeiro?”. Ela morou no Plano Piloto por 12 anos de sua vida, e o que ela alegou acerca de seu pertencimento à cidade foi:

“De certa forma, me sinto pertencente. Mas de outra, sempre achei que lá não tinha a ver com minha realidade. Nosso apartamento lá é funcional, então sempre foi um local distante do nosso contexto. Após me mudar de lá, sinto que está sendo mais normal morar na Ceilândia. Parece uma cidade de verdade. O Plano é uma cidade fantasma.” (PARTICIPANTE DOS QUESTIONÁRIOS ONLINE).

Essa vontade idealista de Lúcio Costa de promover a unidade social e espacial, em termos concretos, não aconteceu. Ao realizar a etnografia para a pesquisa, foi possível perceber a dinâmica distinta entre o Plano Piloto e Taguatinga. É nítida a diferença. Comparou-se a Avenida Comercial de Taguatinga, uma avenida importante para o comércio local, com a Avenida W3, do Plano Piloto. Ainda que em tempos de pandemia, é perceptível a diferença do dinamismo entre os dois núcleos urbanos: em Taguatinga, mesmo durante uma época de pandemia, o dinamismo urbano permanece, sendo que na W3 é possível comprovar a noção apresentada acima da cidade fantasma.

9.4 Representações sociais revelam a desigualdade e a falta de pertencimento

Em reflexo do que já foi exposto nesta monografia, talvez tome-se este tópico como o ponto ápice, uma vez que é pela noção de representação social e de pertencimento que as cidades e comunidades se formam. Por essa ótica pode-se explicar, também, a formação de outras cidades e fomentar a compreensão sociológica da formação urbana inicial de Brasília.

Diante das rebeliões dos pioneiros, o Estado foi forçado a reconhecer o direito deles à cidade, mas não em relação ao Plano Piloto, propriamente dito, somente o direito às cidades da periferia da capital (HOLSTON, 1993). Assim, os desdobramentos da cidade fluíram em prol da criação de cidades-satélites, cuja função era acomodar as pessoas que estavam vindo com grande frequência e que se enquadrassem na realidade de baixo *status* e baixa renda.

Para este tópico, algumas noções sociológicas são importantes, como o conceito de representação social e de pertencimento. Nesse sentido, as representações sociais são reflexos do imaginário social relativamente àquilo que é tido como verdade ou ainda como informação válida dentro de um sistema social (PORTO, 2006; NEVES, 2013). Se as reminiscências sociais acerca da constituição do moderno estão voltadas para o futuro, para a elite, para algo melhor e para a inovação, nem todos teriam acesso ao moderno, ou seja, ao Plano Piloto. No mesmo sentido, se as reminiscências sociais do pertencimento urbano às regiões centrais estão

voltadas para aqueles cuja renda e *status* são elevados, nem todos teriam acesso ao Plano Piloto, por exemplo.

A partir da noção que já foi explicada em tópicos anteriores, no que diz respeito à inclusão das pessoas de baixa renda e de baixo *status* social no Plano Piloto, foi possível comprovar, especialmente pela obra de Holston (1993), que isso foi uma utopia igualitarista que, na realidade, não se distinguiu do restante do Brasil, mas apenas manteve a lógica de estratificação urbana e social.

A lógica da comunicação espacial e a geração de informações por meio da troca de semântica com o espaço faz com que a estruturação urbana afete a sociabilidade humana, promovendo complexidade aos espaços urbanos e alterando a forma de vida a partir da concepção arquitetônica e epistemológica da própria constituição do espaço, e isso foi demonstrado nesta monografia. Portanto, a constituição de uma cidade com preceitos modernos altera a constituição da sociedade que habitará naquele local. As reminiscências sociais fomentam a hermenêutica do espaço, habilitando os moradores de cada região, seja ela central ou periférica.

No caso do Distrito Federal, foi possível observar que as cidades-satélites, hoje chamadas Regiões Administrativas, surgiram como forma de comportar os trabalhadores e suas famílias na época da construção de Brasília. Enquanto, por outro lado, o Plano Piloto operou por tempos abaixo de seu nível de lotação, adequando apenas aqueles cuja renda e *status* eram elevados. O povo que não foi tido como “capaz” ou “habilitado” a viver no Plano Piloto foi adequado a espaços marginais que suportariam o “nível social” dos pioneiros.

Nesse sentido, foi tomado por inviável um operário pioneiro se comunicar, viver e sociabilizar em uma cidade moderna, uma vez que seu *status* era baixo e sua renda também. O surgimento das cidades dos trabalhadores não revela meramente uma extorsão (desapropriação) política ou econômica, mas demonstra um drama sociológico. Observa-se que tais polos urbanos operam em uma lógica tradicional, como é possível verificar na arquitetura e na organização urbana das casas, com a formação de praças, esquinas, centros comerciais, igrejas e “mercadinhos” locais. Hoje, muitas podem ser cidades grandes e que conseguem operar independentemente do Plano Piloto, mas ainda conferem um viver tradicional, com estilo de vida distinto do que há no Plano Piloto.

A vida no Plano Piloto segue outra dinâmica. Uma dinâmica mais reservada, sem tanto contato e sem a característica urbana de vizinhança. Não à toa, a entrevistada que foi mencionada anteriormente afirmou que, apesar de ter vivido por 12 anos no Plano Piloto, de certo modo não se sentiu pertencente àquela realidade. Por outro lado, viver na Ceilândia e passar por Taguatinga é viver em uma cidade de verdade. Essa jovem ainda mencionou como a vida nas cidades-satélites é mais barata, as mercadorias e os serviços são mais acessíveis à sua realidade.

Por esse lado, nota-se que, ainda que um trabalhador de classe baixa desejasse viver e conviver com a sociedade do Plano Piloto, as exigências de renda para se sustentar lá seriam altas. Não é apenas uma questão social de se sentir pertencente, mas, de fato, de ser possível se sustentar no Plano Piloto por ser uma região mais nobre.

Bauman (2003) discorre a respeito deste tema em seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. O autor aponta como as pessoas estão em uma constante busca por pertencimento, a fim de se encaixar e de se proteger (em vários aspectos) dentro de uma comunidade. Ademais, escreve a respeito da transformação social e histórica da sociedade e as consequências em torno da noção de comunidade, pertencimento, “bem-estar”. Ele mostra de que forma, por exemplo, os trabalhadores das fábricas tiveram de lidar com a imposição de que os chãos das fábricas seriam suas novas casas.

Dessa forma, os trabalhadores viriam a ser submetidos a uma rotina totalmente diferente, “ostensivamente artificial, sustentada pela coação nua e sem sentido em termos de ‘dignidade, mérito ou honra’” (BAUMAN, 2003, p.33), uma vez que os laços comunitários que os mantinham em seu lugar haviam sido destruídos. Essa lógica que o autor descreve sobre a nova rotina de vida a que os trabalhadores das fábricas da Revolução Social foram submetidos pode ser transposta para a realidade dos operários que trabalhavam arduamente nos locais de obra.

Da mesma forma que ideias de cidade modelo foram construídas para sustentar os novos padrões das cidades modernas e fabris que surgiram na Europa, Bauman (2003) ainda mostra como essas cidades deveriam ser:

“As cidades modelo construídas em torno das fábricas estavam equipadas com moradias decentes, mas também com capelas, escolas primárias, hospitais e confortos sociais básicos — todos projetados pelos donos das fábricas junto com o resto do complexo de produção. A aposta era na recriação da comunidade em torno do lugar de trabalho e, assim, na transformação do emprego na fábrica numa tarefa para ‘toda a vida’” (BAUMAN, 2003, p. 37).

Esse ideal de cidade modelo foi retomado para se viver em Brasília, como um local burocrático, moderno e revolucionário em relação ao restante do país. Da mesma forma que os idealistas dessas cidades modelo foram chamados de filantropos e socialistas utópicos, como Bauman (2003) menciona, os idealizadores e planejadores de Brasília também sofreram críticas voltadas para essa utopia igualitarista que não deu certo.

Porém, o que é mais relevante nessa breve retomada histórica que Bauman (2003) faz acerca da noção de comunidade e pertencimento é essa noção de mosaicos de comunidades locais dispostas dentro de um Estado-Nação, as quais sofrem pela transformação moderna. Construir o Estado moderno, diz Bauman (2003), consistia na substituição da rotina tradicional, da vizinhança e das relações sociais obsoletas. Aqueles que estavam vinculados à antiga ordem social deveriam ser incorporados dentro da nova ordem moderna, mesmo que fossem absorvidos com um *status* inferior. O que aconteceu com a cidade moderna?

“O que acontece é que nada (nela) permanece o mesmo durante muito tempo, e nada dura o suficiente para ser absorvido, tornar-se familiar e transformar-se no que as pessoas ávidas de comunidade e lar procuravam e esperavam. Deixaram de existir os simpáticos mercadinhos de esquina; se conseguiram sobreviver à competição dos supermercados, seus donos, gerentes e os rostos atrás dos balcões mudam com excessiva frequência” (BAUMAN, 2003, p.46).

Os indivíduos e os grupos cujo *status* era inferior e a forma de vida social não condizia com o moderno sofriam e ainda sofrem com a separação política e cultural da diferença em relação à política cultural da igualdade (FRASER, 1999 apud BAUMAN, 2003). Nancy Fraser (1999), citada por Bauman (2003) afirma que:

“Não é justo que alguns indivíduos ou grupos vejam negado seu status de plenos parceiros na interação social simplesmente em consequência de padrões institucionalizados de valor cultural de cuja construção não participaram com igualdade e que menosprezam suas características distintivas ou as características distintivas a eles atribuídas” (FRASER, 1999 apud BAUMAN, 2003, p.71-72).

O interessante em relação a esta colocação da antropóloga é que os grupos que tiveram seu *status* negado, seu reconhecimento desmerecido ou o valor de seu trabalho diminuído devido à incorporação de uma nova era moderna, foram os mesmos grupos de candangos de Brasília. Esses grupos, assim, tiveram de buscar sua própria comunidade com o intuito de se sentirem seguros e compreendidos. Estabelecer outras cidades em que pudessem residir e chamar de suas era tanto para sobreviver quanto para ser incorporados ao *status quo* de forma que fossem capazes de se reproduzir socialmente.

A criação de suas vilas eram formas de subsistir e resistir socialmente. Viver de maneira tradicional, agregando valores familiares e de lógicas de integração social era uma maneira de

demonstrar valor cultural e social, além de testemunhar que os trabalhadores poderiam não pertencer ao centro da cidade, o Plano Piloto, mas pertenciam àquele território, de forma que pertenciam às identidades de suas estruturas urbanas.

Por conseguinte, tendo esse aparato teórico em mente, a pesquisa com jovens de 20 a 35 anos, por meio de questionário *on-line*, trouxe colaborações para o entendimento deste tópico. Os participantes foram questionados acerca do seu sentimento de pertencimento com relação ao Plano Piloto. Uma vez que não houve restrição de local de residência, foi possível apurar dados de pessoas de diversas regiões de Brasília.

Gráfico 3 - Quando você vai ao plano piloto, você se sente pertencente àquela realidade ou se sente um estrangeiro? (68 respostas) - Jovens



Fonte: Pesquisa com Formulários *on-line* para esta Monografia

Ao analisar os dados do gráfico, é possível notar que quase 50% dos participantes do questionário, num total de 68 participantes, não se sentem pertencentes à realidade do Plano Piloto. Sendo que o Plano Piloto foi planejado para agregar e unir pessoas de diversas classes, realidades e funções sociais.

A mesma pergunta foi dirigida aos idosos que participaram da pesquisa. Apenas foram alteradas as opções de resposta em virtude de um imprevisto no pré-teste – os idosos apresentaram dificuldade de compreenderem o sentido de “pertencer a uma realidade”. Nesse sentido, os idosos tiveram de responder a esta pergunta: “com relação ao Plano Piloto, você se sentia...” e as respostas poderiam ser: “parte daquela realidade” ou “como um peixe fora d’água”, para facilitar a compreensão. Apenas duas idosas responderam que se sentiam parte daquela realidade. Uma outra idosa chegou a mencionar que não se sentia parte da realidade do Plano Piloto, mas com relação a Taguatinga, se sentia parte daquela realidade.

Gráfico 4 - Com relação ao Plano Piloto, você se sentia: (11 respostas) – idosos



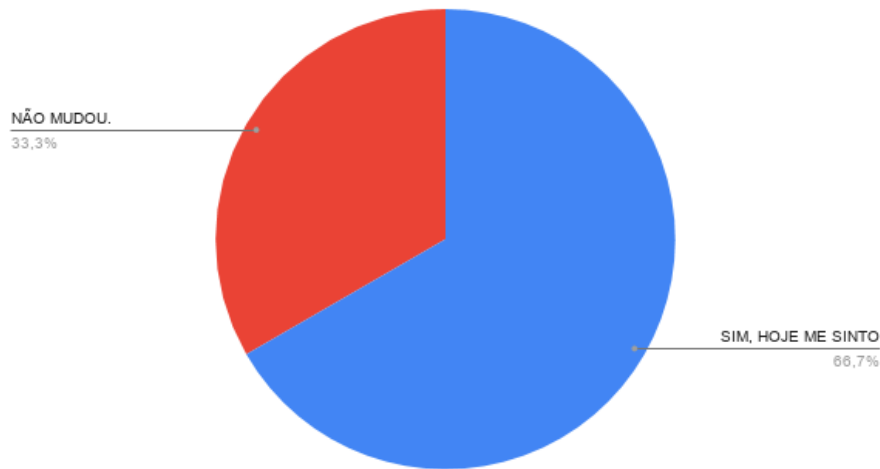
Fonte: Pesquisa com Formulários *on-line* para esta Monografia

Assim, como resultado, 81,8% dos entrevistados, num total de 11 idosos, responderam que se sentiam como um “peixe fora d’água”, ou seja, que não se sentiam pertencentes à realidade do Plano Piloto. Além disso, foram questionados se houve mudança nessa noção de pertencimento.

Nesse sentido, como mostra o Gráfico 5, das pessoas que responderam que não se sentiam pertencentes à realidade do Plano Piloto, apenas 33,3% responderam que continuam não se sentindo parte de lá, ou seja, ainda se sentem como “estrangeiros”. Porém, 66,7% dos participantes que falaram que não se sentiam pertencentes à realidade Plano Piloto mudaram de posicionamento, e hoje se sentem parte daquela realidade. Pelo que se pôde concluir, essa maioria mudou de vida e, hoje, possui *status* social muito maior do que quando chegou a Brasília, no seu começo de vida.

Gráfico 5 - Hoje, a sua impressão mudou? Se sim, para qual? (11 respostas) – idosos

HOJE, A SUA IMPRESSÃO MUDOU? SE SIM, PARA QUAL?



Fonte: Pesquisa com Formulários *on-line* para esta Monografia

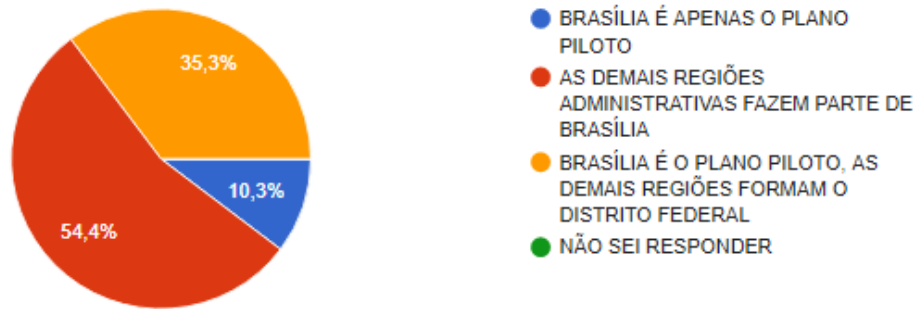
Diante disso, observa-se que o fato de as pessoas “crescerem” na vida social fê-las sentirem-se confortáveis com a realidade do Plano Piloto, e se sentem, hoje, pertencentes àquela realidade, o que comprova a noção que Holston (1993) traz em seu livro sobre a questão de *status* e riqueza. Os idosos entrevistados, residentes de Taguatinga, relataram suas dificuldades socioeconômicas com o início de Taguatinga e o grande esforço para pagar a moradia e garantir uma qualidade de vida melhor na capital.

Ademais, os jovens participantes da pesquisa responderam a outra pergunta que teria a finalidade de analisar a percepção das pessoas acerca daquilo que faz parte de Brasília. Apesar de oficialmente Brasília ser composta por todas as Regiões Administrativas, muitas pessoas ainda enxergam Brasília como sendo apenas o Plano Piloto.

Quando questionadas se Brasília era apenas o Plano Piloto ou se as demais regiões faziam parte de Brasília, as pessoas poderiam escolher entre 4 opções. A primeira serviu como um teste a fim de perceber se elas pensavam que Brasília era apenas o Plano Piloto e somente enxergariam essa região ao responder. A segunda opção, que foi a mais votada, e também é a correta em termos legais, afirma que as demais regiões administrativas também são parte de Brasília. A terceira opção, que se relaciona com a primeira, demonstra uma afirmação de que Brasília é apenas o Plano Piloto, porém, as outras regiões formam o Distrito Federal. Esta opção se relaciona com a primeira no sentido de que fornecia um olhar abrangente com relação às outras regiões, as quais provavelmente não foram consideradas pelas pessoas que

responderam a primeira opção. Por fim, a última opção seria para aqueles que não saberiam opinar.

Gráfico 6 Para você, Brasília é apenas o Plano Piloto, ou as demais regiões fazem parte de Brasília? (68 respostas) - jovens



Fonte: Pesquisa com formulários *on-line* para esta monografia

Observa-se que a maioria das pessoas respondeu corretamente com relação à realidade do Distrito Federal hoje, em termos legais e oficiais. Contudo, é interessante perceber como a terceira opção foi também muito votada, uma vez que as pessoas consideraram que Brasília seria apenas o Plano Piloto.

Por outro lado, foi possível verificar, a partir da pesquisa, um aspecto que pode dar base a esse tipo de pensamento – o de que Brasília é apenas o Plano Piloto. Esse aspecto está relacionado às placas da cidade que podem fomentar a segregação social, como argumenta a PEC nº 255/2013 em sua “Justificação”. Esta proposta de emenda constitucional propunha que todo o território do Distrito Federal fosse chamado e reconhecido como Brasília, uma vez que não importa quem more em Taguatinga, Gama ou Guará, todos são brasilienses. Isso já ocorre hoje.

A imagem da placa, que demonstra essa ideia acima, foi retirada de uma reportagem do *Correio Brasiliense* do ano de 2013 em que se descreve essa noção por trás da PEC nº 255/2013. A noção de segregação espacial revela a dificuldade de pertencimento que as pessoas têm com relação a Brasília, especialmente com o Plano Piloto. Vale lembrar o caso da participante que, mesmo morando por tanto tempo no Plano Piloto, não se sentia parte daquela realidade.

Figura 20 - Placa de trânsito que confere segregação espacial no Distrito Federal



Fonte: Correio Brasiliense. Disponível em: <
https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/10/07/interna_cidadesdf,391955/emenda-a-constituicao-pode-rebatizar-todo-o-df-como-brasilia.shtml>. Acesso em: 20 de mar de 2021

As representações sociais em torno do cenário brasiliense, até hoje, giram em torno de uma expectativa alta de posses e influências políticas ou econômicas, o que dificulta a inserção de novas políticas públicas e sociais (PORTO, 2009). Se até hoje Brasília tem essa conotação, há de crer que naquela época foi ainda pior em relação à quebra de expectativas e à quebra do ideal. Logo, os desgastes político e social fomentaram a entropia social no período inicial da construção de Brasília.

Nota-se, assim, a importância do imaginário social em termos de concretização de Brasília, cujo símbolo é a modernização nacional (DA COSTA E PELUSO, 2016). Como já foi tratado anteriormente, esse imaginário catalisador da criação da nova cidade foi confrontado por uma massa populacional indesejada, a qual estava em busca de benefícios do moderno e civilizador, como Da Costa e Peluso (2016) apontam. A consequência disso tudo foi a fundação de uma cidade contraditória e fragmentada. Na medida em que o Plano Piloto foi se valorizando, exponencialmente mais, outros territórios frágeis se constituíram debaixo de uma vulnerabilidade socioeconômica.

Essa ideia acima é apresentada no artigo de Da Costa e Peluso (2016) mostrando que a vida na metrópole de Brasília e a vida nas cidades satélites no Distrito Federal são perpassadas pelos imaginários sociais. O imaginário social revela a questão da vulnerabilidade social, de acordo com os autores. Dito isso, a pesquisa da monografia apurou por meio dos questionários e entrevistas palavras sínteses que poderiam dar base para essa noção do imaginário social.

Nos questionários *on-line*, tanto os jovens quanto os idosos foram solicitados a responder com duas palavras ou expressões que viessem a mente quando pensassem na palavra “Brasília”. Abaixo, respectivamente, estão as nuvens de palavras de idosos e de jovens. Como já foi justificado, o alcance da pesquisa em relação aos idosos foi limitado devido aos tempos de pandemia e da dificuldade que os idosos têm em utilizar celulares ou redes sociais por conta própria. No caso, então, foi possível coletar muito mais dados de pessoas jovens, mas o suficiente para tirar boas conclusões.

Figura 21 - Nuvem de palavras de idosos participantes da pesquisa, total de 11 participantes



Fonte: Pesquisa com questionários e entrevistas *on-line* para a monografia

Vidal (2009) mostra que Brasília não foi apenas uma cidade planejada com intenções sem nexo, mas foi uma cidade inventada a partir de um urbanismo político, ou seja, toda a sua construção estava ligada a um aspecto político, econômico e havia interesses de classes com *status* mais elevados. A utopia que estava ligada à fundação de Brasília está ligada ao imaginário da cidade, ou seja, não era apenas uma utopia quanto à criação de uma cidade com projeção moderna, mas com a habitação de um povo unido, representativo da nação brasileira e este seria moderno e modernizante. O urbanismo moderno, com que alguns que utopicamente sonharam, trouxe tanto a esperança quanto a frustração, que são características da própria utopia.

9.5 Espaço urbano é fonte de entropia social

Por fim, o último tópico da pesquisa articula um conceito de outro campo do conhecimento a fim de promover novos sentidos e interpretações – o conceito de entropia que pode ser utilizado a partir da compreensão dos espaços das cidades.

A complexidade vem como um conceito importante para o trabalho e se atrela fortemente ao de modernidade e de entropia. Com essa imprevisibilidade, própria dos tempos modernos, o mundo e as análises do observador e de seu objeto de estudo passam a ter mais de uma circunstância, crescendo o número de possibilidades de resultados (NEVES, NEVES, 2006). O conceito de entropia seria uma medida da variação ou desordem de um sistema, isso para a biologia e a química. Já que em meio à modernidade podemos observar que vários campos, esferas ou ainda sistemas tendem à disfunção ou anomia, tem-se o conceito de entropia social, que seria a tendência de uma esfera da vida social partir para um processo de desordem crescente.

A entropia em fenômenos físicos se refere à tendência que a matéria tem a cair em instabilidade, em caos. Por esse motivo é possível introduzir a palavra em muitos contextos, como o corporativo, o social e em outros campo, que não somente o da física. Bourdieu (1983) aborda em seus estudos conceitos cambiados de outros campos do conhecimento, fazendo-se assim, ciência. Existe entropia em todas as ações que geram caos na sociedade e, falando-se da entropia social, muitos fenômenos, como as vendas-relâmpago que promovem aglomerações, estardalhaço para comprar um montante de mercadorias, é entropia social, por

exemplo. Pode-se exemplificar, também, com manifestações e movimentos sociais, bem como os eventos de massa. Além disso, outro caso marcado pela entropia é a política, já que personagens políticos podem, com uma só palavra, gerar caos, desordem, desvios (BECKER, 2008) massivos, fomentando a devastação demográfica e social ou crises econômicas. Para fins didáticos, podemos, então, “traduzir” a entropia social como um momento de convulsão social.

Vale dizer que a entropia se evidencia frente a momentos de choque social, epistemológico ou ainda civil, em que a complexidade no sistema social aumenta ao ponto de mal processar as informações (NEVES, NEVES, 2006). Nesse caso, podemos entender que o espaço fornece informação, e se o espaço é fonte de conflito, tão logo a complexidade é alta e dificulta a organização pacífica e a ordenação ágil de informações (NETTO, 2016). Se o espaço urbano é fonte de conflitos sociais, gera entropia social no corpo social que reside no espaço. Os conflitos sociais existentes em prol do próprio espaço são marcas da entropia social existente no início de Brasília.

De uma forma geral, observa-se que, com a entropia, o aumento do caos social, uma série de eventos acontece e podem alterar a configuração de um sistema social. É a partir do caos, das tendências e dos movimentos sociais que mudanças, negativas ou positivas, promovem outras realidades na sociedade. Diante disso, é fácil perceber que as cidades são, em grande parte, o palco para os tais eventos e narram essas mudanças evidenciando aspectos sociológicos, como a corrente da Escola de Chicago por meio do interacionismo simbólico pregava (BECKER, 1996); desta forma, as cidades podem ser percebidas como um laboratório social. Pode-se afirmar, então, que é nas cidades, também, que a entropia se manifesta em aspectos da dinâmica social, da contradição e da irreverência com os paradigmas impostos, sendo isso essencialmente alimentado pela modernidade.

Como foi discutido anteriormente, o espaço é muito importante no processo de seleção e conexão dos eventos sociais, pois estes eventos promovem nossa comunicação e a efetivam. Dessa maneira, o espaço urbano é palco para a produção de comunicação e informação social e é foco das mudanças sociais (NETTO, 2016).

O projeto arquitetônico e urbano, seja ele moderno ou tradicional, precisa de uma estruturação material e semântica em que a ação seja viabilizada e selecionada e perpetue a continuação da ação social (NETTO, 2016). Como foi relatada em capítulos anteriores, a forma de concepção do próprio espaço altera a forma de sociabilidade. Assim, em espaços

modernos, a comunicação, a sociabilidade é dificultada, como pode ser percebido dentro da dinâmica urbana de Brasília, que Holston (1993), por exemplo, propõe chamar de cidade sem esquina.

Diante disso, este tópico pretende mostrar como a cidade de Brasília, especialmente no seu começo, é uma cidade repleta de entropia. Seja pelo fato de ser moderna e intensificar a complexidade social e comunicativa, seja pelo fato de que as informações de convulsão social e de crescimento rápido e intenso da cidade são latentes.

Este tópico revela a forma como a construção de Brasília promoveu uma mudança abrupta no modo de vida, na constituição do espaço e na criação não apenas de uma cidade, mas de uma nova sociedade. A partir de todos os tópicos anteriores, é possível perceber a presença da entropia social, desde os conflitos de classes, até o crescimento urbano acelerado e principalmente com a criação de novas comunidades, com o intuito de reprodução social e urbana. Agregar este conceito ao trabalho permite envolver uma nova perspectiva metodológica e sociológica como forma de criar novas veredas para futuros trabalhos. É preciso, assim, encarar a entropia como forma de elucidar uma consequência advinda dos processos modernos, no caso, no que diz respeito às cidades.

A criação de novas comunidades mostra que a entropia social impulsionou a união de pessoas em espaços tradicionais e propícios para a realização da ação social, como Goffman (2014) mostra. A ação social, a promoção de informações e comunicação se dão no espaço urbano, sendo mais viável em um espaço projetado e pensado de forma a abrigar pessoas de um mesmo capital cultural, mesmo *status* e mesmo propósito, como foi com as pessoas moradoras das antigas vilas, que deram origem às atuais Regiões Administrativas. Vale lembrar que nem sempre os indivíduos puderam escolher sua própria realidade ou contexto social em que estariam envolvidos. Ao contrário, muitos foram submetidos de forma arbitrária à realidade de suas cidades e contextos sociais. Esse processo não pode ser naturalizado.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve o intuito de perpassar historicamente por vários aspectos sociológicos a fim de contribuir com os estudos na área da sociologia urbana, observando pontos distintos e variados. O mais fundamental é perceber de que forma a vida social brota no espaço. O espaço urbano, sendo tradicional ou moderno, acarreta então em diferenças de sociabilidade, de promoção de unidade e de pertencimento.

Brasília, assim, foi analisada desde sua construção em seus períodos iniciais, de forma a verificar como as concepções e pressupostos da criação desta cidade estavam fadados a fragmentar-se. A pesquisa buscou evidenciar a questão utópica por trás do planejamento de Brasília, a partir da constatação de que unificar uma nação por meio da meta-síntese de JK não teve seu êxito por completo (HOLSTON, 1993).

O surgimento de novos polos urbanos revela que a maior massa populacional não estava unificada no Plano Piloto. Esse povo, inspirado pelo próprio presidente na busca de um novo começo, não foi contemplado. Por um lado, as pessoas foram motivadas a migrar para Brasília, como a pesquisa documental revelou. A constante propaganda ao redor de Brasília, antes mesmo de sua inauguração, fez com que houvesse um rápido crescimento, gerando outras cidades, no início, não planejadas.

Taguatinga, a cidade que foi tratada nesta monografia, mostrou-se uma cidade bem distinta do Plano Piloto, desde as pessoas que inicialmente a ocuparam, bem como no seu surgimento. Verificou-se que as pessoas que moravam na antiga Vila Sarah Kubitschek foram removidas do centro da cidade e levadas para áreas periféricas, contrariando a propaganda do governo à época, de que Brasília não teria favelas ou invasões como nas demais cidades brasileiras.

A perseguição do ideal acabou despojando as pessoas do sonho de viver em habitações igualitaristas e planejadas no centro da capital do país. Taguatinga, portanto, se firmou dentro de uma lógica distinta da do Plano Piloto. A partir de uma concepção tradicional, que contemplava o povo que nela habitava, fomentou um estilo de vida distinto daquele vivido no Plano Piloto. O Plano Piloto acabou por se diferir das demais Regiões Administrativas, apresentando um estilo de vida emancipatório e de difícil sociabilidade entre os atores sociais.

A modernidade traz consigo diversas noções e pressupostos. Arraigando-se no sucesso e no inovador, a modernidade, ou ainda a pós-modernidade, como propõe Harvey (2008), pode trazer também as fragmentações e incertezas. Giddens (1991) afirma: “se são qualidades da própria modernidade, a ruptura e a contradição estariam presentes na vida de uma cidade moderna. Portanto, seria utópico dissociar isso da constituição de Brasília”.

O teor moderno de Brasília, portanto, não está somente na concepção, nos traços ou na fundamentação estrutural da cidade, mas está em sua realidade. Se outrora o povo europeu encarou suas dificuldades frente às mudanças modernas, o povo que estava habitando em Brasília naquele momento também sofreu com as imposições modernas e emancipatórias. Verificou-se que a relevância do *status* e da riqueza se fez presente na constituição da cidade, no imaginário social, nos conflitos entre as classes e na fundação de novas comunidades.

Não se pode afirmar que Brasília é moderna levando-se em consideração apenas sua concepção arquitetônica. Ora, neste caso estar-se-ia apenas considerando o urbanismo do Plano Piloto. Dizer que Brasília é uma cidade moderna engloba, assim, outras dimensões sociológicas, como a questão das influências do moderno na vida urbana brasiliense, no que diz respeito às assimetrias entre o Plano Piloto e as RAs. Brasília não é moderna apenas pela arquitetura, mas pela fragmentação urbana, social; pelas diferenças de *status*, riquezas e por sua qualidade polinucleada (PAVIANI, 1985), que mobiliza um aspecto de dispersão, de indeterminação, próprios do moderno.

A pesquisa buscou analisar, mesmo em meio à pandemia da Covid-19, o imaginário de idosos residentes na Região Administrativa de Taguatinga e de jovens residentes de diversas regiões da cidade. O imaginário revela as assimetrias da cidade de Brasília, o fato de as pessoas residirem em Brasília, terem a concepção de que Brasília não é apenas o Plano Piloto, e de realmente não se sentirem pertencentes ao Plano, que era para ser acessível a todos.

A criação de novos núcleos urbanos em Brasília acontece até hoje, e Taguatinga, atualmente, já não se encontra em um quadro de vulnerabilidade, como é o caso de muitas outras Regiões Administrativas. No caso, esses novos núcleos urbanos se encontram, hoje, na condição precária que outrora os operários de Brasília se encontraram.

Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir com estudos futuros que possam versar sobre diversos assuntos vinculados ao entendimento da sociologia urbana. Algumas perguntas que ainda podem ser feitas com relação à realidade urbana de Brasília atualmente são: as

pessoas das regiões vulneráveis de Brasília continuam a povoar e expandir a capital pelo mesmo motivo que os operários tinham? Ainda é o mesmo sonho utópico de fazer parte da capital da esperança? No mais, é válido enveredar por questões como a Teoria dos Sistemas Sociais e entender como a entropia social se faz presente na concepção da cidade e na promoção de complexidade.

Justamente pelo fato de a cidade de Brasília ser tão multifacetada e multicultural, há ainda diversos aspectos a serem estudados e considerados, de forma a contribuir com os estudos sociológicos futuros. É intenção desta monografia, portanto, servir de luz e condução para pesquisas futuras e demais desdobramentos sociológicos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **BRASÍLIA**: da utopia à dura realidade. *Sociedade e Estado*, v. 18, n. 1-2, p. 401-403, 2003.

ARAÚJO, Uajará Pessoa; JÚNIOR, Paulo Fernandes Sanches; GOMES, Almiralva Ferraz. **Desafiando a interdisciplinaridade na ciência administrativa**: o caso da entropia. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 13, n. 4, p. 664-686, 2015.

BAILEY, Kenneth D. **Social entropy theory**. SUNY Press, 1990.

BARROS, Ana Paula; ALVIM, Juliana. **Espaço e vida urbana no Distrito Federal**. 2016.

BAUDELAIRE, Charles. **As flores do mal**. Apresentação Marcelo Jacques; tradução, introdução e notas Ivan Junqueira. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Zahar, 2003.

BECKER, Howard. **A escola de Chicago**. In: MANA. **Estudos de antropologia social**. Volume 2, número 2, outubro de 1996. Rio de Janeiro: PPGAS/ MN/ UFRJ, 1996. pp. 177-187.

_____. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Tradução de Francisco M. Guimarães. 5. ed. - Ed. Vozes. Petrópolis, 2010.

BEÚ, Edson. **Os filhos dos candangos**: Brasília sob o olhar da periferia. Editora UnB, Universidade de Brasília, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**, BOURDIEU, Pierre. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 89-94.

BRANDÃO, Vera Bonna. **Espaço urbano x apropriação social**: um estudo de caso dos espaços públicos abertos de Taguatinga. 2003. 203f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Artigo 5º. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

BRASÍLIA: **revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. A Marcha da Construção de Brasília. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 1, jan. 1957a. p. 4-5. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

_____. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. A Interpretação de Brasília. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 9, out. 1957b. p. 11. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

_____. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. A Interpretação de Brasília. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 10, out. 1957c. p. 7. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 04 de mar de 2021.

_____. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. A Interpretação de Brasília. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 20, ago. 1958. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 09 de mar de 2021.

_____. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. A Interpretação de Brasília. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 37, jan. 1960a. p. 7-11. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 09 de mar de 2021.

_____. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**. A Interpretação de Brasília. Rio de Janeiro, NOVACAP, n. 44, jul. 1960b. p. 6. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>. Acesso em: 09 de mar de 2021.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Segregação Urbana, Enclaves Fortificados e Espaço Público**. In: **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**: Editora 34/Edusp, 2000. pp.211-342.

DA COSTA, Everaldo Batista; PELUSO, Marília Luiza. Imaginário urbano e situação territorial vulnerável na Capital do Brasil. **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, 2016.

DAVIS, Mike. (1946), **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. – São Paulo: Boitempo, 2006.

DERNTL, Maria Fernanda. **Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. XIV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX**, 2016.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade. Resgate: **Revista Interdisciplinar De Cultura**, v. 27, n. 1, p. 11-34, 2019.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas, SP. Papirus, 2008.

FREITAS, Jorge. A alegoria moderna de Walter Benjamin: Passagens, Baudelaire e mercadoria. **Revista Investigações**. Minas Gerais: v. 27, n. 1, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana** / Erving Goffman; tradução de Maria Célia Santos Raposo. 20. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 17ª edição, 2008.

HASSAN, Ihab. The culture of postmodernism. In: **Theory, Culture & Society**, v. 2, n. 3, p. 119-131, 1985.

HOLSTON, James. **Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia** / James Holston; tradução Marcelo Coelho. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KUBITSCHKEK, Juscelino, 1902-1976. **Por que construí Brasília** / Juscelino Kubitschek. — Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. XVI + 477 p. - (Coleção Brasil 500 anos)

KUHN, Thomas S., 1922-1996. **O caminho desde a estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica** / Thomas S. Kuhn; editado por James Conant e John

Hougeland; tradução de Cesar Mortari; revisão técnica Jézio Hernani B. Gutierre. - São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LEFEBVRE, Henri, 1901 – 1991. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LUHMANN, Niklas. 'Familiarity, Confidence, Trust: Problems and Alternatives'. In: Gambetta, Diego (ed.). **Trust: making and breaking cooperative relations**, electronic edition, Department of Sociology, University of Oxford, chapter 6, 2000, pp. 94-107.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais**: um esboço de uma teoria geral. Tradução de Antonio C. Luz Costa, Roberto Dutra Torres Junior, Marco. Antonio dos Santos Casanova. – Petropolis, RJ : Vozes, 2016. (Coleção sociologia).

LUHMANN, Niklas. **Social systems**. Stanford: University Press, 1995.

MATURANA, Humberto R. Biology of language: The epistemology of reality. In: G. Miller & E. Lenneberg (Eds.). **Psychology and biology of language and thought**. New York: Academic Press, p. 27 – 63, 1978.

MENDES, Rui. A arquitetura como 'invenção' do território: Brasília (1960), Cidade Nova De Santo André (Sines 1970) E Montijo Cidade Parque (2020). In: **Café com Europa: Brasília 60** / org. Anna Luísa Albano, Cláudia da Conceição Garcia, Elane Ribeiro Peixoto. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2020.

NETTO, Vinicius M. **Cidade e entropia social. Qualidade do lugar e cultura contemporânea**: modos de ser e habitar as cidades. Porto Alegre: Sulina, p. 116-143, 2016.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. O que há de complexo no mundo complexo?: Niklas Luhmann e a teoria dos sistemas sociais. **Sociologias**. Porto Alegre: Vol. 8, n. 15 (jan./jun. 2006), p. 182-207, 2006.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. A teoria dos sistemas sociais em Niklas Luhmann: algumas reflexões. In: SOBOTTKA, Emil Albert (Ed.). **A modernidade como desafio teórico**: ensaio sobre o pensamento social alemão. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2008, p. 293-310.

NEVES, Fabrício. A verdade como comunicação: notas sobre a sociologia do conhecimento científico e a teoria dos sistemas sociais. **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

NEUNDORF, Alexandro. Charles Baudelaire e a cidade moderna. **Revista Húmus**. Maranhão: n. 10 (Jan/Fev/Mar/Abr), 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, p. 941-961, 2014.

OLIVEIRA, Giovanna Ortiz de. Lucio Costa. **Entrevista**, São Paulo, ano 06, n. 023.03, Vitruvius, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.023/3313>>. Acesso em: 16 de mar de 2021.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas**. 2002. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>>. Acesso em: 05 de mar 2021.

PACHECO, Mário. Revisando a utopia: planejamento urbano em Brasília. In: **Podcast Caos Planejado**. Disponível em <<https://caosplanejado.com/>>. Acesso em: 02 mar 2021.

PAVIANI, A.: “A metrópole terciária”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade**: o espaço urbano em questão. São Paulo, Projeto, 1985. p. 57-79.

PESCATORI, Carolina. Planejamento, mercado e política: da Brasília modernista à metrópole dispersa. In: **Congreso Iberoamericano De Historia Urbana**, 2., Cidade do México, 2019. Actas [...]. Cidade do México: Asociación Iberoamericana de Historia Urbana, 2019. p. 277-290. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ciec/pf-ciec/public-files/congresso/subpg/941/anais_iicihu_2019.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, n. 16, p. 250-273, 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi. Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 797-826, 2009.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**: metamorfose da ciência. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

SABBAG, Juliane Albuquerque Abe. **Brasília, 50 anos**: do urbanismo moderno ao planejamento estratégico. 2012. 205 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção/. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SHANNON, Claude Elwood. **A mathematical theory of communication**. Bell System Technical Journal, jul./out. 1948.

SILVA, Hélio Mendes da. **De “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária**: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre (anos 50 do séc. XX—tempo presente). 2011.

SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito” (1903). In: **Essencial sociologia / organização e introdução de André Botelho**. 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: UnB, 2009. 352 p.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análise dos sistemas mundiais**. In: Anthony Giddens e Johantan Turner (org.), **Teoria Social hoje**. São Paulo, Editora da Unesp, 1999, p. 447-470.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida (1938). **O fenômeno urbano**, v. 2, 1987.

ANEXOS

1) Perguntas do pré-teste com 4 idosos de forma a conduzir a entrevista semiestruturada.

1. IDADE:
2. ANO QUE VEIO PARA BRASÍLIA:
3. SEMPRE MOROU EM TAGUATINGA:
 - 3.1. SE NÃO, DESDE QUANDO?
4. AO VIR PARA BRASÍLIA, VOCÊ TEVE DIFICULDADE COM MORADIA?
 - 4.1. SE SIM, QUAL?
5. COMO VOCÊ CONSIDERA QUE ERA A ESTRUTURA DE TAGUATINGA? (EX. PRECÁRIA, ORGANIZADA)
6. VOCÊ CONSIDERA QUE HAVIA MUITAS OCUPAÇÕES DE TERRAS?
 - 6.1. VOCÊ MORAVA EM UMA CASA LEGALIZADA?
7. COM RELAÇÃO AO PLANO PILOTO, VOCÊ SE SENTIA PARTE DAQUELA REALIDADE, OU SE SENTIA UM “ESTRANGEIRO”?
 - 7.1. HOJE, QUAL A SUA IMPRESSÃO?
8. PARA VOCÊ, TAGUATINGA FAZ PARTE DE BRASÍLIA OU BRASÍLIA É APENAS O PLANO PILOTO?
9. DIGA DUAS PALAVRAS QUE VÊM À SUA MENTE A PARTIR DA PALAVRA “BRASÍLIA”.

2) Perguntas para questionário *on-line* com idosos residentes em Taguatinga via Google Forms.

1. QUAL A SUA IDADE?

2. DESDE QUANDO VOCÊ MORA EM BRASÍLIA?
3. DESDE QUANDO VOCÊ MORA EM TAGUATINGA?
4. AO VIR PRA BRASÍLIA VOCÊ TEVE DIFICULDADE COM MORADIA? SE SIM, PONTUE QUAIS.
5. COMO VOCÊ CONSIDERA QUE ERA A ESTRUTURA DE TAGUATINGA?
 - A. MUITO ORGANIZADA E BOA .
 - B. ORGANIZADA E BOA.
 - C. DESORGANIZADA E PRECÁRIA.
 - D. MUITO DESORGANIZADA E PRECÁRIA
6. NAQUELA ÉPOCA, COMO VOCÊ CONSIDERA A OCORRÊNCIA DE INVASÕES ILEGAIS DE LOTES E DE TERRAS?
7. VOCÊ MORAVA EM UMA CASA LEGALIZADA?
 - A. SIM
 - B. NÃO
8. COM RELAÇÃO AO PLANO PILOTO:
 - A. VOCÊ SE SENTIA PARTE DAQUELA REALIDADE.
 - B. VOCÊ SE SENTIA COMO UM “PEIXE FORA D’ÁGUA”.
- 8.1. HOJE, A SUA IMPRESSÃO MUDOU? SE SIM, PARA QUAL?
 - A. NÃO MUDOU.
 - B. SIM, HOJE ME SINTO PARTEDAQUELA REALIDADE.
 - C. SIM, HOJE ME SINTO COMO UM "PEIXE FORA D'ÁGUA".
9. PARA VOCÊ, BRASÍLIA É APENAS O PLANO PILOTO, OU AS DEMAIS REGIÕES FAZEM PARTE DE BRASÍLIA?
 - A. AS DEMAIS REGIÕES ADMINISTRATIVAS FAZEM PARTE DE BRASÍLIA.

B. BRASÍLIA É O PLANO PILOTO, AS DEMAIS REGIÕES FORMAM O DISTRITO FEDERAL.

C. BRASÍLIA É APENAS O PLANO PILOTO

10. ESCREVA DUAS PALAVRAS OU EXPRESSÕES QUE VOCÊ PENSA QUANDO LÊ A PALAVRA "BRASÍLIA"

3) Perguntas para questionário *on-line* com jovens residentes em qualquer região do Distrito Federal via Google Forms.

1. QUAL A SUA IDADE?

2. VOCÊ MORA EM QUAL REGIÃO DE BRASÍLIA?

3. QUANDO VOCÊ VAI AO PLANO PILOTO, VOCÊ SE SENTE PERTENCENTE ÀQUELA REALIDADE OU SE SENTE UM ESTRANGEIRO?

A. ME SINTO PERTENCENTE ÀQUELA REALIDADE.

B. ME SINTO UM ESTRANGEIRO.

C. NÃO SEI RESPONDER.

D. MORO NO PLANO PILOTO. NÃO SE APLICA.

4. PARA VOCÊ, BRASÍLIA É APENAS O PLANO PILOTO, OU AS DEMAIS REGIÕES FAZEM PARTE DE BRASÍLIA?

A. BRASÍLIA É APENAS O PLANO PILOTO

B. AS DEMAIS REGIÕES ADMINISTRATIVAS FAZEM PARTE DE BRASÍLIA.

C. BRASÍLIA É O PLANO PILOTO, AS DEMAIS REGIÕES FORMAM O DISTRITO FEDERAL.

D. NÃO SEI RESPONDER.

5. ESCREVA DUAS PALAVRAS QUE VOCÊ PENSA QUANDO LÊ A PALAVRA "BRASÍLIA".